



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 090

SÁBADO, 27 DE AGOSTO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 79, DE 1977 (CN)

Da Comissão Mista do Congresso Nacional,

Incumbida de estudo e parecer sobre o PL n.º 12, de 1977-CN (Mensagem n.º 257, de 1977, na Presidência da República), que "autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial até o limite de Cr\$ 286.589.000,00 (duzentos e oitenta e seis milhões e quinhentos e oitenta e nove mil cruzeiros), para indenização à Companhia Docas da Bahia e dá outras providências".

Relator: Senador Ruy Santos

Através a Mensagem n.º 79, de 1977, o Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial, até o limite de Cr\$ 286.589.000,00 (duzentos e oitenta e seis milhões e quinhentos e oitenta e nove mil cruzeiros), para indenização à Companhia Docas da Bahia, e dá outras providências.

2. Lida esta Mensagem foi, nos termos do Regimento Comum, constituída a Comissão Mista de Deputados e Senadores que a estudaria, dando parecer; fui designado Relator, pelo Senhor Presidente, Deputado Ney Ferreira. De outra parte, dentro do prazo regimental, não foi apresentada nenhuma emenda ao projeto de lei que a acompanha.

3. Dizem os Senhores Ministros João Paulo dos Reis Velloso e Mário Henrique Simonsen, na sua Exposição de Motivos:

"O Ministério dos Transportes, através do Aviso n.º 42/SG, de 28 de fevereiro de 1977, solicita recursos adicionais, no valor de Cr\$ 286.588.774,65 (duzentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta e quatro cruzeiros e sessenta e cinco centavos), decorrentes da encampação do Porto de Salvador, Estado da Bahia.

2. A encampação em causa foi determinada pelo Decreto n.º 77.297, de 15 de março de 1976, com fundamento do artigo 13 do Decreto n.º 24.599, de 6 de julho de 1934, estabelecendo desde logo que a União fosse imitida na posse dos bens, instalações e serviços do porto e que a administração passasse provisoriamente para a Empresa de Portos do Brasil S/A — PORTOBRÁS, incumbida de promover os atos neces-

sários à execução do Decreto, bem como ajustar com a concessionária o pagamento da indenização legal.

3. A PORTOBRÁS procedeu à necessária tomada de conta final, que foi aprovada por sua Diretoria em Resolução n.º 189/76, de 21 de dezembro de 1976, e homologada pelo Exmo. Sr. Ministro dos Transportes através da Portaria n.º 57, de 1.º de fevereiro de 1977.

4. Consoante esclarece o Ministro dos Transportes, com base em informações da PORTOBRAS a indenização devida alcança o montante de Cr\$ 286.588.774,65 (duzentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e cito mil setecentos e setenta e cinco centavos), com o seguinte desdobramento:

a) parcela no valor de Cr\$ 61.862.845,85 (sessenta e hum milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco cruzeiros e oitenta e cinco centavos), correspondente à remuneração do capital reconhecido até a data da encampação, a ser paga em moeda corrente;

b) parcela no valor de Cr\$ 224.725.928,80 (duzentos e vinte quatro milhões, setecentos e vinte e cinco mil, novecentos e vinte e oito cruzeiros e oitenta centavos), destinada à indenização dos bens, instalações e serviços vinculados ao acervo do Porto de Salvador, Estado da Bahia, a ser paga com o produto da colocação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

4. A abertura do crédito pedido se impõe. A encampação das Docas da Bahia foi feita através em Decreto de março do ano passado e se cuida, agora, da indenização a que tem direito a concessionária. Sempre respeitada a legislação em vigor.

A PORTOBRÁS, a que foi entregue a administração do porto da Bahia procedeu à necessária tomada de contas aprovada por sua Diretoria e homologada pelo Sr. Ministro dos Transportes. E segundo o titular deste Ministério a indenização sobe ao montante de duzentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta e quatro cruzeiros e sessenta e cinco centavos.

Examinada a indenização pela Secretaria do Planejamento e pelo Ministério da Fazenda, é proposto o pagamento em duas parcelas; uma de sessenta e hum milhões, oitocentos e sessenta e três mil cruzeiros, à

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVÉCIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 800,00

(Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00)

Tiragem: 3.500 exemplares

conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento — Recursos sob a supervisão da Secretaria de Planejamento —; e a outra de duzentos e vinte e quatro milhões e setecentos e vinte e seis mil cruzeiros "através da emissão e colocação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional". (Sempre arredondando os valores). E isso porque a PORTOBRAS não dispõe, no orçamento do corrente exercício, de recurso para atender às despesas de indenização.

Sou, assim de parecer que seja aprovado o Projeto de Lei n.º 12, de 1977-CN. Salvo Melhor Juizo.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 1977. — Deputado Rômulo Galvão, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Senador Ruy Santos, Relator — Senador Otto Lehmann — Deputado Hildérico Oliveira — Deputado João Durval — Deputado Antônio José — Senador Luiz Cavalcante — Senador Heitor Dias — Senador Braga Júnior — Senador Roberto Saturnino — Senador — Evelásio Vieira — Senador Lourenço Baptista.

PARECER N.º 80, DE 1977 (CN)

Da Comissão Mista,

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 73, de 1977 (n.º 242, de 1977 na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.559, de 29 de junho de 1977, que "fixa percentuais de depreciação aplicáveis a bens desembaraçados com a isenção de que tratam os incisos IV e V do artigo 15 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966".

Relator: Senador Murilo Paraiso

Encaminhada pelo Senhor Presidente da República nos termos do artigo 55 da Constituição Federal, a presente Mensagem, firmada pelos Ministros de Estado da Fazenda e das Relações Exteriores, tem por objeto submeter à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.559, de 29 de junho de 1977.

A medida em tela visa a disciplinar a incidência de tributos de bens desembaraçados com isenção, na conformidade dos incisos IV e V do art. 15

do Decreto-lei n.º 37, de 1966 e que venham a ser posteriormente transferidos a qualquer título.

Tendo em vista as dificuldades até então existentes na aplicação dos percentuais de depreciação dos bens em questão, estabelecidos nos Decretos n.ºs 74.177, de 12 de junho de 1974 e 74.966, de 26 de novembro do mesmo ano, houve por bem o Poder Executivo expedir a norma legal ora apreciada, relevando salientar o seguinte tópico constante da Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem presidencial:

"Resultou daí um tratamento diverso, uma vez que os bens trazidos do exterior, pelas entidades e pessoas aqui referidas, ora se enquadram como bagagem ora não. Freqüentemente, têm sido reclamado um procedimento uniforme que dissipasse situações ambíguas e atenda, de forma conveniente, às peculiaridades que tais importações oferecem. O Projeto anexo visa, pois, corrigir a situação descrita, uniformizando para as hipóteses consideradas os percentuais de depreciação que já vêm sendo adotados pelo regulamento de bagagem".

Cumpre ressaltar, nesse passo, que os índices de percentagem adotados coincidem com aqueles fixados no Decreto n.º 74.177, de 1974, que deu nova redação ao parágrafo único do art. 45 do Regulamento Para Controle Aduaneiro de Bagagem Procedente do Exterior, aprovado pelo Decreto n.º 61.324, de 11 de setembro de 1967.

Tratando-se de matéria prevista no inciso II do artigo 55 da Carta Magna vigente e ocorrendo o relevante interesse público sem aumento de despesa, opinamos pela aprovação do texto em exame, na forma do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 63, DE 1977

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.559, de 29 de junho de 1977, que fixa percentuais de depreciação aplicáveis a bens desembaraçados com a isenção de que tratam os incisos IV e V do artigo 15 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.559, de 29 de junho de 1977, que "fixa per-

centuais de depreciação aplicáveis a bens desembargados com a isenção de que tratam os incisos IV e V do artigo 15 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966".

Sala das Comissões, 24 de agosto de 1977. — Deputado Argilano Dario, Presidente — Senador Muriel Paraiso, Relator — Deputado João Vargas — Senador Italívio Coelho — Senador Leite Chaves — Deputado César Nascimento — Senador Lourival Baptista — Senador Marcos Freire — Deputado Nunes Rocha — Senador Luiz Cavalcante — Deputado Passos Porto — Senador Augusto Franco — Senador Helvídio Nunes — Senador Roberto Saturnino.

PARECER N.º 81, DE 1977 (CN)

(Da Comissão Mista do Congresso Nacional)

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 71, 1977-CN (Mensagem n.º 207, na origem), do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.557, de 14 de junho de 1977, que "dispõe sobre a participação acionária da União no capital do Banco da Amazônia S.A. e a concessão de incentivos fiscais às pessoas físicas que adquirirem ações do mesmo estabelecimento".

Relator: Senador Braga Junior

O Decreto-lei n.º 1.557, de 14 de junho de 1977, ora sob o exame desta Comissão Mista do Congresso Nacional, na medida em que autoriza o Poder Executivo a reduzir, para até 51% (cinquenta e um por cento), a participação acionária da União no capital do Banco da Amazônia S.A., abre também perspectivas no sentido de que as ações do BASA, a partir daí tornadas disponíveis, sejam oferecidas à subscrição pública.

Complementarmente, as pessoas físicas que subcreverem essas ações, voluntária e efetivamente, terão direito a um abatimento da ordem de 42% (quarenta e dois por cento) no Imposto de Renda devido, como incentivo fiscal.

A sistemática proposta no referido Decreto-lei, portanto, visa a manter a participação majoritária da União sem que esta seja obrigada a qualquer despesa suplementar (uma vez que exercerá o seu direito de preferência na subscrição de ações pela utilização de dividendos recebidos do próprio BASA), ao mesmo tempo em que o Banco se propõe a disputar a preferência do investidor privado, no interior do mercado de capitais.

A Exposição de Motivos conjunta dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda, do Interior e Chefe da Secretaria de Planejamento enumera dois motivos que roferam a posição do Banco da Amazônia S.A., de modo a credenciar essa entidade de crédito frente aos seus investidores potenciais. Enquanto, nos anos de 1970 e 1971, o BASA pagou dividendos aos seus acionistas à taxa de 6% (seis por cento) sobre o valor de cada ação, já em 1976, além de ter elevado a 11% (onze por cento) essa participação nos seus resultados operacionais, ocorreu por decisão de Assembléa Geral realizada em dezembro, aumento de capital, por bonificação, do que resultou um recebimento de 4 (quatro) ações por grupo de 10 (dez) possuídas. Não só, apesar da desfavorabilidade apresentada pelo último semestre de 1976 para a captação de recursos do público em conta corrente, os depósitos voluntários cresceram em 50,4%.

Devemos ressaltar também que os recursos (cerca de 260 milhões de cruzeiros), resultantes da referida

chamada de capital, serão repassados às empresas já existentes ou por se instalar na região, a juros diferenciados, conforme tem sido a prática constante do BASA.

Para bem demonstrar a afirmação anterior, basta mencionar que, por resolução de Diretoria, o BASA vem operando à taxa 1,2% (um e dois décimos por cento) inferior aos demais bancos, na região, no atendimento às pequenas e médias empresas.

Merce destaque também a posição estratégica do Banco da Amazônia S.A. frente a toda vasta área por ele coberta. Sendo um banco de desenvolvimento regional, o BASA compreende não só a função de uma entidade de crédito tradicional, como também dimensiona um encargo bem mais complexo: de contribuir para a elevação do padrão de vida dos habitantes dos Estados e Territórios do Norte do País.

Na verdade, isso já vem ocorrendo, uma vez que a expansão da renda interna da Região Norte do País está bastante explicada pela evolução dos empréstimos do Banco ao setor privado.

Basicamente, podemos distribuir em seis pontos os objetivos estratégicos do Banco da Amazônia S.A.:

1 — contribuir para o crescimento do produto e distribuição mais equitativa da renda regional, visando a reduzir as disparidades de renda;

2 — financiar, prioritariamente, os setores e produtos selecionados pelos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA/PND);

3 — apoiar o esforço de integração da Amazônia à economia do País, por meio da ativação das relações comerciais interregionais;

4 — intensificar, diversificar e promover as exportações da Região;

5 — estimular a expansão da oferta de emprego, visando a elevar o nível de vida da população, o aumento de produtividade, o poder aquisitivo dos indivíduos da região e atrair recursos humanos qualificados carentes na área;

6 — promover, através do alargamento da fronteira econômica, a ocupação territorial e a elevação do nível de segurança na área.

Nada mais justo, portanto, tendo em vista todos esses objetivos, possa o BASA dispor de recursos próprios, garantidores de uma base de ação continua e crescente.

Ante o exposto, tendo em vista os benefícios que antevemos para a região, consubstanciados nos termos do Decreto-lei n.º 1.557, de 14 de junho de 1977, somos pela sua aprovação, na forma do seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 64, DE 1977**

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.557, de 14 de junho de 1977, que dispõe sobre a participação acionária da União no capital do Banco da Amazônia S.A. e a concessão de incentivos fiscais às pessoas físicas que adquirirem ações no mesmo estabelecimento.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.557, de 14 de junho de 1977, que "dispõe sobre a participação acionária da União no capital do Banco da Amazônia S.A. e a concessão de incentivos fiscais

às pessoas físicas que adquirirem ações no mesmo estabelecimento".

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1977. — Deputado **Rafael Faraco**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência — Senador **Braga Junior**, Relator — Deputado **Ernesto Valente** — Senador **Mauro Benevides** — Senador **Altevir Leal** — Senador **Jarbas Passarinho** — Deputado **Ademar Pereira** — Senador **Evelálio Vieira** — Deputado **Raimundo Parente** — Senador **Cattete Pinheiro** — Senador **Henrique de La Rocque** — Senador **Renato Franco**.

PARECER N° 82, DE 1977 (CN)

Da Comissão Mista do Congresso Nacional

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 72, de 1977-CN (n.º 208, de 1977 na Presidência da República) submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.558, de 17 de junho de 1977, que "altera a redação do art. 4.º, e seu parágrafo, do Decreto-lei n.º 1.312, de 15 de fevereiro de 1974".

Relator: Deputado Adriano Valente

Com a Mensagem do Senhor Presidente da República é submetido à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 55 da Constituição, o texto do Decreto-lei n.º 1.558, de 17 de junho de 1977, que "altera a redação do art. 4.º e seu parágrafo, do Decreto-lei n.º 1.312, de 15 de fevereiro de 1974".

Ao justificar a expedição do Decreto-lei os Senhores Ministros de Estado da Fazenda e Chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, afirmam:

"A experiência tem demonstrado a necessidade de ajustamento no texto do art. 4.º do Decreto-lei n.º 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, a fim de simplificar a compatibilização dos processos administrativos relacionados com as negociações e a contratação de operações de crédito de origem externa.

Agora essa necessidade de revisão se tornou urgente, em virtude da conveniência de contra-

tação imediata de operações de crédito de relevante interesse nacional."

Contém o Decreto-lei matéria financeira de caráter urgente, o que fundamenta a edição daquele diploma legal.

Com a alteração do dispositivo citado no art. 1.º, todas as operações de crédito externo e as com garantia da União Federal a empréstimos de origem externa ficam sujeitas a prévia e expressa manifestação do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Tal pronunciamento versará sobre o grau de prioridade do programa ou projeto dentro do planejamento nacional, bem assim sobre a capacidade de pagamento pelo órgão contratante.

Estão plenamente cumpridos os preceitos constitucionais atinentes à matéria.

Ante as razões expostas, opinamos pela aprovação do Decreto-lei n.º 1.558, de 17 de junho de 1977, na forma do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 65, DE 1977

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.558, de 17 de junho de 1977, que altera a redação do art. 4.º, e seu parágrafo, do Decreto-lei n.º 1.312, de 15 de fevereiro de 1974.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.558, de 17 de junho de 1977, que "altera a redação do art. 4.º e seu parágrafo, do Decreto-lei n.º 1.312, de 15 de fevereiro de 1974.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 1977. — Senador **Roberto Saturnino**, Presidente — Deputado **Adriano Valente**, Relator — Senador **Helvídio Nunes** — Deputado **José Haddad** — Deputado **Valdomiro Gonçalves** — Deputado **Sebastião Rodrigues** — Senador **Ruy Santos** — Senador **Lourival Baptista** — Senador **Osires Teixeira** — Senador **Leite Chaves** — Deputado **Francisco Studart** — Senador **Magalhães Pinto** — Deputado **Moacyr Dalla** — Senador **Milton Cabral**.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 150^a SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE AGOSTO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JERÓNIMO SANTANA — Arbitrariedades que estariam sendo praticadas por administradores de Vilas, em Rondônia.

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Convênios firmados entre o Ministério da Saúde, através da CEME, com a Secretaria de Saúde do Estado do Acre, visando aprimorar a prestação de serviços assistenciais naquele Estado.

DEPUTADO JOSÉ ZAVAGLIA — Reexame da Circular nº 275/77, do Instituto Nacional de Previdência Social, que deixa de admitir o cômputo do tempo de atividade de filiação facultativa.

DEPUTADO PEDRO LAURO — Apelo reivindicatório em prol do asfaltamento da BR-163, no trecho Medianeira a Capanema — PR.

DEPUTADO RUY BRITO — Testemunho de S. Ex^a a respeito da conduta exemplar do Senador Jarbas Passarinho à frente do Ministério do Trabalho.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se segunda-feira às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 62/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.556, de 7 de junho de 1977, que dispõe sobre a não-incidência da cota de previdência sobre os combustíveis automotivos destinados à exportação, e dá outras providências. **Aprovado**, à promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — COMISSÃO MISTA PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

— Atas sucintas e circunstanciadas da 11^a e 12^a Reuniões da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, incumbida de examinar a situação da mulher em todos os setores de atividades.

ATA DA 150^a SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE AGOSTO DE 1977
3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Braga Júnior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — João Calmon — Roberto Saturnino — Benjamin Farah — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Otair Becker — Paulo Brossard.

E os Srs. Deputados:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossor Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcellio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses

Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Vanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayete — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildércio Oliveira — MDB; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA;

Emanoel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Mauricio — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sival Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Ailton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantidio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacilio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Haves — MDB; Pedro Cargão — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Generino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kiffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Cordova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffman — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 351 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Alguns administradores das Vila de Rondônia se transformam em verdadeiros perseguidores dos moradores das localidades. O exemplo de Vicente Homem Sobrinho, de Pimenta Bueno, de Catarino Cardoso, de Cacoal, provam bastante o que alegamos neste testamento. A população reclama da maneira injusta desses homens procederem nas localidades. As vítimas denunciam em vão. Dizem que esses administradores têm a cobertura do Sr. Luiz Cézar Auvray Guedes, filho do Governador do Território e secretário do Governo. Quanto mais denúncia mais esses homens são prestigiados nas respectivas Vilas.

Caberia à Câmara de Vereadores de Porto Velho abrir inquérito para apurar as denúncias feitas contra Catarino Cardoso e Vicente Homem Sobrinho, em virtude de estarem grilando terrenos nas áreas urbanas dessas Vilas e embolsando o produto dessas transações. São negócios vultosos. O que se passou em Vilhena é um exemplo flagrante. E agora ocorre em Pimenta Bueno e Cacoal, prova do mar de lama que se transformou o comércio ilícito feito pelos administradores das Vilas nas áreas urbanas. Está correndo muito dinheiro nesse negócio escuro. Daí talvez o motivo por que esses administradores de Vilas estejam bem apadrinhados. A respeito vale a pena registrar a denúncia de perseguição que recebemos do pioneiro José Pereira Lima, de Pimenta Bueno. Apesar de ter denunciado os fatos às autoridades Territoriais, parece que as arbitrariedades, os abusos de Vicente Homem Sobrinho e de Catarino Cardoso não têm sido objeto de inquérito por parte do Governo do Território, apesar do seu visível enriquecimento ilícito nas vendas das quadras e lotes nas áreas urbanas das respectivas cidades, que são terras devolutas federais. Faço a leitura da denúncia que recebo de José Pereira Lima, *verbis*:

São Paulo, 27 de junho de 1977

Exmº Sr.
Dr. Jerônimo G. Santana
DD. Deputado do Território Federal de Rondônia

Em primeiro lugar declaro a V. Exciº que reside no Território Federal de Rondônia há mais de treze anos, colaborando com o Governo, não só com os meus laboriosos trabalhos, como também sempre fui, com a família, correligionário do partido da ARENA.

Desde o dia treze em curso me acho nesta Capital com o objetivo de publicar pela imprensa o que abaixo se relaciona. Ponderando com novas resoluções não, não promover escândalo pela referida imprensa, apelo pelo seu digno intermédio, na Câmara Federal, as providências perante ao Exmº Sr. Presidente da República e mesmo ao Exmº Sr. Ministro da Justiça como se menciona:

José Pereira Lima, brasileiro, casado, com 66 anos de idade, natural do Estado de São Paulo, proprietário e residente há mais de treze anos no Distrito de Pimenta Bueno, Comarca de Porto Velho—RO.

O denunciante com as suas primeiras palavras, declara ser residente em Pimenta Bueno desde 22 de maio de 1964, sendo um dos principais fundadores do antigo povoado de Pimenta Bueno, na margem da antiga BR-29 presentemente atualizada como BR-364. Enfrentou tremendas dificuldades de um rústico sertão, que na época ainda se achava quase desabitado...

De acordo com os documentos abaixo mencionados, o referido denunciante declara o lamentável motivo de força maior, que lhe trouxe a esta Capital a procura de um órgão de publicação.

Conforme declara as referidas documentações, logo depois que o indivíduo Vicente Homem Sobrinho, conseguiu o cargo de Administrador daquele Distrito, aproximadamente há um ano atrás, vem mantendo uma série de perseguições com o único propósito, segundo as suas egoísticas intenções de espoliar a melhor propriedade de um fundador da referida cidade, o qual tem sido o homem que mais tem colaborado para o progresso da mesma e desenvolvida cidade.

No dia 1º de fevereiro em curso, o Sr. José Pereira Lima, se achando muito oprimido, resolveu escrever um ofício ao Sr. Vicente Homem Sobrinho a fim de ser publicado na imprensa da Capital de Porto Velho. Como também na época constituiu advogados para mover de acordo com os direitos que lhe assistem uma ação de Interdito Proibitório, perante o MM, Juiz de Direito da Comarca de Porto Velho.

com o fundamento no art. 501 do Código Civil, e art. 932 do Código de Processo Civil, havendo o MM, Juiz de Direito determinado a citação da Prefeitura Municipal de Porto Velho a qual não tomou a medida de contestação.

O denunciante não querendo escândalo pela imprensa como já se mencionou, tomou medidas acauteladoras.

Antes de todas as providências, o aludido denunciante dirigiu ao Palácio do Governo em Porto Velho, a fim de ter uma audiência com o Exmº Governador do Território, Sr. Cel. Umberto da Silva Guedes com o objetivo de atentar harmonizar a questão mais facilmente, uma vez também sendo do interesse do Governo. Com certo empenho pelo intermédio de um secretário, o Governador tomou conhecimento do referido ofício já mencionado e abaixo relacionado. Não foi pessoalmente atendido, mandou dizer que publicasse que tomaria providência.

É interessante observar que o Sr. Vicente Homem Sobrinho procedeu, no dia 17 de maio, próximo passado ao completo esbulho da propriedade, ordenando os tratores as seis horas da tarde invadir a referida área, destruindo as cercas de domínio, e demolindo os esteios da nova porteira, tudo isto em fase de reconstrução de 300 metros de cercas que anteriormente achavam-se em estado de reparação, e destruindo as pastagens formadas de grama desde o ano de 1965, e assistidas com a licença de Ocupação abaixo relacionada.

Observa-se que do dia 1º de fevereiro do ano em curso, até o dia 17 de abril próximo passado concluíram dois meses e dezessete dias que a referida área se conservou respeitada com a mencionada ação despachada pelo MM, Juiz de Direito da Comarca de Porto Velho.

Conforme acima já se explicou: O Sr. Governador do Território, de acordo com os documentos que se publicam, tomou anteriormente conhecimentos das práticas arbitrárias do muito aludido e ainda administrador de Pimenta Bueno.

Com tudo isto, o Sr. Vicente Homem Sobrinho, tornou-se mais reforçado para praticar as suas pretensões, publicando para quase toda população da Vila, que ia proceder à invasão da referida área, por autorização do Governador.

No dia 19 de maio próximo passado foi aberto um inquérito policial, processando o Sr. Vicente Homem Sobrinho e o atual Subdelegado de Polícia, o Sargento José Roberto da P.M. do Território.

A primeira testemunha deste processo, o Sr. Joaquim Alves dos Santos, declarou em seu depoimento no inquérito Policial, que o referido Sr. Vicente Homem Sobrinho, disse a ele quando se achava tratando de certo negócio na Subprefeitura, que ia proceder à invasão da dita propriedade, por ordem do Senhor Governador etc...

O Sr. Adilson... também como testemunha do aludido inquérito, declarou com comprovações que Vicente Homem Sobrinho disse que se achava apoiado e em condições de invadir a área com os tratores e era muito homem para destruir até a minha própria casa de residência dentro da referida área...

Um dos meus advogados, Dr. Odacir Soares Rodrigues me declarou que foi à Prefeitura de Porto Velho, acompanhado de Vicente Homem Sobrinho, e o Prefeito energicamente desautorizou o ato esbulhador do citado administrador...

O Dr. Francisco Aquidauana de Paula, meu legítimo advogado constituído na mencionada ação interditória, no dia 31 de maio próximo passado, entrou com nova ação independente do primeiro processo já mencionado, quando isto, não devia ser...

Na cláusula 3º da última petição foi declarado no § 3º que o Sr. "Vicente Homem Sobrinho, assim procede cumprindo ordem da Prefeitura de Porto Velho".

De qualquer maneira o ato irresponsável do Administrador de Pimenta Bueno seja ele autorizado por "A" ou por "B" de fato responsabiliza a Prefeitura...

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira. (Pausa.)

S. Exº não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nossaer Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A previdência social, de modo genérico, cobre a perda da capacidade de trabalho — temporário ou permanente — em razão de doença ou invalidez, decorrente de fatos naturais ou de acidentes: velhice, estado de gravidez, desemprego involuntário e os casos de morte daquele que era arrimo de família ou de dependentes.

Paralelamente, as instituições que prestam tal assistência costumam manter serviços de assistência médico-hospitalar, tendendo a ampliar seu campo propriamente assistencial, cabendo-lhe executar, com maior amplitude, a política de bem-estar social preconizada pelos Estados modernos.

No Brasil, a chamada Lei Elói Chaves criou, em 1923, as primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensões para os trabalhadores das empresas ferroviárias particulares, regime que foi estendido, a seguir, às ferrovias de propriedade do Estado e aos empregados portuários.

No período 1930/45, expandiu-se a previdência social brasileira, formando-se instituições que passaram a ministrá-la, como órgãos delegados da União.

Com a Lei nº 214, de 2 de março de 1963, foram os benefícios previdenciários estendidos aos que se acham vinculados às atividades campesinas e, mais tarde, com o FUNRURAL, foi essa assistência bastante ampliada.

Os empregados domésticos obtiveram grande conquista social, quando passaram a gozar dos benefícios previdenciários, por força da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.

A inclusão do salário-maternidade, pela Lei nº 6.136, de 7 de novembro de 1974, e a instituição do amparo previdenciário aos idosos e inválidos, através da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, foram outras notáveis conquistas sociais no País.

Agora, com a instituição do sistema específico para integrar as atividades previdenciárias de assistência médica, da previdência social, de assistência social, e de gestão administrativa, financeira e patrimonial, com a criação de fundo próprio de natureza contábil formado pelas receitas atuais das entidades que integram o aludido sistema, teremos uma reforma profunda capaz de fazer frente, com operosidade, às inúmeras atribuições do sistema, oferecendo condições às entidades vinculadas ao Ministério próprio para suas novas incumbências, especializando-as, consoante as atividades que deverão desenvolver, tudo isso sem alteração nos direitos e obrigações dos beneficiários e contribuintes ou nos encargos administrativos e financeiros da União e das referidas entidades.

Com essa reforma, a Central de Medicamentos continuou integrada na estrutura do citado Ministério, dando, assim, continuidade a suas nobres atribuições.

Em sua recente visita ao Acre, acompanhando a comitiva presidencial, o insigne Ministro Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva e o Presidente da CEME, Vice-Almirante Gerson de Sá Coutinho, assinaram importantes convênios com a Secretaria de Saúde do Estado: o primeiro, para modernização, com o reaparelhamento do almoxarifado central e da Coordenação de Medicamentos Básicos, incentivando a distribuição de medicamentos da CEME na Região; o segundo, para aprimorar a prestação da assistência farmacêutica, mediante a atuação conjunta da CEME e da Secretaria de Saúde,

possibilitando, com a entrega de medicamentos da linha CEME à referida Secretaria, o atendimento prioritário aos grupos vulneráveis (menores de cinco anos, nutrizes e aos extratos populacionais de baixo poder aquisitivo), a preço de custo.

Para o corrente ano, a previsão do Ministério da Previdência e Assistência Social é de que sejam distribuídos, no meu Estado, através dos órgãos próprios, recursos da ordem de 1.372 mil cruzeiros, em medicamentos e vacinas.

Como se verifica, o Ministro Nascimento e Silva, pela sua brilhante atuação à frente do sistema previdenciário brasileiro, não tem medido esforços no sentido de incrementar, cada vez mais, a gama de benefícios oferecidos pela sua Pasta, seja removendo obstáculos, seja agindo com criatividade, e, queremos crer, antes do término de sua gestão, essa assistência será ainda bastante ampliada, para maior bem-estar e melhoria das condições de saúde da população do País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Instituto Nacional de Previdência Social, através da Circular 01-005-0 nº 275/77, de 7 de julho de 1977, deixou de admitir o cômputo de tempo de atividade de filiação facultativa.

De agora em diante só se reconhece, no âmbito de atuação do Instituto, o tempo em que o contribuinte esteve inscrito e contribuiu efetivamente.

Antes, por força do que dispunha a Circular 01-005-0 nº 8/75, empregadores, quaisquer empresários e mesmo os trabalhadores autônomos podia computar o referido tempo de atividade para efeito de aposentadoria, bastando, para tanto, comprovar perante a instituição previdenciária que foram estabelecidos ou trabalharam como autônomos.

A medida recentemente adotada pelo INPS cria, assim, um grande mal-estar social, eis que causará evidentes prejuízos e desencantos aos inumeráveis integrantes de qualquer daquelas categorias de trabalhadores, os quais, alimentando até aqui a esperança de poderem aposentar-se dentro de um certo lapso de tempo, em conformidade com a perspectiva decorrente das regras em vigor, já não mais poderão fazê-lo.

Trata-se, como se vê, de medida realmente infeliz, odiosa, que não trará qualquer solução para os possíveis problemas do INPS, mas que acarretará descontentamento generalizado.

É de se esperar, pois, que o Instituto Nacional de Previdência Social, com a sensibilidade que devem ter os responsáveis por uma organização voltada para a realização do bem-estar coletivo, substitua ou revogue a Circular 0-005-0 nº 275/77 e volte a girar em conformidade com o critério anterior. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Lauro.

O SR. PEDRO LAURO (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Registro nos Anais do Congresso Nacional a carta recebida do Presidente da Câmara Municipal de Capanema, Sr. Irmut Helmut Krugel:

Exmo Sr.
Pedro Lauro
DD. Deputado Federal
Brasília — DF.

Senhor Deputado:

De conformidade com a incumbência que recebemos do I Encontro Regional de Vereadores, aqui realizado nos dias 9 e 10 de julho próximo passado, temos a honra de informar Vossa Excelência que já remetemos, às autoridades com-

petentes, o memorial e todos os documentos que nos foi possível juntar, reivindicando o asfaltamento da BR-163, trecho Medianeira a Capanema, e, numa segunda etapa, Capanema a Barracão.

Nossos preponderantes argumentos são: a) desvio do movimento da BR-277, passando por Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco, União da Vitória e, finalmente, Curitiba (sendo que o caminho de Capanema à Capital estará completamente asfaltado até o final do próximo ano, conforme programa do Governo Estadual); b) transporte de alimentos e areia à obra de Itaipu; além da ligação de norte a sul do Brasil; c) movimento de Capanema a Medianeira, que está na faixa dos 1.000 a mil e quinhentos veículos diários.

Por estes motivos, o referido encontro nos incumbe, ainda, encarecer a ajuda de Vossa Excelência para intervir junto a quem de direito, nos auxiliando nessa longa caminhada, nos auxiliando na reivindicação da pavimentação da referida rodovia.

Certos de que Vossa Excelência não medirá esforços nessa nossa causa, agradecemos antecipadamente e aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Irmut Helmut Krügel
Presidente

Sr. Presidente, a reivindicação dos vereadores de Capanema, Srs. Irmut Helmut Krügel, Angelo Alchieri Neto e Volmar Laurentino é por demais justa. Desta tribuna, fazemos apelo veemente ao Senhor Ministro dos Transportes Dyrceu Nogueira, no sentido de apressar o asfaltamento da BR-163, trecho Capanema—Medianeira. O meu Estado merece, Sr. Ministro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Brito.

O SR. RUY BRITO (MDB — SP) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tomei conhecimento de que, há poucos dias, na tribuna da Câmara dos Deputados, um parlamentar do meu Partido teria tecido considerações a respeito da conduta observada pelo Senador Jarbas Passarinho quando na direção do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Tomei conhecimento, também, de que o meu nome teria sido citado como um ex-dirigente sindical testemunha da atuação daquele Senador quando na direção da Pasta do Trabalho. E venho a este Plenário, no dia de hoje, para dar o meu testemunho, um testemunho que não é contra ninguém, não é a favor de ninguém, mas é, apenas, pela preservação da verdade e da justiça.

Fui dirigente sindical durante 7 anos, presidi uma Confederação de Trabalhadores e posso dar o meu depoimento a respeito de todos os ministros que passaram pela Pasta, à exceção do atual Ministro Arnaldo Prieto. E, como sempre, agi com independência, absolutamente convencido de que a função dos órgãos sindicais, como instrumento intermediário entre o Estado e os Trabalhadores, é atuar independentemente de governos, sem se sujeitar à vontade dos poderosos, e sempre atuei com base nesses princípios.

Sinto-me inteiramente à vontade para dizer aqui, repetindo o que tenho dito em outras oportunidades, que considero o Ministro Jarbas Passarinho, observadas as circunstâncias do momento, como um dos melhores Ministros que já passou pela Pasta do Trabalho.

Sou testemunha de que S. Ex^e alimentou um diálogo honesto, sadio e franco com as lideranças sindicais. Fui talvez, ao longo da minha atuação, um dos críticos permanentes de todos os erros que encontrei na atuação de todos os Titulares da Pasta do Trabalho e, neste particular, também não fiz exceção ao Ministro Jarbas Passari-

nho. Mas, em nenhum momento, por força das críticas que fazia, com o objetivo de apontar erros que me pareciam carentes de solução, em nenhum momento, repito, sofri a mais leve restrição por parte daquele Ministro. Pelo contrário, S. Ex^e sempre se revelou um homem de diálogo e, em diversas oportunidades, ele teve a grandeza, e a altivez — atitude rara nos homens públicos — de recuar em uma medida adotada, reconhecendo que estava errado, num gesto verdadeiramente democrático.

Sou testemunha também de que em nenhum momento S. Ex^e comandou repressão ao movimento sindical, procurou perseguir esse ou aquele dirigente sindical por discordar de sua orientação. Pelo contrário, sou testemunha de que o Ministro Jarbas Passarinho, em diversas oportunidades, quando greves se registraram em sindicatos, ele esteve presente nos locais das greves para dialogar com grevistas, tomar conhecimento de suas reivindicações e atendê-las, quando as considerasse justas. Assim o Ministro Jarbas Passarinho fez em São Paulo, em Osasco, assim o Ministro Jarbas Passarinho fez em Belo Horizonte e assim ele procedeu em uma greve, na Cidade do Cabo, no Estado de Pernambuco.

Em nenhum momento ele se ausentou desses locais, foi um homem de diálogo, foi um homem aberto, foi um homem sensível às reivindicações dos trabalhadores.

Dou o meu testemunho, sentindo-me inteiramente à vontade, porque jamais compareci à presença do Ministro Jarbas Passarinho para solicitar a ele qualquer favor que não fosse conforme o interesse público. E também não recebi de S. Ex^e nenhuma observação, nenhuma recomendação para deixar de atuar na defesa daquilo que me parecesse o interesse legítimo da minha categoria.

Portanto, o meu testemunho é de que o Ministro Jarbas Passarinho foi um homem de uma conduta exemplar como democrata, como homem de diálogo. Se sua orientação na Pasta do Trabalho tivesse sido mantida ao longo do tempo, acredito que hoje, — seria outra a situação. Porque ele, eu diria — talvez ao lado do Ministro Arnaldo Sussekind, — foi um dos poucos homens que depois de 1964, procurou imprimir à Pasta do Trabalho uma orientação independente, digna, à altura de uma pasta ministerial. Sabia por todos nós que o Ministério do Trabalho, depois de 1964, transformou-se em uma pasta de caráter secundário, uma espécie de caudatária do Ministério da Fazenda. Mas assim não foi na gestão do Ministro Jarbas Passarinho, e disso dou meu testemunho, apenas por uma questão de justiça. Não tenho nenhum interesse particular ou subalterno que me ligue àquele Senador. Apenas a justiça me traz a esta tribuna, para repor a realidade dos fatos, para dar meu testemunho.

Eu que fui uma das vítimas de incompreensões, uma vez que afastado fui de uma direção sindical, no Governo do Presidente Médici, posso dar o meu testemunho de que o Ministro Jarbas Passarinho foi um democrata, foi um homem aberto ao diálogo, foi um homem que prestigiou os sindicatos durante a sua gestão no Ministério do Trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações. (Pausa.)

Para a leitura da Mensagem Presidencial nº 82, de 1977-CN, referente ao Decreto-lei nº 1.563, de 1977, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, dia 29, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 78, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.556, de 7 de junho de 1977, que dispõe sobre a não-incidência da cota de previdê-

cia sobre os combustíveis automotivos destinados à exportação, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo pelas duas Casas do Congresso e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.)

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre o Requerimento nº 15 de 1976 (CN), que "cria a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para examinar a situação da mulher em todos os setores de atividades".

11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 1977

Às nove horas e trinta minutos do dia quatro de agosto do ano de mil novecentos e setenta e sete, no Auditório "Milton Campos", reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, incumbida de examinar a situação da mulher em todos os setores de atividades, com a presença dos Senhores Senadores Jarbas Passarinho, Henrique de La Rocque e Gilva Rocha e os Deputados Lygia Lessa Bastos, Angelino Rosa, Theobaldo Barbosa, Antônio Pontes, Walter Silva e Sérgio Murilo.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Cattete Pinheiro, Milton Cabral, Augusto Franco, Heitor Dias, João Calmon, Otto Lehmann, Accioly Filho, Nelson Carneiro e Franco Montoro e os Deputados Inocêncio Oliveira, Cid Furtado, Leur Lomanto, Emanoel Waismann, João Menezes, Rubens Dourado e Pacheco Chaves.

Aberto os trabalhos, o Senhor Senador Gilvan Rocha, Presidente da Comissão, determina ao Assistente, seja lida a Ata da reunião anterior que logo após, é aprovada pela Comissão.

Em seguida, o Senhor Presidente convida as Senhoras Cidinha Campos e Heloneida Studart, para tomar assento à Mesa, relacionando os principais títulos e trabalhos das conferencistas convidadas.

Prosseguindo, é concedida a palavra a Senhora Cidinha Campos, que abordou a discriminação existente no meio artístico, na parte referente à censura, que não permite à mulher o uso de palavrões e discriminações nas escolas, citando o caso de Bibi Ferreira e Dercy Gonçalves.

Logo após, a palavra é concedida a Senhora Heloneida Studart, que falou sobre a mulher trabalhadora e o trabalho de menor categoria, com salários desiguais, quanto ao salário mínimo. Exaltando ainda, a liberdade dos sindicatos.

Durante as palestras das conferencistas, fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Henrique de La Rocque e Gilvan Rocha e os Deputados Theobaldo Barbosa e Lygia Lessa Bastos, que fizeram perguntas, todas respondidas pelas dignas convidadas.

O Senhor Presidente, Senador Gilvan Rocha, agradece a presença de todas as conferencistas e, comunica que o apanhamento taquigráfico da referida reunião, será publicada em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e vai à publicação.

Apanhamento taquigráfico da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, incumbida de examinar a situação da mulher, em todos os setores de atividades, realizada em 4 de agosto de 1977, às 9:30 horas.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Declaro aberta a sessão ordinária da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Requerimento nº 15, de 1976, que cria a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para examinar a situação da mulher em todos os setores de atividade.

Esta CPI ouvirá hoje uma mulher que dispensa qualquer apresentação. É uma pessoa altamente conhecida no País, com grandes serviços prestados à cultura nacional e com vivência extraordinária no feminismo brasileiro. A inteligência e a intuição de Maria Aparecida Barbosa Campos talvez não sejam tão conhecidas quanto as da Cidinha, uma personalidade realmente encantadora pela cultura e pela coragem de assumir papéis, nessa hora difícil de discriminações que assistimos no País.

Por motivos, inclusive, de problemas pessoais da Cidinha, nós, que não somos geralmente muito britânicos no horário, vamos iniciar com a presença pequena de parlamentares que, certamente, se aproximarão logo, atraídos pela palavra fácil e fluente da conferencista.

Peço ao nosso Assessor que leia a Ata da reunião anterior.
(É lida a Ata da reunião anterior.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Em votação. Os Srs. Congressistas que aprovam a Ata, permanecem como se acham. (Pausa.)

Está aprovada.

Passo a palavra à Conferencista, lembrando a S. S. que, por norma desta CPI, ela fará uma exposição por tempo a sua escolha, e depois será inquirida pelos Parlamentares presentes.

A SRA. MARIA APARECIDA BARBOSA CAMPOS (Cidinha Campos) — Aqui já estiveram muitas mulheres, importantes mulheres brasileiras, falando sobre este mesmo assunto que hoje me trás ao Congresso Nacional.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a situação da mulher nos diversos setores de atividades da sociedade brasileira.

A psicóloga Carmem Barroso, por exemplo, afirmou que sempre que a mulher sai de casa para exercer uma atividade remunerada, encontra ocupações menos gratificantes, menores oportunidades de realização profissional, salários mais baixos, menor prestígio e condições de trabalho piores que a do homem.

E isto é verdade.

A pesquisadora Maria Malta Campos falou sobre o problema da dupla atividade de grande parte das mulheres que trabalham, obrigadas a cuidar também da casa e dos filhos. E isto também é verdade.

A secretária do Ministério do Trabalho Maria Alice Silva, falou sobre o preconceituoso dispositivo antimulher, que está no Código

Civil, que permite a anulação do casamento por ausência de virgindade.

E isto é também verdade.

Enfim: muitas mulheres ilustres aqui estiveram e aqui estarão, todas falando sobre o mesmo e secular assunto: a discriminação que se faz a nós, mulheres. Uma abordará a prostituição, outra a dona de casa, uma outra a virgindade. E assim por diante.

E tudo continuará sendo verdade.

Pois bem: eu aqui estou para falar sobre todas elas ao mesmo tempo, porque vou falar sobre a mulher-artista.

Sim, porque nós, artistas, somos um pouco disto tudo: prostitutas e virgens, donas de casa e mães de família.

E isto, meus senhores, também é verdade.

Ninguém mais do que o homem sabe disto. Ninguém mais do que os pais sabem que ter uma filha artista não é coisa lá muito boa para uma família que se preze.

Muitos pais continuarão dizendo:

Antes quero te ver morta do que artista.

Quando os pais só poderiam dizer:

Antes morta do que infeliz.

Desde cedo nós, mulheres, sofremos um preconceito que vê na artista, que sempre viu na artista-mulher, uma aprendiz de prostituta. E os camarins sempre foram, para muitos, o vestíbulo, a ante-sala da casa de tolerância. Não me venham dizer que isto é coisa do passado, que isto pertence à Idade Média. Não. Até hoje em todos os lugares por onde passamos, somos vistas como mulheres livres. E eu, infelizmente, não estou falando em liberdade. A expressão "isto é coisa de artista", referindo-se a um comportamento menos recomendável numa moça, é de uso corrente. Pudera! Nós somos a refeição diária de ilusão nas cabecinhas de quase todos os brasileiros. Nós estamos ali, aprisionadas numa caixa de madeira em sua sala de visitas, ou no palco, diante dos seus olhos, expostas permanentemente expostas e indefesas e eles — os senhores — dirão: É bonita. É feia. É baixinha. É gorda. É magra. É velha. É casada. É mal-amada. E trocam-se informações, permitem-se conceitos sobre a seriedade desta ou daquela artista, porque afinal de contas nós somos mulheres públicas.

É claro que as coisas mudam se vem o sucesso. E a mamãe e o papai passam a aparecer juntos com a filhinha nas páginas das revistas. E dão entrevistas, e dizem coisas bonitas sobre a televisão, o teatro, o cinema. Afinal de contas, ninguém desconhece que uma moça da classe média que faz sucesso como artista, acaba sendo o esteio da família. Com um bom contrato, ela se transforma na aposentadoria do velho pai, e paga o dentista, o médico, os vestidos e os sapatos da mãe, além dos estudos dos irmãos. Onde alcançar o dinheiro do seu sucesso, do seu contrato, ela vai estar lá, pronta a socorrer, a amparar.

Sim, porque o sucesso, a fama, chegam quase a perdoar tudo. Até mesmo a uma artista. Mas quando saímos de casa, enfrentando a rua, os gabinetes, os coquetéis, os aeroportos — af, então, continuamos sendo uma mulher mais fácil de ser abordada do que, por exemplo, uma funcionária pública; menos honesta do que uma comerciária.

Viajando pelo Brasil afora, e sem excluir disto as grandes cidades, enfrentamos muitas a discriminação dos hotéis. Ou porque nos olham desconfiados, ou porque nos olham com malícia. Nos reconhecem, nos sorriem, nos cumprimentam amavelmente. Alguns, mais cínicos, até nos pedem autógrafos para os filhos — mas sempre se esquecem de recolher, do fundo dos olhos, um brilho safado da malícia.

Nós estamos vendo hoje, na novela NINA, a discriminação de uma escola à filha de um dançarino. Este mesmo fato aconteceu com Bibi Ferreira, quando menina, por ser filha de Procópio Ferreira. Enganam-se os que pensam que isto acabou. Em muitos colégios, até mesmo hoje, no Rio e em São Paulo os filhos de uma artista não são vistos com muita simpatia e bom-grado.

Filho de artista é filho do mundo. É filho da vida. Dá sempre a impressão de que nasceu num camarim.

Claro que os tempos mudaram em muita coisa. Que existem, hoje, estrelas fulgurantes no céu da televisão, do teatro e do cinema — respeitáveis mães de família reconhecidas por todos. Donas de uma vida doméstica comum, normal — tão normal que nem parece a vida de uma artista. E é aí justamente que mora o preconceito. E a história é tão velha que se perde no tempo. A Igreja, na atinguidade, negava os sacramentos da confissão e da comunhão aos artistas que estavam para morrer, a menos que eles renegassem a sua profissão. E é conhecido o exemplo da atriz Adriene Leconvrer que preferiu jogar tudo fora a oportunidade da vida eterna a renunciar sua paixão pelo palco. E foi este, tendo como palco o seu leito de morte, o maior papel da sua carreira. E o de maior grandeza. E também o de maior sucesso — pois sua repercussão vai durar para sempre.

Agora, eu peço licença aos senhores, para falar um pouco em meu próprio nome, uma vez que estou aqui, atendendo a um convite que muito me honra, para prestar um depoimento pessoal — o mais afastado possível das considerações teóricas que cercam um assunto tão importante universalmente, como este que vem sendo radiografado por esta CPI.

É a primeira vez que tenho a oportunidade de estar aqui, falando a um grupo de pessoas que está sempre mais acostumado a ser ouvido do que ouvir. Até mesmo por força de sua profissão. E estou particularmente feliz por estar aqui, agora, depois da batalha do divórcio, que saiu desta Casa vitorioso, em que pesem as pressões e contrapressões sofridas.

Não acompanho quanto seria de desejar a atividade política do meu País. A verdade é que temos perdido, gradativamente, o prazer pela participação na vida pública do Brasil, uma vez que nos afastam cada vez mais disto — sem que o desejamos.

Mas me informo quando posso e quando deixam, e sei que na atual legislatura, segundo o jornal O Estado de S. Paulo, somente pouco mais de 10 por cento dos representantes do povo, apresentaram algum projeto relacionado com a mulher. Apenas 7 dos 66 Senadores e 44 dos 364 Deputados. É evidente que as cadeiras, agora, não estão todas ocupadas.

Mas a existência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o assunto, demonstra o interesse e o desejo de que se faça alguma luz sobre o assunto e que se possa, desta maneira, resolver alguns dos problemas básicos da discriminação que se faz à mulher nos diversos setores da atividade profissional do nosso País.

Eu sou uma artista, como os senhores sabem. A esta designação, segundo os dicionários, pertencem os atores, os bailarinos, os músicos, os artistas de circo e, até mesmo, os jogadores de futebol. Sinto-me feliz nesta companhia. Não desejo outra. Uma mulher que é artista é discriminada por duas razões: por ser mulher e por ser artista. E o comportamento da sociedade em que vivemos é tão incoerente e estranho que, ao mesmo tempo em que discrimina a mulher artista, considerando-a marginal do contingente feminino normal, cobram dela (de nós), um comportamento normal, isto é: dentro dos padrões clássicos, acadêmicos do que venha a ser feminilidade. Explico melhor: a mulher artista sempre sumiu em público, desde os mais remotos tempos; freqüentou salas de jogos e nunca se importou em levantar um brinde num bar; a mulher artista sempre riu alto nos lugares públicos e nunca teve o pudor de esconder as pernas, quando era necessário mostrá-las. Quando eu disse que a nossa profissão tinha um pouco de tudo, inclusive de prostituição, é que o nosso trabalho é justamente divertir, distrair os outros, dando-se em dramas, comédias, shows — muitas vezes sem vontade e sem prazer. Exatamente como a prostituta. E em todas as épocas, com raríssimas exceções, a artista mulher foi discriminada, perseguida, quase queimada em praça pública, como se fez com santos e mártires.

Mas vamos ficar no Brasil, na época contemporânea, para que eu não me perca em exemplos em todo o mundo, que ocupariam milhares de páginas escritas. E já citei no início o caso de Bibi Ferrei-

ra, discriminada por ter um pai artista. Mas o exemplo mais gritante é o de Dercy Gonçalves, sem dúvida alguma o maior nome do teatro popular brasileiro, e que foi discriminada sempre, inclusive pelas verbais oficiais. Negavam apoio ao seu trabalho, afirmando que o teatro que ela fazia era cheio de palavrões e maus costumes.

Saída — praticamente corrida — de uma cidadezinha provincial, onde viam nas suas atitudes as atitudes de uma mulher à-toa, Dercy enfrentou na cidade grande o mesmo ranço da província. E foi discriminada como mulher e como artista. E aí está a incoerência da nossa sociedade, que eu mencionei há pouco. Marginalizam a artista do grupo feminino, como que afirmando que artista não tem sexo — mas se escandalizam com o nosso comportamento no palco. Os homens podem falar todos os palavrões que desejarem, mas nós mulheres, não. Como se a dureza da vida e o realismo dos tempos que vivemos só pertencessem aos homens. Como se nós, mulheres, estivéssemos numa redoma de vidro, inatingíveis e puras. E não apenas se escandalizam — mas nos censuram, e usam de sua força, de sua autoridade, para nos punir. Dercy foi perseguida desde o início da sua carreira. E por discriminação. Artistas homens podiam subir ao palco e dizer coisas piores, mas ela não... ela, como mulher, não podia usar daquela linguagem, pois palavrão em lábios femininos fica mais indecente. Isto não é uma invenção: é um despacho da censura, que pode ser encontrado em seus arquivos. Comportavam-se como machões de mais antiga estirpe, querendo nos preservar, a nós, pobres mulheres, do uso grosseiro da linguagem. Mas esses mesmos homens que se escandalizavam na platéia e reprovavam a liberdade oral feminina, nos cercavam quase sempre nos corredores, nos perseguiam nas ruas, nos olhavam maliciosamente no saguão do hotel.

Tem sido sempre assim.

Há 3 anos atrás eu estrei um espetáculo só para mulheres. Tenho a impressão de que ninguém ignora o sucesso alcançado no Rio, em São Paulo e em outras cidades brasileiras. A discriminação à presença do homem na platéia era menos grave do que a que é feita pela Academia Brasileira de Letras à presença de mulheres entre os chamados imortais. Era um clima de jogo, era uma brincadeira onde, descontraidamente, eu e mais de 300, 500, 700 mulheres reunidas, falávamos, gritávamos, proclamávamos os nossos problemas, num excitante exercício de grande resultado de liberação.

Nós não estávamos nos escondendo dos homens, estávamos apenas querendo ter uma reunião entre nós, assim como os homens do "Lions" ou do "Rotary Club".

Pois bem, depois de muito sucesso, a Censura resolveu configurar a minha peça "Homem não Entra", como inconstitucional, pois apresentava uma discriminação. E toda e qualquer discriminação é proibida expressamente pela Constituição Brasileira.

A Justiça, a Lei também já estava acostumada com a discriminação contrária. Os homens querem nos isolar. Percebi isso quando fui cassada. Mas, impetrei um Mandado de Segurança na Justiça, e lutei 1 ano e meio para ver o meu espetáculo liberado e, se acontecerem coisas dramáticas, aconteceram cômicas, também.

A mais dramática qualquer pessoa pode imaginar: fiquei desempregada 7 meses, sem poder trabalhar, e com todas as obrigações econômicas de uma pessoa que é o sustento de sua família.

Vim mais a Brasília do que muitos Deputados do Rio e de São Paulo, para tentar liberar a minha tese. Começou uma luta que acho muito bonita, nisso tive apoio da Casa e também de alguns Deputados, entre eles Rubem Dourado e João Menezes, a quem eu agradeço.

Tenho um amigo — aí vai entrar um depoimento pessoal muito importante para vocês verem que, eu acho, tinha o direito de exigir da Justiça, indenização: tinha comprado um apartamento e esperava pagá-lo em 6 meses sem nenhum juro, mas depois de cassada tive que apelar para a Caixa Econômica Federal, como todo mundo — tenho um amigo que costuma dizer: "Se as pirâmides do Egito fôssem financiadas pela "Caixa" eles estariam pagando até hoje". É mais ou menos o que acontece comigo.

Os homens querem nos isolar, nos marginalizar, fazendo de conta que nos protegem. Dizem: "Não faça isto, não fica bem numa mulher..." exatamente como antigamente se dizia: "da boca de uma mulher só devem sair rosas..." Quer dizer: com jeitinho vão nos enfiamos nos cantos do mundo, escondidinhas, humildes, modestas e tímidas criaturas...

Depois de 1 ano e meio, o Tribunal Federal de Recursos reconheceu que não era discriminação, que não havia nenhuma Lei que proibisse fazer um Show só para mulheres, que no Brasil existem presídios para homens, presídios para as mulheres; colégios de Padre para meninos, colégios de Freira para meninas e que era apenas um problema de conveniência social. E, a Censura, ouvindo a Justiça brasileira, liberou novamente o meu show.

Voltei a fazer meu espetáculo só para mulheres. Ficou provado que não é uma criminosa discriminação aos homens.

Mas a discriminação não para aí, ela continua a cada passo, a cada lugar que vou.

A semana passada, em Barra do Piraí, no Rio, o Juiz de Menores Dr. Francisco de Paula Lima Costa resolveu contestar a Censura, e proibiu meu show para 21 anos e não 18 anos. E passou a cometer desmandos, usando mal da sua autoridade. As mulheres, é claro, ficaram umas feras. Elas diziam com toda a razão: com 18 anos eu posso votar, posso casar, posso ter filhos e agora posso até me divorciar, mas não posso escolher um espetáculo de teatro, porque tem alguns palavrões. É um absurdo!

Um comissário de menores proibiu mesmo a entrada de uma mulher grávida, pedindo-a que fosse em casa buscar a certidão de casamento, ela disse: "certidão de casamento, moço, a gente só pega quando casa e quando quer se separar do marido".

Pergunto: se fosse um espetáculo feito por um homem, só para homens, que Juiz de Menores estaria preocupado em "preservar" os bons costumes dos rapazes menores de 21 anos? Ou acharia natural e diria mesmo ao seu filho de 18 anos: "vá ver, assista — você vai-se divertir". E comentaria feliz com seus amigos: "Meu filho está um homem. É macho, graças a Deus!"

Por que a educação mais hipócrita, comum aos nossos pais, é sempre esta: com medo do homossexualismo, educam seus filhos homens na grosseria e na vulgaridade. E com medo da prostituição educam suas filhas na ignorância. Erram as duas vezes e não impedem ambos os flagelos.

Hoje, dia que reservei, com muita honra, na minha agenda, para vir prestar este depoimento, está também reservado à minha estréia em Belo Horizonte, cidade onde a Censura proibiu meu espetáculo e que resultou na batalha que contei aos senhores. Estou feliz pela coincidência. É uma prova de que alguma coisa está mudando no Brasil.

Se recorro, neste depoimento, aos casos pessoais, nos quais fui participante direta, é porque assim o meu testemunho fica com a validade da prática, do real, do vivido.

E na prática, nós artistas, temos testemunhado tudo, porque somos, como afirmei no início deste depoimento, um pouco de cada categoria de mulher. Como as funcionárias públicas, as comerciais, as industriárias, nós também precisamos de creches. E as emissoras de televisão do Brasil estão mais do que dentro dos limites exigidos por lei para oferecerem este serviço às suas funcionárias. Mas a lei não é cumprida.

E também como as funcionárias públicas ou comerciais, as mulheres artistas ou aspirantes a artista, são menos bem pagas do que os homens. Exceção feita aos grandes cartazes femininos, às estrelas — pois estas recebem os salários que a popularidade e a audiência lhes dão, sem consultar o patrão. Mas no trabalho dentro de uma emissora de televisão, aquele trabalho que não aparece no vídeo, que não freqüenta a casa de ninguém, as mulheres são muito utilizadas porque são mais baratas. Num departamento de jornalismo de TV existem estagiárias fazendo o trabalho de profissionais, o que prejudica a vida de ambos. E dá-se preferência sempre às moças, embora os rapazes também pretendam estagiar. Por que se dá

preferência às moças? Por discriminação salarial; mulher custa menos.

Convenção-nou-se, há muito tempo, que a mulher, seja qual for o setor de atividade, deve receber menos do que o homem. Talvez mesmo porque sempre foram os homens que decidiram a política dos salários, tanto na esfera do governo, como na esfera de uma empresa particular.

A discriminação não para aí, é oficial, porque a minha profissão nem regulamentada é, e às vezes torna-se uma profissão difícil de justificar para os nossos filhos.

Outro dia minha filha trouxe uma lição de casa para fazer e a professora pedia que ela mencionasse 5 homens públicos e 5 mulheres públicas que ela gostasse, que ela admirasse. Ela não sabia o que era mulher pública e homem público e eu, que acho que as crianças devem se esforçar e aprender um pouco mais sozinhas que orientadas, disse-lhe: — Você procure no dicionário, veja o que é isso e depois você vai saber quem você admira. Ela foi procurar e trouxe para mim, um pouco espantada, o dicionário do Aurélia, o livro onde as palavras não riem e nem choram, mas estão simplesmente ali. "O reino das palavras", como diz o mestre Drumond de Andrade, num poema. Mulher Pública é mulher da comédia, atriz — eu, mãe dela — mas é também prostituta/marafona/horizontal/mes-salina/rameira/decaída/cortesã/cadeia/china/éguas/mariposa/mulher à-toa/mulher da comédia/mulher de rua/mulher da vida/mulher errada/perdida/vadia/mundana/piranha/transviada e vigarista. Tudo isto é mulher pública. Agora, Homem Público, no mesmo dicionário, é o indivíduo que se consagra à vida pública.

Quer dizer: no mínimo é um vereador.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Os Srs. Parlamentares poderão formular perguntas à conferencista.

Tem a palavra o nobre Deputado Teobaldo Barbosa.

O SR. THEOBALDO BARBOSA — Perguntaria — permita-me chamá-la de Cidinha Campos, essa maneira muito querida, admirada, por todos os brasileiros e é uma satisfação para mim, como Parlamentar, poder interpelá-la, nesta sua palestra tão importante, nesta Comissão — perguntaria, mais por amor ao debate, porque realmente me convenci da sua argumentação, se a sua peça "Homem não entra", inspirou-se num protesto contra a discriminação ou foi fruto de outros sentimentos, a discriminação do homem, contra a mulher?

A SRA. CIDINHA CAMPOS — Foi fruto, Senhor Deputado, de pura necessidade de trabalhar, para ser bastante franca. Eu, como sempre, e como todos artistas, tenho mais períodos de desemprego do que de emprego e em uma das fases de desemprego, ouvindo a sugestão de um amigo, falando sobre o problema do relacionamento homem-mulher, ele entendeu que eu tinha um dom para falar sobre este assunto e sugeriu que eu fizesse conferências. Transformei conferência em show e, ao invés de dar o título "Só para mulheres", como ele sugeriu, eu precisava de um título mais comercial, mais apelativo e coloquei "Homem não entra".

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Tem a palavra o nobre Senador Henrique de La Rocque.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Sr. Presidente, Senador Gilvan Rocha em cuja pessoa nós outros, seus companheiros de Senado, sempre encontramos um representante que se volta e que se debruça em problemáticas difíceis, e que, justamente, por serem patentes e indiscutíveis, são e merecem meditação e estudo, nesta Casa. — E a freqüente há tantos anos — durante 20 anos como Deputado Federal, de forma ininterrupta, representando a modesta gente maranhense, digo modesta porque aqueles que para aqui me mandaram durante 20 anos consecutivos, é o que o Maranhão tem de mais simples, de mais humilde, e no meu entender, de mais verdadeiro.

De modo que as minhas primeiras palavras, são de louvação a V. Ex^o que, achando de vital importância a constituição desta Comissão, busca um grito de alerta, contra a discriminação que se fez no passado e que ainda se faz no presente contra a mulher, fato que sendo indiscutível merece a reprovação daqueles que, não concordando com ela, gostariam de vê-la extirpada do contexto social brasileiro.

Ao seu lado quem está? Esta incansável representante, hoje, do Estado do Rio de Janeiro, a voz vigilante do ex-Estado da Guanabara, a representante preferida da mulher daquele Estado e daquela cidade que nós outros, nortistas, consideramos muito nossa, pelo que ela representa de verdade, de beleza e de esforço daqueles que, em nos recebendo de portas abertas sempre consideraram, aqueles que não tiveram o privilégio de lá nascer, como seus irmãos pelo coração.

Senti-me feliz quando a vi, entre nós, aqui em Brasília, porque a sua atuação nas Bancadas Estaduais e Municipais, como Vereadora e como Deputada Estadual, como a representante de forma específica do professorado carioca, hoje fluminense, nunca quis ser apenas a representante do professorado; deslanchou a sua atividade Parlamentar para tudo aquilo em que sentia era preciso corrigir para dar à mulher brasileira um *status* de plena igualdade ao do homem.

A nossa ligação, a nossa admiração é muito antiga, era dia de festa, para nós outros, quando presidíamos algo de importante na Previdência Social — naquele Instituto a quem eu dei a alma e o coração, naquele Instituto onde dei a minha marca na construção daquele edifício, dos jornalistas e dos radialistas, do Jardim de Alá, naquele Instituto em que, preocupado com a mulher, aquela que não tinha assistência masculina, e devia ter o seu lar — e discutimos, várias vezes, essa tese em nosso gabinete, quando presidímos a Previdência — dizia minha querida Lígia: "é preciso que se construa uma casa, onde a mulher que não tem o homem ao seu lado, não tem o que é importante para ela e para qualquer ser humano, assistência financeira, possa chegar a considerar-se dona do seu pequenino lar e em torno dele veja e depare a assistência social presente, uma alimentação adequada, com quadras de lazer e com tudo mais." E foi assim que a vi na inauguração da minha obra, na Rua das Laranjeiras, esquina do Jardim de Alá, onde 450 mulheres viveram tão bem enquanto a Previdência entendia que a mulher tinha, como eu julgava, o direito de ter o seu canto para chorar e para rir.

De modo que, toda a vez que a vejo, o faço com emoção, a emoção daqueles que não se cansam, porque nós outros da política, em certos instantes, entramos na nossa fossa psicológica quando somos mal julgados e mal compreendidos; quando aqueles que nos rodeiam e que constituem um corpo legislativo entendem que, os outros que divergem de nós, mas que representando um povo, tanto quanto nós outros aqui, têm o direito de ter a sua fé e a sua crença.

Nós nos habituamos, aqui, a considerar todos os companheiros como constituintes, como integrantes de uma fraterna família. Nesta Casa — e como já lhe disse, a vivo há 23 anos, ininterruptamente — são raríssimas, são excepcionais os desentendimentos pessoais, e quando o companheiro cai ou se vai embora fica a sua lembrança, a sua recordação, como aquele que vencido por esta ou por aquela razão deu muito da sua crença e sua fé pelo bom cumprimento do seu dever; deveres esses que, partindo do povo, devem ser cumpridos a qualquer risco e com qualquer sacrifício.

O nobre Deputado Theobaldo Barbosa, representante de Alagoas, saudando Cidinha Campos disse era motivo de satisfação para todos nós a sua presença numa Casa que todos nós entendemos como sendo, prioritariamente, do povo brasileiro, que nós outros nada mais somos do que representantes seus. Mas, eu pediria licença ao Deputado Theobaldo Barbosa, para dizer que o Maranhão também pensa da mesma forma e eu não gostaria que fosse — e pediria licença para isto — privilégio de Alagoas esta confissão de apreço e de admiração por quem tem dado muito da sua fé e da sua crença, a propagação das suas idéias, alertando o povo para tanta coisa que, realmente, está errada de tudo o que ouvi, depois de enaltecer a sua fé e a

sua crença, tomaria a liberdade para dizer que, tantos que lhe louvam — e o público é muito seu — algumas vezes das suas afirmações e das suas convicções divergem, mas entre todos aqueles assim agindo, assim procedendo — e nunca vi ninguém que tivesse diretriz oposta — faço questão de louvar-lhe, imediatamente, como parte integrante daquela divergência, a sua indomável fé e a sua indomável convicção em tudo aquilo que sustenta na televisão.

Como todo homem já avançado na idade a televisão é muito do nosso encanto, é muito do nosso passatempo, após a nossa vida dia inteiro, nesta Casa; a televisão é como que um prêmio que Deus nos dá para que o desrecalque se faça, para que a tensão parlamentar diminua e é olhando para o vídeo que nós encontramos, tantas vezes, a terapêutica de que precisamos para um descanso mental de uma "válvula de escape" para a intoxicação psicológica tão frequente em nossa vivência política.

Mas, Cidinha Campos, eu diria a você que a mulher de crença e de fé tem, sem dúvida, o seu público, como já assinalei; mas que a evolução — são conceitos que escrevi enquanto você pronunciava a sua exuta exposição — a evolução dos conceitos humanos exige etapas, e essas etapas, infelizmente, não são fulminantes; são, de forma geral, lentas, com o nosso desagrado, para que a crença de muitos sobrepuje a de tantos.

De modo que é preciso que mulheres como você não descansem; imponham-se à predisposição, que deve ser de minuto a minuto, de segundo a segundo, de uma missão a cumprir.

Todos nós, na vida, temos uma missão a cumprir; a de vocês é a de pregar as idéias em determinados setores e com determinados enfoques. Diria que a notoriedade e a bem-querência de que desfrutam os artistas, às vezes as enfocam e permitem que sobre eles se cometam equívocos, e sobre eles se dêem ênfase maior do que àqueles que não são irmãos para que, aqueles que não são fraternos, consigam e pratiquem, na presença da mulher, na presença da artista, na presença do negro — eles como que extravasam o que de maldade têm no coração — aquilo contra o qual você combate, no bom combate, o combate daqueles que crêem naquilo que dizem, e que praticam aquilo que é sua própria fé, sua convicção. Avançamos, indiscutivelmente, com raras exceções, exceções essas invulneráveis em todas as manifestações humanas.

Você assinalava a situação de duas mulheres, por mim também muito festejadas, e uma delas tenho a ventura de conhecer mais de perto, Bibi Ferreira, porque sou dos tempos em que ela, ainda muito criança, aparecia acompanhada de seu pai. E agora, nessa beleza de apresentação que o Programa de Ailton Rodrigues fez, com aquele quadro de tirar o chapéu, reparei bem a emoção com que ela recebeu Procópio, emoção para a qual não estava preparada, porque não sabia que ele ali se encontrava.

E o fim do quadro foi exatamente aquele: o aviso de que o Procópio viria, no término do espetáculo, abraçá-la. E ela dizia: "Meu Pai, meu querido filho; caluniam-me tanto, dizem que, para não lhe fazer companhia, tomo, as vezes, de forma escondida e secreta, o trem para despistar você no seu acompanhamento à sua filha querida".

Eu via naquela declaração da Bibi e percebia nos seus gestos e naquele semblante macerado pelas desditas — inclusive pela perda do Paulo — a mulher que queria dizer ao público brasileiro — porque a Bibi tem um público extraordinário que vê, naquela mulher, a artista sublime, a artista segura, a artista da tese complexa e profunda — que examinando tantos aspectos sociais, ela faz de suas peças, também, a bandeira para tanta coisa que é preciso que se diga ao povo brasileiro, para o seu conhecimento.

A discriminação que se fez contra a Bibi, por ocasião da sua entrada para o Colégio, e essa referência que você fez a Dercy Gonçalves, essa mulher que não tem idade, porque é permanentemente uma mulher jovem, porque é uma mulher que sorri, e que faz mais do que seu sorriso, que os outros sorriam ainda com mais alegria; essa mulher — eu sei — que tem sido muito vigiada e policiada pela Censura — e dir-se-á, a censura é, ainda hoje, severa — por coincidência, por

isso pediria sua atenção: pretendo fazer um discurso no Senado Federal, e já estou inscrito desde ontem, em que faço um apelo ao Governo para que revisione seu conceito de censura; um apelo sério, um apelo profundo e, partindo de um homem que tem dado a sua vida na sustentação do Governo, chamando a atenção de que o Governo não está numa diretriz segura, na hora em que pratica a censura, no *modus faciendi* com que vem fazendo, ou que vem procedendo.

Faço, também, como término do meu pronunciamento de hoje, um apelo para que se ponha um ponto final neste assunto que há tanto tempo vem sendo estudado, para a regulamentação da vivência do ator, do artista, da sua profissão.

Ja abordar no meu discurso o ator; depois, resolvi colocar uma amplitude maior, e fazer um apelo pela regulamentação do artista, porque sei que a divergência no Executivo está em que alguns preferiam que a regulamentação fosse estritamente na órbita do ator. Depois, houve um deslanchamento para que a amplitude fosse maior, e achando eu que se deve aproveitar a oportunidade para que essa amplitude seja maior, no meu pronunciamento peço ao Governo, com a humildade que Deus me deu, plenamente consciente de que não é sabugice, mas é a humildade que acho deve caracterizar as criaturas humanas, digo ao Governo que chegou a hora de mandar a Mensagem, chegou a hora de fazer, porque vi dezenas de amigos meus, e ainda ontem, falando telefonicamente com Yara Cortes, dizia a ela, louvando seu trabalho na novela *Dona Xépa*, que era preciso atender ao pedido — que não era só dela, mas de tantos, porque é de tantos que tivemos ouvido essa solicitação — para que o Governo marcassem uma posição firme, e de vez resolvesse essa problemática, porque era necessário que assim se procedesse.

E dizia, também, à minha amiga Yara que, este ano, ela aqui viesse à Câmara e ao Senado, porque nós, parlamentares, com esse tumulto de vida que temos, tanta coisa que poderíamos ter feito nos passa, pela velocidade do tempo, enfrentando problemas os mais complexos. Que ela mandasse um representante, para que nós outros, aqui no Congresso Nacional, não nos esqueçêsssemos daquela casa que é o símbolo da artista, da artista que deu tudo da sua vida, e que tem um cantinho para viver e para morrer, que é a Casa do Artista. Ela até ficou de conversar com o Moreno, que, no meu tempo de Previdência, era o homem que diariamente estava no meu gabinete, e foi quando pude, realmente, ajudar muito à classe dos artistas brasileiros e jornalistas, e por isso ganhei um diploma de Grande Defensor dos Artistas e dos Radialistas Brasileiros, para que mandasse um representante aqui para acompanhá-la, de gabinete em gabinete, para que dessemos, embora modesta, uma ajuda à Casa dos Artistas, pois toda vez que lá vou, emociono-me vendo uma Aracy Cortes, vendo uma Zaira Cavalcante, vendo um número de mulheres que, no meu tempo de estudante, era a nossa alegria, e nos estimulava para que passássemos, de ano a ano, por ter a sua amizade; sentíamo-nos retemperados espiritualmente para a jornada universitária que enfrentávamos.

A sua vinda aqui, assinalando ainda existe esse preconceito, digo-lhe que infelizmente existe. Mas, já existem leis como a do Afonso Arinos que proíbe essa discriminação em determinada área. E essa discriminação que é parte, que nasce e que éposta em execução pela Censura, é o meu pensamento que vou expressar, hoje, no Senado da República, pedindo que se modifique, que se altere e que não se estrangule tanta criatividade dos artistas, do ator, que não podem, realmente, agigantar-se, tantas vezes, com a mercê da inteligência e da habilidade do jogo das palavras que possuem, e do amor à arte que cultivam e cultuam. Não é possível porque tudo isso é criatividade humana, e não se pode, de forma alguma, ir contra a criatividade humana, porque ela é, realmente, fundamental a todo direito de liberdade de criação.

Assinalava você — porque você não tem a obrigação de conhecer, embora seja uma mulher altamente versátil, conhecendo de tudo muita coisa — a decisão da Justiça mantendo a proibição da censura da sua peça. Eu, acompanhando de perto — porque desde meus 16 anos, como repórter de *O Globo*, e de alguns jornais cariocas, passei

a minha vida universitária dentro dos tribunais — examinando, vi logo que o caso era de mandado de segurança, na modéstia do meu campo.

Digo-lhe que a crítica não deve ser feita à Justiça, porque a Justiça não é a sentença de um Juiz; justiça é um todo. E dentro da fragilidade do julgamento humano, a sabedoria dos homens e do Parlamento fez com que a Justiça tivesse várias etapas. Uma decisão de Primeira Instância é como aquela que lhe negou o direito que você pleiteava. Tem a corrigi-la o Tribunal imediatamente superior, e você foi vencedora no Tribunal Federal de Recursos.

E se você lá tivesse a desdita de perder aquilo que pleiteava, o direito que sustentava com tanta razão, com tanta fé e tanta convicção, você teria, ainda, o recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. Aí sim, a última etapa, onde velhos encanecidos têm a única preocupação — embora reconhecendo que tantas vezes erram, mas o erro não os desestimula, pelo contrário, o erro alerta de que é preciso atenção — de que é preciso cada caso seja examinado como ele está presente à apreciação dos julgadores, porque dificilmente você encontrará dois casos iguais, como dificilmente encontrará duas criaturas iguais.

Você recebeu, no meio do caminho, o veredito que liberou sua peça. Então, aquela decisão de primeira instância, não a considere como a da Justiça, porque a Justiça é quando se proclama através do órgão da sua cúpula, a decisão final, a decisão terminativa. Aí sim, ela pronunciou a última palavra, contra a qual não há recursos, senão nos conformarmos diante da sua manifestação soberana.

E tantas vezes nós, advogados, para nossas casas vamos, entendendo, não sei se pelo entusiasmo com que defendemos as causas, não sei se por que outras razões nos levam a esse sentimento, e nos convencemos de que aquela decisão está errada. Mas aí entra a necessidade social de nos curvarmos diante daquele Tribunal que realmente é o último, porque se assim não procedêssemos, teríamos que ter milhares e milhares de tribunais, porque em toda contenda existem duas partes; uma que diz sim e outra que diz não; uma que diz eu quero isso, e outra que diz eu quero aquilo.

De modo que, em toda decisão, há um descontente, e é por isso que, quando a Justiça fala em última decisão, é preciso que nos curvemos, vendo que, naquele instante, vencemos ou perdemos, mas existe outra criatura humana, outro órgão, outra coletividade que venceu ou que perdeu também, e que ali, então, chegou-se ao fim.

O que quero lhe dizer é que, realmente, você representa, na estrutura da comunicação humana, uma figura de real importância, e continue na sua jornada, continue na sua trilha, continue "na sua", como os jovens costumam dizer, que você não se arrependerá, sobretudo, não se constrangerá de forma alguma e, pelo contrário, estimulará, dará oxigênio, dará óleo canforado ao seu coração, pois diz e faz aquilo que quer. E a estrutura humana, a convivência social e a vivência humana — repare bem — quase que 90 por cento, digo mesmo 100 por cento das criaturas passam e são muito felizes quando, no fim do dia, num exame rigoroso de consciência, constatam que fizeram 20 por cento daquilo que queriam, e 80 por cento daquilo a que foram levadas a fazer, por imposição inflexível do contexto social, por imposição de motivos imponderáveis, enfim, pela imposição que todos dizem, que do destino.

Continue, minha amiga — eu que já lhe conhecia de tantos anos, de velhos programas — continue na sua jornada, porque ela é boa, é útil, é realmente necessária para a defesa da mulher diante da qual todos nós nos curvamos pela beleza do seu significado humano, nós todos que tivemos mãe e que temos mãe; que temos esposas e temos filhas, e vivemos na mulher o encanto, a razão de ser, porque não dizer, das nossas próprias vidas.

A minha alegria em vê-la, e as minhas felicitações pela sua luta e pela sua jornada de combate.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Passaria a palavra à Relatora para que inquiria a conferencista, fazendo um apelo para que seja o mais breve possível, pois a Cidinha tem compromissos fora de Brasília, e deverá estar no Aeroporto dentro de dez minutos.

A SRA. RELATORA (Lygia Lessa Bastos) — Sr. Presidente, apenas quero agradecer as referências elogiosas a mim feitas pelo Senador Henrique de La Rocque, e fazer uma confidencial: quando conheci melhor o homem que presidiu o Instituto — naquela época era Vereadora — encontrei o amigo, o irmão. E quanto à Cidinha, agradeço a sua presença e sei que terá de pegar o avião às onze e meia, senão perderá o espetáculo. Muito obrigada.

A SRA. CIDINHA CAMPOS — Por favor, eu pediria a todos, com a maior urgência, que regulamentassem a nossa profissão, porque ela existe. Muito obrigada. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — (Fora do microfone.)

A SRA. RELATORA (Lygia Lessa Bastos) — Como relatora, gostaria de, ainda respondendo à Cidinha, dizer que a Mensagem da regulamentação chegou ao Congresso, mas foi retirada pelo Governo, a pedido dos artistas, e hoje está no Ministério do Trabalho. Há uma Comissão encarregada da feitura da redação final, com a colaboração dos artistas que têm vindo semanalmente a Brasília, e aqui estão presentes, hoje, assistindo, também, aos nossos trabalhos, como a Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, que já depôs, D. Maria Alice, e, infelizmente, como perdi o meu melhor amigo, meu pai, estava ausente nessa ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Esta Presidência registra, com muito prazer, a presença de Heloneida Studart, mulher cuja apresentação se torna inócuia. Jornalista profissional, conhecida em todo o País pela coragem de suas posições numa luta que é hoje uma luta internacional de liberação da mulher.

Heloneida Studart já publicou os seguintes livros: *Diga-me seu nome. A culpa. O pardal é um pássaro azul. Deus não paga em dólar*, este último com o prêmio Orlando Dantas. É ensaísta, autora de *Mulher, brinquedo do homem, e Mulher, objeto de cama e mesa*, com cinqüenta mil exemplares vendidos.

É uma das figuras femininas de maior prestígio no País e uma das teóricas do Movimento Feminista Brasileiro. O Congresso Nacional ouvirá a Srª Heloneida Studart, com muito prazer.

De acordo com as normas da nossa CPI, a ilustre conferencista fará uma exposição inicial, com tempo a seu juízo e, depois, será inquirida pelos Membros do Congresso.

A SRA. HELONEIDA STUDART — Exmº Sr. Presidente, demais componentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Srs. Parlamentares, meus Senhores, minhas Senhoras.

Vim aqui para falar da mulher trabalhadora e para colocar a mulher trabalhadora, a luta da mulher em geral, como uma luta menor dentro da luta dos trabalhadores em geral.

Quando se fala em movimento feminista no Brasil, pensa-se sempre, de uma maneira folclórica, que a mulher pretende fazer guerra ao homem. Isto não é verdade. A mulher se proclama dessemelhante do homem, embora postulando ser sua igual nos direitos, nos deveres, nas responsabilidades e, principalmente nisso, de que venho tratar hoje, que é o mercado de trabalho.

Falei aqui que ia tratar da mulher trabalhadora, porque se trata de um trabalhador de segunda classe, de um trabalhador que, em todos os contingentes, é mais mal pago, recebe uma remuneração menor, e tem uma atividade menos gratificante.

Verifica-se que, das 33 milhões de mulheres em condições de atuarem na produção do Brasil, apenas 6 milhões estão participando ativamente da economia. E verifica-se, ainda, que dessas mulheres, 57 por cento engrossam o contingente dos trabalhadores que ganham o salário mínimo.

Gostaria de dizer que, embora este seja um País sem estatística — nossas estatísticas são, de modo geral, precárias — as estatísticas de que dispomos e que foram citadas por Eliete Safioli no seu famoso livro, dizem que a mulher à medida que se acelera a nossa formação econômica vem sendo limitada e, em algumas fases, até, eliminada do mercado de trabalho.

Assim é que em 1872, 45% das mulheres participavam de algum tipo de atividade produtiva, quer na agricultura, quer na manufatura que eu estava começando, quer nos chamados serviços domésticos ou terciários.

Pois bem, em 1920 esse contingente era muito menor e apenas 15% da população feminina trabalhava ativamente. E hoje, depois do processo de industrialização que houve em 1950, verifica-se que apenas 17% das mulheres estão trabalhando e a maioria delas, nessa chamada faixa do salário mínimo ou então ao nível do subemprego ou ainda no gênero daquele tipo de trabalho agropecuário, de zona rural, que é o trabalhar como trabalhador não-remunerado, como se vê frequentemente, entre sitiante e colonos, e que eu como nordestina conheço muito bem, de onde caiu toda a ideologia de fragilidade da mulher, que é uma falsa ideologia, pois sempre vi as mulheres trabalharem no cabo da enxada, de sol a sol, com uma única diferença, de que, na região em que nasci, o homem por uma jornada de sol a sol, para colher algodão ganha Cr\$ 10,00 e a mulher ganha Cr\$ 5,00, além de que se pede dessa mulher uma tarefa suplementar que é a tarefa doméstica, ou seja, após o dia de trabalho ela ainda deverá ir buscar água no pingo a alguns quilômetros de distância, que nós chamamos de léguas, e se há algum parlamentar nordestino aqui saberá o que é: "Fui a 6 léguas de distância buscar água no pote". Ela ainda deverá se encarregar dos filhos e deverá ainda fazer comida, e eu digo quando há comida. E essa mulher, que vive num sistema de sub-remuneração, encontra em toda a parte não só a situação que lhe foi condicionada pelo mercado de trabalho, mas, também, a situação que lhe foi dada pela ideologia dominante e que se manifesta — falarei numa linguagem popularesca — naquilo que se lê nos parágrafos dos caminhões: "mulher aqui só diz valha-me Nossa Senhora do Parto".

Diante dessa situação de mulher subempregada a Universidade de São Paulo fez uma pesquisa para ver se era verdade isso, que essas mulheres feministas estavam dizendo todo dia, que as trabalhadoras eram trabalhadoras de segundo time. Em 1970 esta Universidade fez uma pesquisa e chegou à conclusão de que, realmente, em todos os escalões de todos os empregos, apesar da lei que é muito clara e diz que para trabalho igual, salário igual, as mulheres recebiam sempre muito menos do que os homens e até mesmo naquelas profissões ditas femininas, ou seja, secretárias e tradutoras, elas ganhavam, pelo menos, 25% menos do que os homens.

Entre os condicionamentos que se criaram sobre a situação da mulher, criou-se uma idéia interessante que não tem fundamento algum na economia e nem na ciência política, é que o trabalho da mulher é um trabalho suplementar ao do homem, é um trabalho que ajuda o do homem. Este argumento não tem, absolutamente, validade alguma. Estou à vontade para colocar isso porque coloco sempre, é meu patrão. Se meio quilo de tomate está valendo na praça Cr\$ 5,00, não vou vendê-lo na feira por Cr\$ 4,00 apenas porque sou mulher. Não interessa que seja casada ou que tenha pai, ou irmãos trabalhando, o que interessa é o peso que está valendo o trabalho no mercado. E isso não está acontecendo com a mulher. A própria mulher aceita essa teoria de que o trabalho dela é e deve ser mais mal pago, ela se conforma, ela é cúmplice de uma situação que já é muito velha e já está se tornando extratificada na cultura.

Se se verificar, por exemplo, a situação da mulher diante do próprio sindicato e, quando se fala em sindicato, quando se fala em liberdade eu, que sou uma pessoa muito realista, pelas minhas raízes, e pela minha formação, digo sempre: a liberdade que me interessa primeiro é a liberdade dos sindicatos porque, se muitos homens representam o povo, como os senhores, e outros escrevem nos jornais, como eu, a verdade certa e esmagadora é que a totalidade do povo trabalha e, portanto, são os sindicatos, é dentro dos sindicatos que se passam as verdadeiras lutas e onde a liberdade tem maior importância para que se possa reivindicar condições de vida mais dignas.

Verificando, também, a base de pesquisas estatísticas, qual seria a situação da mulher dentro do sindicato? Viram-se duas coisas: primeiro, que nos sindicatos do Rio de Janeiro que, são, se não me engano 104, apenas 12% das mulheres de cada categoria profissional são sindicalizadas e dessas 12% apenas 10 sabem que o sindicato é o único órgão que, realmente, representa o interesse do trabalhador.

A maioria delas — as 6 ou 8 restantes — acha que o sindicato é um órgão sócio-recreativo — digamos assim — um clube. E existem aquelas que até não sabem para que o sindicato serve e existem várias que responderam: eu não vou ao sindicato porque o meu marido não deixa.

Então, verificamos que, por sua vez, essas entidades de representação de classe que são os sindicatos, elas não se interessam em promover o trabalho da mulher, ou seja, para promover a profissionalização da mulher, a qualificação da mulher no trabalho, não.

A maioria das coisas que o sindicato tem para a mulher são cursos de corte e costura, ou seja, confirmações daquilo que se chamaria de papel tradicional da mulher, o papel de rainha do lar, aquele papel que a sociedade tecnológica já não aceita que ela desempenhe apenas, até mesmo porque é um ser tão bem dotado quanto o homem, é um ser dotado dos mesmos 12 bilhões de neurônios que o homem tem no cérebro e não é justo que viva numa única dimensão. Sem abrir mão dessa dimensão encantadora e dessa dimensão que nenhuma de nós mulheres quer lançar fora, que é a dimensão da feminilidade e da maternidade, a mulher do século XX — e entre as quais a mulher brasileira — quer viver em todas as suas dimensões.

Voltando ao problema da mulher trabalhadora, partamos da situação da mulher que trabalha fora. Diria, então, que a mulher que trabalha fora tem uma grande preocupação que vem do mais íntimo de sua estrutura psicológica, com relação à maternidade, e é a seguinte: ela pensa "com quem deixarei meus filhos"?

Sabemos que, desde 1969, existe no Brasil uma lei que diz: toda empresa que tiver mais de 30 mulheres com idades acima de 16 anos, deverá ter instalações de uma creche para que a criança receba assistência próxima da mãe, como assistência de enfermagem, instalações sanitárias e assim por diante. Esta lei continua, como muitas outras, ornamentando os papéis.

Verificou-se que, em 1976, em todo o Rio de Janeiro, existiam apenas 90 creches e estas eram de diversos tipos, desde a creche particular que cobra uma média de Cr\$ 1.500,00 para guardar uma criança, até a creche que é feita em convênio com organismo público ou religioso sem contar que existem inúmeros depósitos, mais ou menos clandestinos, onde as mulheres operárias deixam os seus filhos para serem guardados nas piores condições de higiene e de apoio psicológico existentes e conhecidos.

Não se faz nada para que a mulher trabalhadora tenha a capacidade de desenvolver o seu potencial com tranquilidade. Inexistem, não só as creches, como as cidades infantis, como as escolas pré-primárias gratuitas, os jardins de infância gratuitos e tudo aquilo que se chama de equipamento coletivo, sem o que a mulher que trabalha será sempre uma mulher angustiada e aflita porque não sabe de que maneira estão sendo tratados seus filhos.

Levamos em conta que a média dos filhos da mulher que trabalha é sempre de 4, não são famílias pequenas, são sempre 4 filhos. Esta organização e este amparo não existem e a mulher fica sempre, de uma maneira curiosa, sozinha para se encarregar de seus filhos.

Pergunto-me, como mulher que sou, como trabalhadora que me orgulho de ser e como mãe, se o filho pertence à mulher? Sabemos nós que não. O filho pertence à sociedade, o filho é um ser que é preparado, por vários fatores, para atuar e se desenvolver no mundo e, de preferência, para mudar o mundo. Mas, ele não pertence à mulher, não fica no colo de sua mãe, ele tem um desenvolvimento que é do ventre para os seios, dos seios para o colo, do colo para o chão, do chão para a rua, da rua para o mundo. Não tem nenhum sentido

que se deixe a mulher sozinha para criar este filho que não pertence a ela.

São todas essas, e muitas mais, as problemáticas com que se defronta a mulher trabalhadora em nosso País, sem contar com os baixos salários, com a falta de amparo da sociedade, com o assuila-mento. Verifica-se, por exemplo, que na faixa dos maiores salários, há uma mulher para cada 3 homens; dos salários de nível médio, há uma mulher para cada 6 homens; e, na faixa acima dos 20 salários-mínimos, há apenas uma mulher para cada 19 homens. É toda uma conjunta que coloca a mulher como um ser menor ainda. Não discutirei, aqui, os aspectos jurídicos porque não sou advogada mas, aqui, já foram discutidos e tenho a impressão de que esta Comissão quer tirar uma visão global de tudo aquilo que é o ser feminino no Brasil.

Não vou-me estender ainda mais, porque outros já falaram antes e tenho outro tipo de responsabilidades mas, queria dizer, ainda, aos senhores que a situação da mulher, no Brasil, tem que ser vista com muito realismo, principalmente, por aqueles que pensam em acelerar o desenvolvimento deste País, porque uma coisa é verdade, sem as mulheres, sem a atuação das mulheres na produção, sem a participação das mulheres na política, é até possível que a sociedade construa muitas pontes, muitas estradas e muitos poços de petróleo. Mas, para construir uma sociedade humana, em que os valores humanos tenham predominância e que seja feita uma sociedade voltada para o homem e não para cifras e estatísticas — é a experiência universal — sem a mulher não se obterá esse tipo de desenvolvimento. É a mulher que dá o toque humanista a todo o tipo de sociedade voltada para o homem porque ela, entre outras coisas, é a mãe do homem. Era o que tinha a dizer, muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Indago se há algum parlamentar que deseje fazer perguntas à ilustre conferencista? (Pausa.)

Com a palavra a Sra. Relatora.

A SRA. RELATORA (Lygia Lessa Bastos) — Heleneida Studart, é um prazer tê-la aqui conosco. Gostaria, como relatora que sou da Comissão, que você me dissesse o seguinte: no contexto da legislação brasileira quais as leis ou dispositivos legais, que devem ser alterados em defesa da mulher?

A SRA. HELENEIDA STUDART — Acho que seria, assim, uma conversa para ter com você, depois, porque tenho a impressão de que todos os Códigos que, no momento, nos regem são muito discriminatórios da mulher e, a própria Consolidação das Leis do Trabalho em que a mulher tem uma posição muito protegida — a CLT tem vários itens e muitos artigos em que a mulher está, realmente, amparada — estes itens e artigos não são cumpridos, haveria mais que pôr em ação esse episódio que citei do amparo à mulher trabalhadora. Depois, todo esse tipo de buscar — que sejam cumpridas as leis que determinam, que já estão aí, para trabalho igual, salário igual, quando isso não existe — começando com os bôias-friás que apanham café, no sul de Minas Gerais; elas ganham quase a metade do que os homens ganham, e isto em todas as profissões, mesmo já de curso superior. Haveria que fazer aplicar a lei, que as empresas aplicassem a lei, que as empresas se esforçassem para eliminar a mentalidade que faz com que elas considerem a mulher como um ser que não precisa do salário, quando isso não é verdade, não é isso que está em causa.

Proporia que nos encontrássemos novamente e com uma advogada, com pessoas que estudaram o Código Civil e comigo que conheço um tanto a CLT, tenho experiência de sindicatos e jornalismo, para vermos como aplicaremos essas leis, para começar a mudar, porque o processo de mudança da mentalidade é muito mais lento.

A SRA. RELATORA — (Lygia Lessa Bastos) — Com prazer irei ao seu encontro e minha pergunta já foi válida pela resposta dada.

A SRA. HELENEIDA STUDART — Fico muito contente de ver a mulher aqui. Digo sempre: Lygia, minoria absoluta o que representa a ausência das mulheres brasileiras no processo político nacional. Elas não se lembram de que o processo político é um processo que vem pela raiz. A mulher tem que ser, também, um ser político a partir de sua vida estudantil, de sua vida de trabalhadora e depois dos diretórios dos Partidos para, finalmente, chegarem à posição que chegou Lygia Lessa Bastos, representarem homens e mulheres, quer dizer, as mulheres representam muito bem os homens e as mulheres.

A SRA. RELATORA (Lygia Lessa Bastos) — Heleneida, você é favorável a um programa de esclarecimento às camadas sociais carentes, mais carentes, de controle da natalidade com planejamento mais efetivo?

A SRA. HELENEIDA STUDART — Acho que isso é uma arma de dois gumes. Realmente, é muito bom, muito adequado — a meu ver — que cada família faça o seu planejamento. Acho que é muito perigoso uma política indiscriminada, por exemplo, de distribuição de pílula, porque sabemos que o organismo da mulher reage de modo diferente — cada mulher é uma mulher — então, precisa de um determinado tipo de dosagem de hormônios e não vejo como se faria esse acompanhamento.

Temo que os chamados temas secundários sejam muito sérios; como se faria, por exemplo, numa população disseminada pela Amazônia e pelo Nordeste, como se faria este controle? A mulher da alta classe média, quando vai ao seu ginecologista, recebe exatamente a pílula com a dosagem exata e em seguida, se ela sentir uma dor de cabeça ela terá dinheiro para voltar ao seu ginecologista, pagar a consulta e ele mudará a pílula para outra marca que tenha menos ou mais hormônio. Tenho muito medo da chamada distribuição em massa para as mulheres. E, também, os homens nunca colaboraram nesse programa de controle de natalidade, eles acham que isto é problema da mulher.

A SRA. RELATORA (Lygia Lessa Bastos) — Muito obrigada. Heleneida, você acha correto realizar serviço cívico feminino onde a mulher teria noções de puericultura, socorros de urgência, etc.?

A SRA. HELENEIDA STUDART — Acho que todo processo educacional seria útil, e digo mais a você, Lygia, tenho a impressão, ultimamente tenho feito conferências numa faixa muito grande de mulheres mais velhas do que eu e, no entanto, mais jovens do que outras que estão aí, mulheres que passaram a sua vida como donas-de-casa e como mães e uma vez que elas cumpriram sua tarefa elas ficaram esvaziadas, ficaram sem objetivos. Elas dizem: ah! meus filhos cresceram, foram embora.

Uma delas usou uma expressão que acho muito bacana: "eu fiquei como uma casca de ovo vazia, o que vou fazer agora de minha vida"? Tenho a impressão de que há um voluntariado de mulheres, um número muito grande de mulheres que poderia ser chamado, entusiasmadas para esse trabalho de esclarecimento às camadas mais pobres, de ensinamento, de apoio. Seria um serviço social, não oficial, que essas mulheres poderiam fazer e que nem precisaria haver uma convocação compulsória. Se houvesse uma mobilização de caráter de propaganda, de educação pública, há um voluntariado imenso de mulheres que viria prestar serviço, elas estão querendo, elas têm uma disponibilidade.

A SRA. RELATORA (Lygia Lessa Bastos) — Você considera, Heleneida, que uma Comissão Especial do Congresso, de caráter mais duradouro que uma CPI, seria contribuição relevante para as soluções que se pretende, para a igualdade jurídica e social entre o homem e a mulher no Brasil?

A SRA. HELENEIDA STUDART — Eu acharia da maior importância, porque poderíamos voltar aqui sempre e como o Congresso é uma sociedade muito misógena — visto que só você está aí — ficariam os homens do Congresso, que são os nossos represen-

tantes, sabendo o que estão pensando e como estão agindo as mulheres para melhorar a sua situação.

Eu sempre digo que melhorar a mulher é melhorar o homem, aperfeiçoar a mulher é aperfeiçoar toda a sociedade: ninguém aperfeiçoa a mulher contra o homem, só se aperfeiçoa a mulher e a situação vai a favor do homem. Então, acho que seria da maior importância porque as coisas estão mudando sempre e viríamos aqui, faríamos denúncias, apelos, viríamos aqui e contariam como as coisas andam para as mulheres. Muita coisa já se obteve, não é? Desde passar as responsabilidades para o INPS, as responsabilidades que faziam com que tantas empresas não recebessem mulheres porque deveriam pagar as despesas das mulheres gestantes, das mulheres mães, depois que isso passou para o INPS melhorou imensamente, e o que foi isso, senão a clareza, a lucidez das mulheres que lutaram por isso?

A luta das mulheres tem que ser uma luta permanente, é uma luta que interessa a toda a sociedade. Então, seria interessante que ficasse, permanentemente, aberta esta tribuna para que as mulheres viessem aqui dizer a quantas elas andam e o que estão reivindicando, o que elas estão procurando.

A SRA. RELATORA (Lygia Lessa Bastos) — Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Com a palavra o Senador Henrique de La Rocque.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Depois das lutas e vitórias constantes do seu trabalho doutrinário-literário, conhecido por uma parcela maciça do povo brasileiro, D. Heloneida Studart, hoje, para satisfação nossa, superou mais uma etapa-exposição. Pela mesma, sem dúvida um aglomerado de belas teses, receba as nossas melhores felicitações, de todos nós que no plenário desta Comissão nos encontramos. Fez muito nossa amiga, guerreira doutrinária. E continue pelejando o bom combate, o combate que tem sido a sua peregrinação, na vida. Temos a certeza de que esses são os votos de todos os Parlamentares brasileiros e a nossa ênfase, também, ao comportamento sério e produtivo do Presidente desta Comissão Mista, erudito Senador Gilvan Rocha, felicitações que o Plenário estende à relatora da Comissão, a nobre Deputada Lygia Lessa Bastos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — O Congresso Nacional cumpriu esta manhã, uma das suas atribuições mais significativas, a de auscultar parcelas do povo que representamos.

Tivemos hoje a jovialidade, o ímpeto, a inteligência, a descontração, a intuição, de uma das grandes figuras humanas deste País, a Cidinha Campos, e a coragem, a erudição, o talento, a perseverança dessa extraordinária Heloneida Studart. Muito agradou a esta CPI a presença dessas ilustres representantes do Brasil-mulher e muito agradaram, particularmente ao Presidente desta CPI, as colocações inteligentes e modernas de Heloneida Studart. Muito alegremente associei-me principalmente em dois problemas que me dizem de perito pela minha vivência médica. O primeiro, à inteligente reafirmação do que, o que se busca na luta feminina no Brasil é não acabar com as dessemelhanças que são óbvias, mas no sentido de igualdade de direitos já que biologicamente nenhuma barreira pode ser interposta na diferenciação do sexo.

A segunda colocação, que muito me agradou particularmente foi, o examinar-se aqui o problema da distribuição de anticoncepcionais que, na minha opinião, se politicamente é uma aventura, científicamente é um consumado desastre.

Por isso tudo, reafirmo que o Congresso Nacional cumpriu hoje, extraordinariamente, esta missão de auscultar pessoas realmente representativas do pensamento nacional. Creia, Heloneida, que o exemplo da sua abnegação, do seu talento, o seu trabalho, me permita — em uma Comissão que quer acabar com a discriminação — uma discriminação que certamente será muito do seu agrado — nós hoje somos a imensa maioria de nordestinos aqui neste recinto — um abraço muito cordial de um quase seu conterrâneo, no

sentido dessa reafirmação feminina de raízes tão profundas do nosso sofrido Nordeste e acredito que o depoimento que foi prestado por V.S* à CPI, será de muita valia no estudo que faremos para que se acabe, de uma vez por todas, a discriminação sexual que existe no Brasil.

Desejo agradecer a presença de inúmeras personalidades neste recinto e um agradecimento muito especial aos elogios dirigidos à Presidência e à Relatora desta CPI, pelo ilustre Senador Henrique de La Rocque, ao qual debito aquele companheirismo e aquela identidade de nordestinos sofridos que pretendem construir alguma coisa de bom para este País.

Está encerra da a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 27 minutos.)

12ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1977

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de agosto de 1977, no Auditório "Milton Campos", reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, incumbida de examinar a situação da mulher em todos os setores de atividades, com a presença dos Senhores Senadores Augusto Franco, Jarbas Passarinho, Otto Lehmann, Arnon de Mello, Luiz Cavalcante e Gilvan Rocha e os Srs. Deputados Lygia Lessa Bastos, Angelino Rosa, Theobaldo Barbosa, Passos Porto e João Menezes.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Cattete Pinheiro, Milton Cabral, Heitor Dias, João Calmon, Accioly Filho, Nelson Carneiro e Franco Montoro e os Srs. Deputados Inocêncio Oliveira, Cid Furtado, Leur Lomanto, Emanoel Waismann, Sérgio Murilo, Rubem Dourado e Pacheco Chaves.

Aberto os trabalhos, o Senhor Senador Gilvan Rocha, Presidente da Comissão, determina ao Assistente, seja lida a Ata da reunião anterior que logo após, é aprovada pela Comissão.

Em seguida, o Senhor Presidente convida as Senhoras Sandra Cavalcanti, Hilza Porto e Nadir de Souza Barbosa, para tomar assento à Mesa, relacionando os principais títulos e trabalhos das conferencistas convidadas.

Logo após, o Senhor Presidente, lê um documento encaminhado à Mesa, da Deputada Lygia Lessa Bastos, propondo a convocação do Dr. Carlos Alexandre Peão, Subsecretário de Proteção ao Trabalho, do Ministério do Trabalho, que é aprovado por unanimidade dos membros presentes.

Prosseguindo, a palavra é concedida à Senhora Sandra Cavalcanti, que discordou das premissas das conferencistas anteriores, tais como necessidade de revisão das Leis Trabalhistas, modificação de pensamento dos responsáveis pelo Mercado de Trabalho, etc. Seria desleal, injusta, disse a mesma, se afirmasse que sofreu discriminações durante os vinte anos de duração da sua carreira. As intrigas porque passou, os homens também sofreram. Reconhece haver condicionamentos que recaem sobre a mulher, mas não pelo fato de ser a mulher, citando o exercício do magistério, principalmente o primário, que passou a ser monopólio das mesmas, não sendo encarada como uma profissão dignamente remunerada, e sim como uma devocão, prolongamento das tarefas educativas do lar.

Em seguida, usa da palavra, a Senhora Nadir de Souza Barbosa, abordando as diferenças salariais que as mulheres enfrentam nas empresas privadas, frisando serem necessárias medidas efetivas para a verdadeira integração da mulher no desenvolvimento que ora se processa no mundo inteiro.

Logo após, a palavra é concedida a Senhora Hilza Porto, que retratou a vida das mulheres da zona rural nordestina, que compreendem 70% da população da região, adormecidas no sono de milenar indiferença, vida apagada dentro da vida em eclosão.

A fim de sanar esse quadro, apresentou sugestões, quase todas decorrentes do Plano de Ação da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher.

Após as palavras das conferencistas, o Senhor Presidente, concede a palavra ao Senhor Deputado João Menezes, afirmando que a explosão da mão-de-obra feminina virá naturalmente, desde que se encontre o meio de dar à mulher o papel importante no desenvolvimento brasileiro, sem prejuízo da família.

Usa da palavra, a Deputada Lygia Lessa Bastos, que indaga a respeito do serviço militar obrigatório para as mulheres, na qual a Senhora Hilza Porto mostrou-se favorável, sem os rigores do quartel. A Deputado Sandra Cavalcanti acha correto o serviço cívico feminino, no aspecto dos primeiros socorros, mas frisou ser favorável até do aquartelamento, se para isso a mulher puder chegar à Presidência da República.

Em seguida, a palavra é concedida ao Senhor Deputado Theobaldo Barbosa, que aborda o tema do planejamento familiar, e todas se mostraram contrárias à distribuição indiscriminada de pilulas anticoncepcionais, por causar sérios danos à saúde.

O Senhor Presidente, Senador Gilvan Rocha, agradece a presença de todas as conferencistas e comunica que o apanhamento taquigráfico da referida reunião, será publicada em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e vai à publicação.

Apresentado taquigráfico da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, incumbida de examinar a situação da mulher, em todos os setores de atividades, realizada em 11 de agosto de 1977, as 9:30 horas.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Há número legal, declaro aberta a reunião.

Solicito ao nobre Secretário que proceda à leitura da Ata da reunião anterior.

Procede-se à leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Em discussão a ata.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra, encerrei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a ata.

Os Srs. Congressistas que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Convidamos a nobre Deputada Sandra Cavalcanti para tomar assento à mesa. (Pausa.)

Esta Comissão sente-se muito honrada em ouvir três personagens de destaque, tanto no campo do trabalho geral como por suas ligações aos problemas da mulher.

Por uma coincidência infeliz para a CPI, hoje, o Congresso Nacional estará reunido, às 10 horas, para a votação de importante projeto, que modifica aspectos da Previdência Social. Desejo, portanto, em nome da Comissão, pedir escusas às ilustres Conferencistas pelo número diminuto de Parlamentares, explicável por esta simultaneidade de horário. Ouviremos as três Conferencistas, conforme nossas normas, que farão breves exposições, seguidas de debates com os Srs. Congressistas.

Em primeiro lugar, ouviremos a nobre Deputada Sandra Cavalcanti, personagem de trânsito nacional, mulher conhecida em todo o País e além das nossas fronteiras, que dispensa maiores comentários sobre o seu currículo. Apenas queremos relembrar que a Sra. Sandra Cavalcanti é Deputada pelo Estado do Rio de Janeiro, tendo exercido o cargo, entre outros, de Presidente do Banco Nacional de Habitação, além de já ter sido Secretária do Estado do Rio de Janeiro.

Concedo a palavra, então, à nobre Deputada Sandra Cavalcanti.

A SR. SANDRA CAVALCANTI (Faz a seguinte exposição.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Senhoras e Senhores:

Atendi, com muita satisfação, ao convite que me foi feito, e pretendo fazer uma exposição muito breve, para que os que estão presentes e tenham interesse possam, de imediato, entrar no debate.

Tem sido sustentado aqui, pelas minhas Colegas, companheiras que me antecederam, um ponto de vista que parte sempre de uma premissa que é dada como correta — a premissa de que, por circunstâncias várias, no Brasil, a mulher não está tendo, por parte da Legislação Civil, por parte da Legislação Trabalhista, e por parte do próprio mercado de trabalho, um tratamento de igualdade em relação aos homens.

Como consequência dessa premissa, várias observações são feitas: a de que é preciso fazer modificações no Código Civil; a de que é preciso alterar certos dispositivos que comandam os contratos de trabalho; a de que o Estado precisa criar uma estrutura de apoio maior para a mulher que trabalha, e a de que os conceitos sobre o comportamento da mulher precisam ser revistos e reformulados, para que a conduta normal das mulheres, no mundo de hoje, não seja objeto de uma dupla moral. Em suma, foi mais ou menos isso o que retirei dos resumos que a imprensa tem publicado dos depoimentos que aqui vêm sendo feitos.

Eu gostaria de dar um testemunho pessoal, talvez discordando um pouco dessa premissa. A natureza tem suas regras muito sábias. Embora à mosca, a lagartixa, o sapo, o morcego não sejam, propriamente, animais de estimação, eles representam, dentro do equilíbrio da natureza, presenças essenciais; eles funcionam dentro de um contexto. Embora a erva-de-passarinho, a tiririca e outros matos não sejam o que o homem considera útil, dentro do equilíbrio da natureza, esses vegetais têm uma função, que pode não ser a que agrada ao homem, mas é a que vai satisfazer a uma série de circunstâncias, entre as quais mudas, que alteram profundamente a chamada ecologia, palavra, hoje, tão em moda.

Eu sustento, há muito tempo, que existe uma "ecologia política", uma "ecologia social", uma "ecologia cultural". Há uma série de acontecimentos que podem não ser os ideais, podem não ser os modelares, mas que são muito importantes dentro da busca deste equilíbrio, que é a presença inteligente do homem sobre a face da Terra.

No sistema político, por exemplo, nós corremos sempre um risco de cairmos numas filosofias idealistas, numa linha quase que de utopia platônica, quando nós imaginamos que vamos, algum dia, alcançar aquele sistema de governo em que tudo funciona muito bem, em que todas as pessoas são extremamente responsáveis, em que não vai haver mais corrupção, em que ninguém mais vai ser torturado, e que as coisas todas vão ser divulgadas. Sabemos, se examinarmos a História, que isto é impossível. Nós temos que aprender a conviver com as doses mínimas desses elementos que nós consideremos incômodos, mas que, no equilíbrio ecológico do nosso comportamento, têm, até, uma função muito importante, porque se não houvesse gente violenta, agressiva, se não houvesse pessoas cruéis, o homem não teria produzido aqueles que reagem contra isso, extremando a sua bondade, e a sua generosidade até ao grau da santidade. Se não houvesse gente capaz de se apropriar do que não é seu, capaz de roubar, de furtar, se não houvesse pessoas capazes de se corromper, não haveria como exercitar, de maneira sempre tão constante, as virtudes da honra, da decência, da coragem, da capacidade de resistência. As doses é que modificam a ecologia.

Quando eu ando pelo interior do Brasil, e vejo projetos de reflorestamento na Amazônia, meu coração fica apertado, porque o solo da Amazônia, o clima da Amazônia, aquilo para o que a Amazônia foi criada, o que ela significa como resultado de milhões e milhões de anos de transformação da face da Terra, pede uma cobertura vegetal desordenada, fechada, escura, para que aquele equilíbrio permita que certos animais possam sobreviver dentro daquela mata. Do momento em que eu derrubo a mata, e planto uma série perfeita, interminável, de um mesmo tipo de árvores, fica muito bonitinho para se

olhar e para se fotografar. Mas lá não vai aparecer mais nem aquela flora, nem aquela fauna, que são a riqueza da vida da Amazônia.

Eu sinto, nos movimentos chamados feministas, o mesmo risco que vejo no reflorestamento homogêneo, no reflorestamento que não busca atingir, de forma inteligente, os mesmos níveis de equilíbrio ecológico que a natureza havia nos ensinado. No dia em que a humanidade for composta de homens e de mulheres, todos com a mesma estatura, com os mesmos direitos, com as mesmas vantagens, com as mesmas possibilidades, nós teremos uma "floresta homogênea", certamente. Mas teremos perdido, provavelmente, todo o equilíbrio ecológico que as diferenças fundamentais, necessárias, indispensáveis, nas categorias e nas comunidades da criatura humana, exigem para que o homem seja essa fonte de riqueza que ele é na face da Terra.

Todo esse caminho comprido foi para chegar e dizer o seguinte: nós não vamos poder colocar os carros adiante dos bois. Enquanto não ocorrerem, no Brasil, — e não em função das mulheres, mas em função do conjunto da vida do País — algumas mudanças de estrutura na formação cultural, na capacidade e na oferta de trabalho, na capacitação profissional, na produção de riquezas, enquanto essas mudanças não forem alcançadas no todo, as mulheres, no Brasil, permanecerão ainda, durante algum tempo — apesar de todas as reclamações — nas circunstâncias que são definidas como de inferioridade, hoje em dia, não porque haja uma discriminação contra elas, mas porque, exatamente, as condições de progresso social, cultural, profissional e a harmonia da sociedade brasileira só são conquistadas, atualmente, e de forma bastante razoável, graças ao sacrifício que essa parte do composto social vem sofrendo. Mas, graças a esse sacrifício, a ecologia vem se mantendo.

Se as mulheres, no Brasil, não fossem, como são ainda, em sua grande maioria, de forno e fogão, eu perguntou aos que estão aqui presentes o que seria das crianças que estão nascendo neste País? Está o Brasil estruturado, preparado? E quando eu digo Brasil, é este Brasil todo, diversificado, em que São Paulo se iguala aos países mais adiantados do mundo, em que há Estados que estão tão atrasados quanto essas nações emergentes da África; o Brasil, todo ele, é isto. Então, pode a sociedade brasileira, nesta altura, dispensar a presença da mulher brasileira dentro de casa? É uma pergunta. Não adianta dizer que é uma injustiça que ela tenha que ficar. Eu quero saber se ela pode sair. Eu sou testemunha do esforço que representa para uma mulher — como é, por exemplo, o meu caso, o caso da Deputada Lygia, e como tem sido o caso de tantas outras — tentar participar da vida pública no Brasil. Mas eu seria extremamente desleal e injusta se dissesse que, em algum momento desta vida pública, — que já tem 20 anos — eu tivesse sofrido uma forma qualquer de discriminação pelo fato de ser mulher. Tenho a certeza de que as ciladas, as armadilhas, as invejas, as tramas e futrícias que me atingiram foram as mesmas que atingiram os Srs. Senadores Jarbas Passarinho, Luiz Calvante e o Sr. Presidente, aqui, da nossa CPI, porque elas fazem parte da vida de todos os dias; não é pelo fato de se tratar de u'a mulher.

Mas, também, por outro lado, posso fazer uma observação. As mulheres, no Brasil, não votam numa mulher pelo fato de ela ser mulher; os homens não deixam de votar, pelo fato de ela ser mulher. No momento em que uma de nós, às custas de um grande esforço, consegue chegar ao patamar onde vai oferecer à comunidade o mesmo tipo de prestação de serviço, o mesmo tipo de dedicação, o mesmo tipo de trabalho que os companheiros do sexo masculino oferecem, nesta hora, as discriminações desaparecem. Só há uma discriminação importante, no Brasil, ainda, que é, realmente, uma discriminação que eu não diria feita contra a mulher, mas contra uma classe profissional, talvez porque ela detém dentro de si, participando, exercendo essa profissão 90% de mulheres — a discriminação contra o magistério. Esse, talvez, seja um dos poucos ângulos por onde a questão pode, de fato, ser examinada.

Será que se o grosso do professorado no Brasil, desde o começo, fosse composto de homens, seria a profissão de professor sempre tra-

tada com tal discriminação, em relação às outras profissões? Tenho a certeza de que não. Mas, como o exercício do magistério, principalmente, do magistério primário, foi devagarzinho, ao longo da História do Brasil, uma extensão discreta daquela ação pedagógica que a mulher mesmo exercia dentro de casa, ele trouxe para a área profissional aquela conotação de ser uma atividade quase doméstica. E, quando deixou de ser quase doméstica, continuou a ser uma espécie de monopólio das mulheres. E, por ser uma espécie de monopólio das mulheres, não foi encarado propriamente como uma profissão, mas como uma devocão, como uma vocação. Só quando as nossas escolas chegarem, de fato, a substituir a presença da mãe e do pai junto de uma criança e de um adolescente, num número bastante expressivo de horas por dia, é que essa vocação e devocão começarão a ser olhadas com características de profissão.

Isso aconteceu muito com os médicos, há mais tempo é verdade, mas aconteceu. Durante muito tempo, o médico de família não era um homem muito bem remunerado; ele era um homem muito considerado. Ele recebia como pagamentos um jacá de galinhas, paninhos, docinhos que a dona "fulana" mandava. O pagamento da consulta, tal como é hoje, de forma fria, calculada — cada vez mais fria e mais calculada — é uma conquista dos nossos tempos, à medida em que o exercício da medicina deixou de ser um ato de bondade, de amor, de amizade, para se transformar numa atividade rigidamente profissional.

Então, há, evidentemente, uma porção de condicionamentos que recaem sobre a mulher mas que não recaem sobre ela pelo fato de ela ser mulher, e sim porque, no contexto da vida brasileira, na estrutura da nossa sociedade, determinadas áreas, que ainda estão sendo tratadas desta forma, eram e são áreas preferencialmente ocupadas pelas mulheres. A quantidade de boas administradoras públicas está surgindo por toda parte, no Brasil, em terceiro e em quarto escalão. Já é um progresso. Antes não o havia. Hoje, qualquer governador de Estado sabe que, se ele entregar, não a Secretaria de Estado, mas a direção de departamentos a determinadas figuras femininas do Estado, vai estar muito bem servido. É claro, que isso vai formando uma consciência na comunidade. As primeiras foram um escândalo; as segundas, uma consequência, as terceiras começam a ser um hábito; as quartas já serão um desejo da comunidade. Isso é uma escala que se galga devagar, e, à medida em que se galga devagar não se destrói a ecologia da estrutura da sociedade do País.

Tenho muito medo de mudanças bruscas, em todos os setores; nunca dão certo. A única coisa que eu sei parece que dá certo, em matéria de mudanças bruscas, é a arte dos enxertos, que conseguem certas frutas que demorariam muito mais tempo para crescer e que, por arte dos enxertos, crescem mais depressa. Mas, mesmo aí, na arte do enxerto, na arte de fazer pegar de galho, há um respeito às leis da natureza e aproveitamento das forças que ela tem e que, de vez em quando, a gente pode combinar. Acho que a presença das mulheres, na vida pública brasileira, é tipicamente um fenômeno que está pegando de enxerto; a nossa participação está se fazendo de forma muito mais rápida do que a participação progressiva de certas camadas de homens, ao longo da História do Brasil, de certas classes sociais. Demorou, muito mais, na História do Brasil, que o filho de lavrador pudesse, um dia, chegar a ser médico do que está demorando uma mulher, um dia, chegar à Presidência da República, por exemplo. O acontecimento da primeira mulher que se candidatou a um cargo público, no Brasil, ainda não tem 40 anos, ao passo que o primeiro lavrador, que cuidou de terra no Brasil e que pôde ver o seu filho formado em Medicina, esse primeiro lavrador tem 477 anos de presença na terra brasileira.

Existe dentro deste ponto de vista, então, uma crítica discreta, não contundente, que faço a determinadas bandeiras que vêm sendo levantadas, por exemplo a de que uma das formas de auxiliar a valorização da mulher é ela trabalhar fora do lar. Esta premissa eu não aceito, porque está calcada em duas suposições: a primeira é a de que qualquer trabalho significa uma valorização pessoal da criatura

humana; a segunda é a de que a presença dentro de casa, educando os filhos, significa necessariamente uma desvalorização da mulher. Nem uma nem outra coisa são verdades. Há trabalhos que são extremamente humilhantes, que dão uma fadiga física insuportável e que não acrescentam nada ao aperfeiçoamento interior.

Gostaria de perguntar a essas sociólogas, a essas psicólogas, que defendem essa teoria, se elas têm o hábito de visitar certas fábricas onde trabalham mocinhas de 18, 19, 20 anos e onde trabalham senhoras. Uma fábrica de bolsas de plástico, por exemplo, em que enfileiradas, umas atrás das outras, estão máquinas de costurar, de cortar, de chulear e de coser; e atrás da máquina está uma mãe de família que, para ajudar no salário de casa, chega na fábrica às 8 horas da manhã, sai às 6 horas da tarde, e tem toda assistência social.

Neste período os filhos dela — na opinião dos que defendem esta tese — deveriam estar assistidos pelo Estado. É claro, alguém vai ter que tomar conta das crianças. Mas, como isto vai ficando muito caro para certos Estados, aparecem, então, nestes países, que não querem gastar parte dos lucros terríveis que vão auferindo na exploração deste tipo de trabalho, os programas de planejamento familiar e, até, os programas de levar essa pobre operária a usar a pílula, para que ela não tenha mais filhos. Premissas curiosas, essas!

Tinha muita vontade de saber que benefícios imensos devem acontecer na alma dessa operária, ou na alma daquela mulher que sai às 4 horas da manhã para o campo, com a enxada, para arar. Passam o dia inteiro fora; não sabem o que está acontecendo com os seus filhos, e, de repente, dizem-lhes: "já que a sua condição de trabalho é esta, não tenha mais filhos".

A ecologia é brutalmente destruída, porque quer queiram quer não queiram — e não fomos nós quem inventamos isto — somos nós as encarregadas de botar crianças no mundo. Os homens ainda não conseguiram, e nem desejam assumir estas tarefas. Elas cabem à mulher; e, evidentemente, se a mulher, por natureza, está organizada para isto, é porque este tipo de atividade deve lhe causar um sentimento profundo de realização pessoal, de alegria interior, de criatividade e de exercício de uma tarefa pedagógica da maior importância. Não conheço tarefa mais difícil do que colocar uma criança no mundo e entregá-la, aos 18 anos, ao Serviço Militar, com uma alma bem formada, com um caráter bem formado, com saúde e com capacidade para trabalhar.

Pensar que o Estado pode assumir essa tarefa é pensar que os passarinhos vão cantar, um dia, numa floresta de *pinus araucaris*. Passarinho não vai lá. Os pássaros gostam de florestas aparentemente desordenadas, heterogêneas, variadas. Aí eles fazem os seus ninhos, e aí eles cantam.

A mulher não pode aceitar, como premissa, que a permanência dela em casa represente, necessariamente, uma forma de diminuição. Mas, por outro lado, há uma diminuição, de fato, na mulher que fica em casa. Ela ocorre. Ela fica, coitada, cuidando só daquele ramerrão de todo dia, e chega, até, uma hora em que ela, tendo criado os filhos, terminou a sua tarefa; está sozinha.

Na estrutura antiga da sociedade, quando havia uma coisa chamada "casa", ou seja, um grande espaço físico em que havia quintal, em que havia cômodos, e em que a família toda acabava crescendo junta, ali dentro, ela passava de mãe à avó, ou passava de filha à tia, ou passava de filha à guardiã da velha mãe, que ficava por conta dela, e todo o equilíbrio da sociedade era mantido, na medida em que esses espaços de atuação da criatura humana eram ocupados. Destruída a "casa" por uma filosofia de instalação urbana do homem, que é uma loucura, aprisionada a criatura humana dentro de apartamentos — e a palavra é perfeita porque o apartamento aparta; aparta, realmente, a criatura humana dos outros, aparta da família, aparta dos vizinhos e aparta da comunidade — surge uma nova estrutura familiar em que o casal se junta e não tem suporte. Não tem avó para ficar em casa com as crianças, enquanto a mãe vai trabalhar.

O último recurso que resta do período da escravatura está terminando, que são as empregadas domésticas. Daqui a mais um

pouco, elas não existirão. Certas máquinas vão aliviando o trabalho físico — máquinas de lavar roupa, de lavar pratos, de moer carne, máquina disso, máquina daquilo — mas, ninguém, ainda, inventou uma máquina de tomar conta de crianças, ou melhor, foi inventada uma máquina de anestesiar e imbecilizar crianças, mas não de tomar conta delas.

Nos países onde o processo de industrialização retirou a mulher de dentro de casa, há muito mais tempo do que está acontecendo aqui no Brasil, a estrutura social se organizou de forma a dar a essa mulher, que ia trabalhar, o suporte necessário para que ela pudesse sair de casa. A Inglaterra, por exemplo — que é pioneira nesta matéria — tomou duas providências fundamentais, que, no Brasil, jamais foram tomadas, muito pelo contrário. A primeira, foi uma mudança profunda em todo o sistema de ensino. É, curiosamente, nos países aonde se deu isso, em que a mulher saiu de casa para trabalhar fora, a permanência das crianças na escola aumentou de tempo, para que as mães pudessem, realmente, trabalhar — é o horário americano, inglês, alemão ou francês, da escola pública. A criança entra na escola às sete e meia, oito horas da manhã, nos países frios, e só sai às cinco horas da tarde. E, lá ela faz tudo, desde almoçar até fazer ginástica, balé, teatro e os deveres, que, aqui no Brasil, ainda se chamam "deveres de casa", e, quando ela volta para casa é para ter um pequeno lazer, conversar com os pais, à hora do jantar, e dormir. Esta é a vida, há muitos anos, vivida pelas crianças que estão inseridas num contexto educacional, social e cultural que se preparou para dar suporte à nova realidade que surgiu, provocada pelo processo de industrialização. A mulher saiu de casa para trabalhar, e o fez, porque, nesses países, a sua mão-de-obra foi requisitada, não foi por necessidades salariais, mas para aumentar a produção nesses países.

Aqui no Brasil, a mulher sai de casa e as nossas escolas públicas, que, antigamente abrigavam as nossas crianças pelo prazo de cinco horas, hoje, se reduzem a três; mal a criança acabou de sair para a escola já está voltando. Não há o menor suporte no resto. Nunca, no sistema de ensino que está em vigor agora, no Brasil, os pais, as tias e as avós foram tão convocados para completar a instrução em casa como hoje; é um negócio de pesquisas, que não acaba mais; são fichas de toda natureza; recorta-se papel daqui e dali; as mães têm que fazer tudo, e se não fizerem as crianças não acompanham o ritmo da escola. Esse ritmo é o de uma escola destinada a uma criança que tenha em casa, por hipótese, todo esse suporte. Como as crianças dos grandes centros urbanos não estão tendo esse suporte, eu, pessoalmente, atribuo a situação a este descompasso entre uma realidade que mudou no campo profissional, no campo social, na estrutura de mercado de trabalho e a realidade educacional, que não tomou conhecimento, ainda, dessa mudança.

Então, muito mais importante do que fazer reivindicações de natureza pessoal seria levantar, no Brasil, esta questão: por que as nossas escolas não estão preparadas para serem as guardiãs das crianças cujas mães, atendendo até a uma pressão psicológica, que, hoje, é feita em cima de todas elas, estão sendo convocadas a não permanecerem em casa nessa tarefa humilhante, que é a das prendas domésticas.

Então, a mãe atende a tudo que lê nestas revistas de pseudociência que pululam pelo Brasil, hoje, resolve que está muito infeliz, porque está precisando de encontrar uma forma de realização pessoal — ninguém sabe bem no Brasil o que quer dizer realização pessoal, mas todo mundo fala nisso — acaba arranjando uma forma de ocupação, ou resolve estudar de novo, e os filhos vão ficar por conta das 3, 4 horas que passam numa escola, onde o trabalho se resume, exclusivamente, a um abastecimento de certas noções, não é um trabalho de educação, e, depois, ficam por conta deste conjunto diabólico, que apareceu nos grandes centros urbanos, produzindo a famosa geração "piloto-calçada", que, também, já é uma realidade, aqui em Brasília, ou seja, ficam por conta das empregadas — quando elas existem — dos porteiros de edifícios, dos apelos, dos pontos de encontro, das lanchonetes, dos jornaleiros das esquinas, porque são

os locais onde eles ainda conseguem armar, mesmo que artificialmente, uma pequena comunidade da qual eles se ressentem; eles precisam daquilo.

Portanto, a grande deficiência que eu vejo em todo o País, no Brasil todo, nesta matéria é a seguinte: se a profissão de professor continuar a ser objeto do mais profundo desprezo por parte de todas as autoridades neste País — não na parte de consideração, pelo contrário, nós somos as pessoas mais consideradas da sociedade, eu falo do ponto de vista profissional, quando se trata de remuneração de trabalho, o magistério, no Brasil, se nós formos buscar as escalas de pagamento do magistério aqui e compará-las, nós vamos verificar que qualquer operária de fábrica é mais bem paga e mais bem assistida do que qualquer professora — não vai haver o número de professoras necessárias presentes nas instituições, para cobrir, e cobrir com eficiência, a saída das mães do processo de educação. Porque quando a mãe sai do processo, e ela está saindo tangida por necessidades de aumentar a renda familiar, por pressão psicológica, exercida sobre ela pelos meios de imprensa, dizendo-lhe que continuar dentro de casa como mãe de família é uma atividade humilhante; que ela deve sair daquilo porque aquilo não é mais uma coisa para o mundo de hoje, ou na base de imaginar que ela vai encontrar, ali, a sua felicidade, porque ela não está encontrando a felicidade em casa com o marido, ela não está encontrando a felicidade com os filhos, que ela vai encontrar a felicidade na profissão, o que é outro engano então, tangida por estes três equívocos, a mulher está saindo de casa. A pergunta que nós temos o direito de fazer é esta: quem vai cobrir estes espaços?

Até em futebol, hoje, é fundamental que essa cobertura seja feita. No futebol solidário, quando um cidadão, que ocupa uma determinada posição, sai correndo atrás da bola, como sai o nosso Luís Pereira, ou o Marinho, a briga toda dos técnicos tem sido qual? Botar na cabeça dos companheiros que eles têm que ficar prestando atenção, e, na hora que ele deixa aquele espaço vazio, alguém tem que correr e cobri-lo, porque se não o fizerem é por ali que o adversário vai entrar. E a seleção brasileira, nos últimos jogos, deu uma prova evidente de que ainda não tem essa mentalidade, porque todas as vezes que alguns dos jogadores largaram as suas posições desguarnecidas, os companheiros não estavam devidamente conscientizados, e o buraço ficou.

Mal comparando, as mulheres saíram da posição ecológica, da posição natural, da posição original, da primeira estrutura da sociedade, desde os tempos imemoriais. Mas, se não for organizada uma forma qualquer de cobertura para aquele espaço vazio que elas vão deixar, a sua saída é catastrófica, e está sendo. A estrutura brasileira não está preparada para a saída das mulheres, ainda, desta tarefa, o que não significa que elas não devam sair, um dia, e até não queiram sair, mas significa que, nos termos em que as coisas estão sendo postas, elas não podem sair ainda.

Há um outro ângulo da questão. As pessoas, que também defendem essas teses dizem que a mulher que fica em casa, fica para trás; que a mulher que fica em casa perde o pé, não acompanha mais o progresso, e vem a famosa palavra "diálogo", ela vai ficando sem diálogo com o marido, que vai progredindo, e com os filhos, que também vão progredindo. É uma colocação utópica, porque toda mulher inteligente, mesmo sem fazer cursos, quando quer acompanhar o marido e os filhos, ela acompanha.

Vamos imaginar que, por causa desse sistema de vida urbana extremamente sacrificante para a família, que está instalada, hoje, nos grandes centros do Brasil, haja, isso sim, um enorme desencanto de convivências; os tempos livres daqueles que moram na mesma casa não são os mesmos, e por isto, não há mais a mesa de almoço, a mesa de jantar. Há uma arquitetura começando, no Brasil, a vender apartamentos totalmente sem a famosa, antiga, e que ficou na memória de todos nós, porque deve ter sido o lugar onde as melhores conversas de família foram sempre tidas — sala de jantar, ou sala de almoço das nossas casas. Agora, é um balcão, as pessoas não se sentam, não ficam em volta; usam-no, fazem um sanduíche; o pai

sai cedo, a mãe sai um pouco depois; o menino saiu numa hora, volta mais cedo; depois, a mãe vai fazer um curso, sai, e não está na hora em que o pai chega e janta, é um hotel, é um entra e sai. Daí sim, há falta de diálogo.

Isso começou a acontecer de uma forma terrível nos Estados Unidos, há vinte anos; foi objeto de análise de estudiosos, e eles usaram, lá, de um recurso que obteve, de fato, um resultado muito bom, em relação às mulheres — seria a outra grande providência que poderia ser tomada no Brasil.

Os meios de comunicação, no Brasil, que são concessões do poder público, mas que são entidades privadas com fins lucrativos, na sua grande maioria, estão totalmente voltados para agradar a um mercado de consumo muito limitado. Os programas são todos eles em horário urbano, e horário urbano de grandes centros, feitos para a hora em que o chefe da família volta para casa, ou à hora em que as mulheres que trabalham voltam para casa, nessa hora são os notícios, são as novelas, são os filmes. Na parte da tarde, há um horário, que é o horário baby-sitter, para que as crianças que chegam do colégio se sentem e passem 4 horas quietas, é o horário da imbecilização das crianças, feito tranquilamente pela nossa televisão, prestando, de certa maneira, um serviço, porque, embora imbecilizadas, elas não se suicidam, não se atiram pelas janelas, não vão tocar fogo nos apartamentos, porque estão ali sentadas, quietas.

Mas, não há nenhuma programação tendo em vista a mulher que fica em casa, no sentido de dar a ela um suporte no seu horário, no horário em que ela pode, de certa maneira, aproveitar, alguma coisa

A televisão francesa, através de um dos seus canais, faz, permanentemente, cursos chamados de reciclagem, cursos culturais, conferências, apresenta debates, põe a mulher francesa em dia com os assuntos, num horário em que ela está dentro de casa. As melhores mesas redondas sobre educação da TV americana são feitas no horário em que as crianças estão na escola e a mãe está em casa, é ela que as assiste. Esta seria, talvez, uma das formas de dar à mulher brasileira, que fica em casa, um suporte de acompanhamento cultural, de acompanhamento intelectual que de outra maneira, ela não vai poder fazer, e, talvez, evitasse que ela pusesse na cabeça a idéia de que, para saber essas coisas, precisa sair de casa. A eletrônica e a tecnologia moderna, hoje, puseram ao alcance do homem esta coisa fantástica, quanto mais esses instrumentos técnicos forem utilizados mais as coisas chegam à casa das pessoas sem que elas precisem andar pelas ruas, absolutamente congestionadas e difíceis, dos grandes centros urbanos.

Então, adaptar o sistema de ensino do Brasil — os horários de permanência das crianças e dos adolescentes — ao fato real e concreto de que uma parte expressiva das mulheres, hoje em dia, nos grandes centros, pelo menos, sai de casa para trabalhar e permanece fora de casa de 6 a 8 horas.

Em segundo lugar, para as crianças que realmente ainda não têm idade escolar, um programa de creches, embora eu tenha uma experiência nesta matéria que me deixa muito desconfiada. Até hoje, confesso que não acredito em ação social, em obra social e em obra pedagógica feita pelo Estado; não acredito. Há casos em que dá certo, mas é muito raro. Toda vez que a tarefa exige um ingrediente fundamental chamado amor, dedicação, é sempre bom que ela seja executada por pessoas que a foram realizar porque tinham a convicção de que essa era uma forma de ajudar ao próximo. Acho que ao Estado cabe suprir de recursos materiais, asilo de velhos gerido por funcionários públicos, não conheço nenhum que funcione bem; asilo de órfãos gerido por funcionários públicos, não conheço nenhum que funcione bem, e creches? Acho que a creche deveria ser quase que um produto de um esforço sempre comunitário — todo mundo que vai tomar parte naquela creche mais ou menos se conhecendo, uma creche pequena, nascida da necessidade daquele grupo, afim, financiada, ajudada, custeada, se for o caso, pelos cofres públicos, mas sem aquele caráter de bater ponto para tomar conta da filha do

Mr. Fulano de tal, que nunca dá certo. Tenho muito medo deste aspecto.

E por último, eu queria fazer uma observação a respeito exatamente dos efeitos desastrosos que vejo para o Brasil na adoção de uma política de restrição de natalidade partida do Governo. Considero isto uma ingerência insuportável do Poder Público na área de decisão da pessoa humana. Essa política vai contra todas as minhas convicções democráticas e cristãs, eu acho que a decisão de ter filhos e não ter filhos é absolutamente pessoal, a ser tomada pelo casal, depois que as razões puderam ser assimiladas pela sua vontade e entendidas pela sua inteligência, mas impor uma política deste tipo exatamente a uma camada de população, que não tem esta capacidade de discernimento, é inequivocamente, discriminar em favor dos ricos contra os pobres; é temer o crescimento de uma população pobre pelo que ela possa pesar, cada vez mais, nas responsabilidades daqueles que conseguem ganhar a vida.

Não aceito nenhuma das razões que vêm sendo expostas, porque considero que somos, ao mesmo tempo, pessoa e indivíduo. Como indivíduos o Estado pode nos cobrar impostos, pode nos ditar regras de trânsito, pode nos dar ordens em relação às nossas posturas municipais, pode estabelecer como ele deseja que seja o sistema de produção agrícola, mas o Estado não pode me dizer por que clube devo torcer, com quem devo me casar e se devo ou não devo ter filhos.

A única filosofia política que conheço, que invade sempre essas áreas, é chamada sempre de totalitária, e contra ela, em 1964, as mulheres do Brasil inteiro foram para as ruas e fizeram uma Revolução.

Vou terminar, Sr. Presidente, porque imagino que algumas das afirmações que fiz vão provocar os debates, e prefiro, então, estender um pouco mais as minhas explicações se elas forem devidamente provocadas.

Muito obrigada. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOÃO MENEZES — Há Sessão do Congresso para a votação de um projeto da maior importância, que se refere ao FUNRURAL. Pergunto a V. Ex^e se haveria possibilidade de se interromper esta nossa reunião, para que nós pudéssemos lá comparecer e, depois, aqui continuarmos, porque, realmente, esse depoimento, que acabamos de ouvir, é do maior significado, da maior importância e, sobretudo, não é teórico, me pareceu um depoimento muito atual dentro da realidade brasileira, seria de maior interesse para esta Comissão ouvir e debater.

Levanto esta questão de ordem a V. Ex^e

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Devo esclarecer ao nobre Deputado que existe, realmente, esse fato a ser considerado, mas que esta Presidência tomou o cuidado de acompanhar os debates para que, na hora da votação, nós possamos comparecer, inclusive porque existe uma proibição regimental de que uma reunião deste tipo invada o horário de sessões normais das duas Casas do Congresso, sabedores que somos que a Câmara dos Deputados reúne-se às 13:30 horas.

Então, tentaremos contornar o problema ouvindo outra depoente, já que o projeto está em fase de discussão, e suspenderemos a reunião na ocasião da votação, o que levará alguns momentos apenas.

Por uma questão também de ordenação da nossa reunião, estimaria que os companheiros concordassem em ouvirmos as três depoentes, para que, depois, nós possamos iniciar os debates propriamente ditos. (Pausa.)

Neste sentido, convidado a D^a Hilza Porto e a D^a Nadir Barbosa a tomarem assento na Mesa. (Pausa.)

Ouviremos, inicialmente, a Professora Nadir de Souza Barbosa, mulher de extensos títulos, mulher de fibra nordestina, que vem honrar esta Comissão, trazendo a mensagem do Nordeste.

A Professora Nadir Barbosa já fez parte do Conselho Estadual de Educação, em Alagoas, Diretora do Departamento de Ensino de Primeiro Grau, Fundadora da Casa do Professor e é portadora de inúmeros títulos, inclusive, de participação de Congressos e Seminários.

Com a palavra, então, a Professora Nadir Barbosa.

A SRA. NADIR BARBOSA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, demais pessoas aqui presentes, representantes da imprensa escrita e falada desta Casa:

É uma satisfação muito grande e honra maior para nós participarmos desta CPI que está verificando a situação da mulher no Brasil.

Gostaríamos de pedir licença, antes de iniciarmos o nosso trabalho, para cumprimentarmos, e não de maneira mais cordial, contudo, de maneira mais familiar, a representação alagoana que aqui se encontra na pessoa do Senador Luiz Cavalcante, do Senador Arnon de Mello e do Deputado Theobaldo Barbosa, a quem agradecemos a comunicação e a indicação do nosso nome para este trabalho.

Gostaríamos — se ela assim nos permite — de incluirmos nesta representação alagoana a Deputada Lígia Lessa Bastos, a quem agradecemos, também, a indicação do nosso nome.

Vamos colocar o nosso primeiro ponto de vista deste trabalho, que será logo mais focalizado pelo nosso companheiro, a Jornalista Hilza do Espírito Santo Porto, que trará o Nordeste hoje, nesta manhã e neste dia, para esta Casa.

Poderá parecer aos Senhores, assim uma atitude muito própria de nossa parte, poderá parecer, até, — quem sabe — muito bairrismo, ou até poderíamos dizer egoísmo em tratarmos de maneira detalhada sobre o Nordeste e sobre a mulher nordestina, onde tentaremos caracterizar, realmente, as diferenças que existem e que não começaram nos dias de hoje, nem nos dias de ontem, mas, sim, num passado que já é bastante remoto na história da mulher brasileira.

“Quando não nos preocupa a incerteza do que somos, quando nossas convicções são superficiais ou caprichosas, aceitamos em primeira mão qualquer preço por elas.”

Quando nós consideramos este aspecto, nós pensávamos no dia de ontem. Hoje, nós revolveríamos esta página já com alguma diferença.

“Quando nos preocupa a incerteza do que somos, quando nossas convicções não são superficiais nem caprichosas, não aceitamos em primeira mão qualquer preço por elas. Aceitamos o desafio.”

Não é o desafio de agora ou de logo mais, mas o desafio que vai persistir, para colocarmos a mulher brasileira no seu devido lugar.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, as ciências modernas mostram que a espécie humana existe há dois milhões de anos. E que nos primeiros um milhão novecentos e noventa mil anos, não havia discriminação entre o homem e a mulher. Eram o princípio masculino e feminino que harmoniosamente governavam o mundo.

Nós entendemos que aonde há um Senhor do Bom Princípio deverá haver, por certo, também, um Senhor do Bom Fim. E esta esperança é que colocarmos nos dias atuais para a nossa luta.

Em se tratando da situação da mulher brasileira, passando ela a integrar e atuar em todas as atividades de natureza econômica ou cultural, não podemos deixar de admitir e pôr em destaque alguns princípios. Na antiguidade, quando determinadas sociedades passavam do seu estágio de patriarcal para matriarcal, enquanto o homem começava a se dedicar em maior intensidade à caça e à pesca, assim como à defesa do seu território contra a invasão de tribos congêneres, já a mulher, além das suas atividades específicas de cuidar da prole, passou a se dedicar igualmente ao pastoreio e, assim, paulatinamente com a redução do elemento masculino em cada tribo, decorrente das suas atividades, em campo de maior risco. A

mulher ia, sucessivamente, assumindo encargos e atividades, em campos que anteriormente eram executados quase que exclusivamente pelo homem.

Poderíamos dizer aqui, então, que a ascensão da mulher nasceu de um incidente, nasceu de uma necessidade, foi num impulso de que ela se lançasse lá fora e continuasse em um outro estágio de vida.

Já nessa época, contudo, a História registra nomes e feitos de mulheres que se notabilizaram, pela sua capacidade intelectual e produtiva, em muitas atividades.

Podemos citar essa atuação da mulher com grande destaque em atividades ao mesmo nível do homem, sem a pretensão de com ele competir como classe à parte ou superior.

Esta colocação nós queríamos, realmente, dar ênfase, porque é este o pensamento. Não é essa competição de chegar mais cedo ou ficar em cima, mas sim como um desempenho paralelo e de maneira singular.

Essa participação tornou-se mais evidente e concreta, em épocas anormais, como guerras, cataclismos, onde a mulher assumiu o comando da produção para a subsistência da comunidade, e em especial dos que se encontravam nas frentes de combate. Essa participação tornou-se ainda mais convincente e evidente, durante e após o último conflito mundial. Isso ocorreu não só durante aquela oportunidade, como em nossos dias, em que pese a resistência de certos setores masculinos, que ainda persistem em estabelecer limitações para o sexo feminino em algumas atividades quer da empresa pública ou privada, sem que para isso se apóiem em dispositivos legais. Trata-se, evidentemente, de resquícios acumulados através de gerações, e que somente serão inteiramente eliminados pelo empenho e esforço da própria mulher, ou das mudanças de hábitos por pressão econômica ou social.

Na empresa privada, por exemplo, a penetração da mulher decorreu da conveniência de lhe ser pago salário inferior ao do homem para as mesmas funções. Outra grande limitação da mulher: o casamento e a maternidade. Sabemos que muitas moças deixaram de contrair matrimônio por serem arrimos de família e não poderem assim perder o emprego. Outras que se casaram à revelia da empresa e ficaram na tensão permanente do engravidamento. Outras ainda que resvalaram para um "casamento extralegal", uma vez que nesta circunstância não perdião a condição de solteira. Um exemplo típico da limitação ou acesso da mulher a órgãos públicos ou casas de crédito, ocorreu na década de 1930, quando um certo presidente do Banco do Brasil, através de portaria interna, excluiu a presença da mulher ao serviço daquele estabelecimento. Essa medida foi seguida por suas congêneres e que ainda hoje persiste essa condição, podendo-se excluir dessa relação, no momento, o próprio Banco do Brasil que, em 1970, reabriu as suas portas ao ingresso da mulher através de concurso.

Isto vem caracterizar, exatamente, a necessidade e a colaboração que, em qualquer área ou esfera, a mulher pode dar.

Dai uma noção exata de sua missão, de sua capacidade, dos seus deveres perante uma sociedade moderna, que nos leva ao abandono de certos preconceitos e tradições que não correspondem absolutamente à nova imagem de que se reveste o universo, do qual somos parte num relacionamento muito íntimo. Estamos, pois, envolvidas neste processo de transformação que se opera quase que vertiginosamente. A mulher já firmou a sua posição contra preconceitos arbitrários e condenáveis, que lhe empunham como melhor sorte o casamento e a procriação, como se isto lhe fora um destino. E isto seria realmente um destino se todo ser humano não necessitasse se desenvolver, se expandir, e pôr em prática as suas capacidades superiores, e, sobretudo, o seu Eu. Embora nem sempre atinja o nível da consciência, ter um emprego significa para a mulher muito mais que perceber um salário.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, permitimo-nos um retrospecto para alicerçarmos melhor as lutas enfrentadas pelas mulheres, em todos os países do mundo, objetivando a adoção de medidas a nível nacional e internacional, no sentido de modificar suas estruturas. O

trabalho da mulher, a sua mão-de-obra qualificada ou não, constituirá, como sempre constituiu, o suporte que estabelece o equilíbrio da sociedade.

Quis, esta insigne comissão, sugerida pelo Senador Nelson Carneiro e aceita pelos demais pares das duas Casas, trazer, num prazo de 6 meses, depoimentos sobre a situação da mulher no Brasil. Louvada a idéia no seu pensar e executar. Não vamos absolutamente ser tão pessimistas a ponto de pensarmos que, após estas análises e considerações, continuaremos no mesmo lugar. Seria assim como que uma brincadeira com ares de inocência entre adultos, entre pessoas grandes. Entendemos que nem homens nem mulheres devem, em hora ou oportunidade nenhuma, tratar do assunto senão objetivamente. Nada que possa ou venha a traduzir meras conceituações de ordem econômica, social, política ou educacional. O que se faz necessário são medidas efetivas para a real e verdadeira integração da mulher no desenvolvimento que ora se processa no mundo inteiro, para que ela possa acompanhar essas mudanças científicas e tecnológicas, nem impactos vertiginosos. Que não se considere o problema da mulher um fato isolado ou simplesmente social. Que não se admita qualquer medida que objetive apenas paliativos para os seus problemas. Não podemos dizer absolutamente que se repete o dia de ontem no dia de hoje. As restrições não impediram, contudo, que a mulher brasileira modificasse esse cenário, muito embora as estatísticas comprovem (18% da população feminina são economicamente ativa) que ainda falta muito para uma mudança que se possa considerar ampla ou generalizada. As atividades sociais, o trabalho extradomiciliar são, agora, debatidos como inovações ao verdadeiro e real papel da mulher. Ora, trabalhar remuneradamente ela o faz há muito; e em atividades cada vez mais variadas. O que entretanto existe é uma contradição, um desajuste entre os papéis idealmente acatados, e os efetivamente desempenhados. Essa contradição de que falamos não é gratuita, porque seus efeitos se traduzem na dinâmica desses papéis. O testemunho da História nos mostra que certas categorias sociais conseguem dominar outras, motivadas pela desigualdade numérica que confere esse privilégio. Entretanto, no caso Homem x Mulher essa desigualdade não existe. Há tantos homens quanto mulheres na Terra, muito embora as estatísticas apresentem essa diferença em alguns países, como no caso da Índia, de que o contingente feminino é bem menor. No Brasil, entretanto, pelo Censo de 1970, o contingente feminino era maior do que o masculino: 46.331.343 x 46.807.694. Mesmo que se verificasse o contrário, mesmo que as diferenças fossem sensíveis, um ser humano não deve e nem pode ser considerado numericamente, quando se tratar da sua valorização, do respeito aos seus princípios e a sua integridade. A libertação da mulher parecia a Saint-Simon um dos aspectos da evolução normal da sociedade. A preocupação com o problema da mulher sempre foi uma constante no pensamento socialista, tanto na sua forma científica como na utópica, tentando mostrar os caminhos para sua libertação. Contudo, estávamos e estamos ainda diante de um fato histórico-cultural. A falta de uma preparação adequada para o exercício de uma profissão criou essa ideologia de que a mulher nasceria para o casamento e a procriação. Dai a ausência de estímulo para novas perspectivas, sobretudo nas camadas intermediárias, na aceitação de ocupações subalternas e mal remuneradas, tornando-a insegura, num mundo em que ela contava com uma variável a ser manipulada segundo as conveniências da situação, na qual não lhe cabia na maior das vezes o poder da decisão. Isto sim, limitou os seus passos e os seus objetivos se tornaram pouco ambiciosos.

Senhores, como dizíamos anteriormente, o que nos interessa hoje é tratar os fatos à luz da razão. Se nos parece claro a existência de um problema, se auscultado os seus motivos, e reconhecida a necessidade de mudança, só nos resta escolher os caminhos.

Li, no mês de junho no jornal *O Estado de S. Paulo*, a notícia da morte, em Bonn, de Ludwig Erhard, um dos grandes responsáveis pelo reerguimento econômico da Alemanha. Que prodígio teria rea-

lizado para obter o que ficou conhecido como "O milagre alemão?" Na verdade, nenhum. Sua grande sabedoria consistiu em perceber que nenhum governo, nenhum ministro poderia substituir com sua capacidade de trabalho, imaginação e iniciativa, os empresários e trabalhadores. Entendemos, com esse exemplo, um ponto de partida capaz de condicionar e expressar as aspirações de um povo, à luz dos seus valores culturais, morais e intelectuais em termos de igualdade de direitos e oportunidades. Já dissemos, anteriormente, que não dispomos mais de tempo para meras considerações.

Gostaríamos de considerar, ainda nesta oportunidade, as *Variáveis e Hipóteses*:

Estaremos nós de ambos os sexos convencidos de que essa era deve ser mantida e prolongada? Ou estaremos, ao contrário, certos da necessidade de passarmos para outra onde haja de fato e de direito a participação da mulher? Caso afirmativo, de que participação estaremos falando? De uma participação residual, discriminativa, que aceita a integração social da mulher no mundo do trabalho, da política, desde que ela se dirija a profissões ou tarefas "femininas" que, por uma estranha coincidência, são sempre as de menor nível de qualificação e de menor prestígio? De menor responsabilidade e de menor salário? Estaremos nós falando dessa integração aceita como um "mal menor"? Ou estaremos nós comprometidos com uma ideologia de não-discriminação e de promoção social da mulher em todas, ou pelo menos em algumas das estruturas, onde seu papel vem sendo desempenhado? Segundo Singer e Madeira, a evolução do nível de participação da mulher na força do trabalho, atravessa duas fases: no primeiro momento, quando do início da industrialização, quando o número de pessoas empregadas na agricultura é ainda elevado e o número de empresas manufatureiras e comerciais limitadas, a esfera doméstica ainda bastante significativa, o nível de integração da mulher na força do trabalho é também elevado; num segundo momento, quando o desenvolvimento econômico induz um grande número de pessoas a sair do pequeno comércio e da fabricação caseira e há paralelamente, uma migração de áreas rurais para áreas urbanas, a taxa de participação da mulher em atividades produtivas tende a cair. Os padrões de participação também variam segundo os estágios de desenvolvimento econômico das diversas regiões geoeconómicas.

Passaremos a exemplificar, conforme o caderno de pesquisa nº 15 da Fundação Carlos Chagas.

A Região Sudeste B: São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara apresentam característica bastante distinta das demais regiões. Sabemos que o Brasil só tem uma coisa igual: a língua que falamos. A diversidade das Regiões apresenta características sumamente sensíveis. Naquela os padrões de participação feminina, embora estejam longe de demonstrar semelhança em relação ao sexo masculino, apresentam-se como mais desenvolvidas, em face da baixa participação na agricultura, da elevada taxa de ocupação industrial, bem como da tendência a diversificações de ocupações no setor terciário e, consequentemente, menor emprego nas ocupações tradicionalmente femininas e maior nas ocupações predominantemente masculinas.

Duas das regiões em transição, — Sudeste A (Minas Gerais e Espírito Santo) e Centro-Oeste (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal) — demonstram os mais baixos níveis de participação. O mercado não conseguiu absorver a mão-de-obra liberada pela agricultura, e quando o fez, foi em ocupações tradicionalmente femininas ou em condições de subemprego.

Já a terceira região do grupo em transição, a Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), apresenta-se com uma taxa global de participação e níveis de emprego em ocupações não tradicionalmente femininas, equivalentes à Região mais desenvolvida, mas permanece com níveis bastante elevados de participação na agricultura, decorrentes, como vimos, da própria situação da economia regional predominantemente agrícola.

Quanto às regiões menos desenvolvidas, Norte e Nordeste, enquadram-se na primeira fase, ou apresentam estruturas de

participação bastante tradicionais, embora algumas de suas taxas de ocupação se aproximem da Região Sudeste B. Entendemos, assim, que as atitudes e os valores culturais parecem exercer papel importante na determinação dos níveis de participação da mulher na força de trabalho. À medida que as sociedades se tornam mais urbanizadas e industrializadas, as atitudes e valores se alteram. As mulheres das sociedades mais desenvolvidas, por exemplo, são encorajadas no sentido de aceitar novas experiências, e seu comportamento no mercado de trabalho é baseado em novo conjunto de valores. Nessas sociedades, a mulher reconhece a relevância do trabalho produtivo e, por isso mesmo, tem atitude mais positiva em relação a ele. O que não ocorre nas sociedades menos desenvolvidas, onde os preconceitos ainda são sérios em relação ao trabalho feminino.

Para compreender a orientação que a mulher assume em seu desempenho profissional, faz-se necessário distinguir o modo como a sociedade manipula a sua participação enquanto força de trabalho, e as atitudes da própria mulher e de seu grupo familiar ao desempenho dessa função. Daí a necessidade de programas educacionais capazes de atuar na modificação dessas estruturas. Esses programas não existem ainda de forma sistemática.

A Reforma de Ensino do País carece de uma política adequada, que atenda às diferenças regionais, tendo em vista o aspecto antropológico-social, a realidade econômica e o contexto cultural-científico dada a ampliação dos programas de formação profissional básica. E esses programas viriam claramente ao encontro da finalidade a que se destinou a Lei nº 5.692, através dos cursos profissionalizantes, onde as necessidades básicas estariam atendidas. Os cursos de alfabetização de adultos são mais reais na execução. É importante, em qualquer circunstância, reafirmar que a educação é incontestavelmente o único caminho para chegarmos ao aperfeiçoamento capaz de desencadear, manter e acelerar o processo de desenvolvimento. Como instrumento de transformação social, responde pela formação de uma consciência democrática, que permite a eclosão dos valores espirituais e a inequívoca afirmação nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — A Comissão ouvirá, agora, o depoimento da D. Hilza Porto, jornalista desde 1950, editora da Página Literária da *Gazeta de Alagoas*, membro do Conselho Estadual de Cultura daquele Estado, membro da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino, Presidente do Grupo Literário Alagoano, entre outros títulos.

A SR. HILZA PORTO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Bancada alagoana aqui presente, minhas Senhoras e meus Senhores.

Sei que o tempo urge, porque está havendo uma votação muito importante, e, assim, procurarei ler o meu depoimento o mais depressa possível, para aumentar o tempo dos debates.

Antes, porém, de iniciar o meu depoimento sobre a situação da mulher em nosso País, gostaria de dizer algumas palavras à guisa de explicação.

Quando recebi a indicação do meu nome, feita pelo ilustre Deputado Theobaldo Barbosa, a quem agradeço a distinção, sabia que era à mulher alagoana, jornalista e mãe de família que o convite estava sendo feito. E neste caso, eu teria que falar como cidadã, dando opiniões sobre assuntos que se tornaram bandeiras feministas em todo o mundo, e que já foram levantados neste Congresso por tantas figuras ilustres. Foi, então, que me fiz a mim própria esta pergunta: Que poderíamos dizer, minha colega e eu, que poderíamos declarar e mostrar que já não tivesse sido aqui claramente declarado e mostrado com todas as minúcias que os grandes centros facilitam?... Sabemos que, neste inquérito, já depuseram figuras ilustres do nosso mundo feminino e feminista. Todos os direitos igualitários já conseguidos e alguns por conseguir, aqui já foram abordados por figuras importantes que fizeram pesquisas, apresentaram confrontos, tiraram conclusões. Todas elas viram no seu próprio depoimento uma forma de ajuda à mulher, mais uma voz levantada na luta pela causa comum. Bem! Sou nordestina, e fui mais

direta na minha pergunta: Que benefício traria minha opinião pessoal repetição do que tenho lido e os Senhores escutaram, sobre direitos e igualdades para a mulher do meu Estado que, em sua maioria, nem sabe o que é direito, nem chega a desejar igualdades? Resolvemos, então, de comum acordo, minha colega e eu, escolher a mulher nordestina para enfoque do nosso depoimento, não para mostrar originalidade nem erudição que não temos, não para protestar com arrogância, que a vicissitude nos ensinou a sermos humildes, mas para constatar um fato e chamar a atenção, se possível, das próprias mulheres sobre a mulher mais esquecida do Brasil. Resolvido o assunto, começamos a procurar elementos para o nosso trabalho. Deparamos, entretanto, com a mais absoluta falta de dados concretos sobre a mulher nordestina em si. Simplesmente ela não existia — como ser marginalizado que é — a não ser em estatísticas e generalizações. Todo um arquivo de jornais, a Biblioteca nossa, discursos de representantes do povo, tudo foi revolvido inutilmente. A situação do Nordeste, esta sim, aparecia sempre, calamitosa e explorada politicamente. A mulher era apenas um complemento da paisagem, uma chaga a mais para ser exibida aos olhos da Nação e para sensibilizá-la, a sim de que algumas verbas para lá fossem canalizadas.

No item 3º do Plano Mundial de Ação, resultante da Conferência do Ano Internacional da Mulher patrocinado pela ONU, está assim escrito: "Levando em conta que uma das maiores dificuldades na avaliação da situação da mulher é a falta de dados científicos, o Plano Mundial de Ação dá prioridade ao desenvolvimento de pesquisas nessa área, incluindo estudos relativos às causas de práticas, costumes e crenças discriminatórias." E foi justamente levando em conta as dificuldades que se opõem à apresentação de gráficos e estatísticas numa pesquisa dessa ordem que nos propusemos a visitar vários pontos da região nordestina para complementar o que já sabíamos desde a nossa infância. Contamos, portanto, para este depoimento com observação *in loco*, entrevistas nas feiras, plantações e casebres, alguns números do IBGE e só. Quanto aos números oficiais, acreditamos que os Senhores já os conhecem de sobra e resolvemos minimizá-los o mais possível, evitando cópias que seriam repetições.

Senhores, na luta da mulher pela igualdade de direitos, vemos que seus anseios e ideais se vão consolidando, atingindo uma escala mais ampla que procura ajudar a liberar suas irmãs mais distantes, em todos os confins do mundo. Do Japão, na célebre Shu-Fu-Ren, ou União de Mulheres, da África, do Oriente Médio, das Américas, de toda a parte enfim, vemos trabalhos sem conta de feministas e sociólogas, escritoras e jornalistas, atacando o problema, sugerindo melhorias, apontando as falhas para acabar com a discriminação, os tabus e velhos conceitos que tanto humilham o sexo feminino.

Nesta luta, constatamos o papel preponderante da mulher brasileira que, desde o século passado, vem procurando enfrentar obstáculos de toda ordem, comodismos, privilégios e ignorância, não somente para desenvolver as suas potencialidades e afirmar seus direitos, mas, também, para poderem participar, num esforço conjunto, na construção de uma sociedade mais justa e humana.

Notamos, porém, que aqui no Brasil há uma espécie de linha divisória, abstrata mas perceptível, entre mulheres sulistas e nortistas. Todos nós sabemos que o Nordeste sempre foi o grande injustiçado nas grandes avançadas políticas e civilizadoras. Filhos da mesma Pátria-Mãe, estávamos como que relegados ao esquecimento, ao abandono, vivendo as agruras das cheias e das secas periódicas, na condição humilhante de irmão pobre que, às vezes, se vê obrigado a estender a mão ao irmão rico com a sensação de receber esmolas. Há, evidentemente, um profundo distanciamento entre a vida e a educação atual da mulher sulista e da nordestina. Quando me refiro à mulher nordestina, não envolvo as mulheres citadinas, nem as das classes média e rica, mas as do interior, da zona rural que compreendem 70% da população feminina da região. As mulheres sulistas, pela situação privilegiada que sempre tiveram, não só com relação ao fator climático, à influência da imigração europeia e, sobretudo, pelo

prestígio de seus políticos, que sempre retiveram em seu poder a Presidência da República e os ministérios de maior importância, não poderiam deixar de alcançar essa situação gritantemente desigual em relação à mulher nordestina e — quem sabe — à nortista. Não o dizemos com sentimentos de inveja, mas com a simplicidade de quem constata um fato.

Nós sabemos que, desde os primórdios da República, excluídos os períodos de Deodoro e Floriano, (os alagoanos de passagem convulsiva e transitória na Presidência), até 1930, tivemos Presidentes (com exceção de Epitácio Pessoa) oriundos da política "café com leite," isto é, ora um paulista ora um mineiro. O Nordeste era, como ainda continua sendo, o filho abandonado, quase esquecido. Para ele, migalhas do Orçamento do País. Para o Sul, especialmente São Paulo, tudo. Depois de 1930, tivemos os 15 anos getulianos, a ascensão de Dutra e, enfim, o grande estadista Juscelino, que criou a SUDENE, visando retirar do ostracismo o nosso Nordeste. Ocorre que, depois de Juscelino, tivemos o meteoro Jânio, o período agitado e confuso de João Goulart e o grande Movimento de 64. Castello Branco, 1º Presidente Revolucionário, encontrou a Nação em calamidade financeira, mas ainda se lembrou do Piauí com uma hidrelétrica. Vieram, então, os gaúchos Costa e Silva, Médici e Geisel que, apesar da pena, da compaixão demonstrada, pouco fizeram. Para o Sul, os bilhões voltaram a chover, para o Nordeste, migalhas. A nordestina que lê jornais, como eu, fica sabendo que até os incentivos da SUDENE foram desviados para o Sul, em reflorestamento e turismo, enquanto bilhões continuam a ser gastos em ferrovias de aço, sem estudo de viabilidade (conforme artigo de Macedo Soares, lido por mim no *Jornal do Brasil*). Isto, enquanto nós, nordestinos, amarguramos os horrores da seca, vendo rolar inutilmente as águas do São Francisco. Recentemente, o Ministro do Interior, Rangel Reis, abordando os projetos de irrigação para o Nordeste, considerou-os "a chave para o desenvolvimento da região". Surgiram promessas, novos órgãos foram criados, nunca vimos tantos planos de ajuda ao Nordeste, a ponto de, já em 1968, o Senador Teotônio Vilela sugerir, num discurso, uma irmandade produtiva entre tantos importantíssimos órgãos, exclusivamente criados com a finalidade de promover o desenvolvimento do Nordeste. Desta situação de grandes lançamentos governamentais e de misteriosa mesmice, de secas e flagelos se ressentiu sobretudo a mulher nordestina que, apesar de sua fibra e coragem, mal é lembrada nas horas da grande luta emancipadora de suas irmãs. Estabeleceu-se, assim, a tal linha divisória, não demarcada mas sentida: de um lado, a mulher sulista evoluída, batalhadora, conscientizada do seu papel político e social; de outro, a humilde mulher nordestina, sofrida e explorada politicamente no seu sofrimento, quase sempre à margem dos grandes acontecimentos e até dos seus direitos humanos.

Formou-se até um tipo diferente, com profundas implicações psicológicas para nós. Enquanto a mulher sulista se tornava agressiva e independente, moderna e descontraída, sabendo pugnar pelos seus direitos e fazendo valer a sua personalidade, a nordestina é apresentada como a roceira de São João, tímida e tola, somente servindo mesmo para ser ridicularizada nos programas de rádio e televisão, e explorada nos serviços domésticos e na lavoura. No entanto, queríamos ver muita gente da cidade suportar o que ela suporta! De nada serve sua fibra de sertaneja intrépida, desafiando elementos e miséria, servindo ao Brasil com seu trabalho heróico e silencioso, ourejando ao lado do homem, companheira fiel mesmo sem casamento, parindo os filhos como aniamais no pasto, suando sangue para ajudar a alimentá-los, caminhando às vezes lèguas para buscar água e fazer a família subsistir. Há pouco tempo ainda, nem comovia os olhos desta Nação o seu isolamento total dos meios de comunicação, transporte, alfabetização, conforto mais elementar. A frase de Euclides da Cunha ficava para o homem somente, forte era o sertanejo, outro explorado, também, para efeitos literários, sensacionistas ou desafios de viola. A sertaneja era uma nulidade, uma analfabeto, matuta e só! Quando muito, nas capitais reconhecia-lhe a honestidade, a retidão de caráter, o gosto e a resistência pelo trabalho.

E a humilhação que ela sentia diante de suas irmãs bem instruídas, bem empregadas e bem vestidas, nem pesava como uma vergonha, um atestado doloroso do muito descaso, do abandono em que vivíamos. Vieram revoluções, o tempo passou quase igual para ela. Nos últimos anos houve, realmente, uma reviravolta nos destinos políticos do Nordeste. Os brados contínuos da imprensa, dos nossos governadores, dos brasileiros que sofreram as inclemências do tempo e de um protecionismo injusto, comoveram os Poderes Públicos. Mais estradas foram rasgando; mil ligações feitas; açudes e escolas surgiam. E junto a estes melhoramentos, a figura da mulher nordestina começa a se delinear com mais nitidez ante os olhos de suas irmãs, no cenário nacional. Mudou muito sua vida? Houve grande transição? Vejamos nas observações colhidas no lugar mesmo em que elas viviam.

De modo geral, no interior, as mulheres permanecem as mesmas no aspecto humilde, nas credices, na ignorância. Quase sempre todas trabalham sem vínculo empregatício, alugadas por safra, pelo que produzem, e sem nenhuma segurança quanto ao futuro, à doença. Algumas têm o benefício do FUNRURAL, outras o desconhecem. Muitas pensam que carteira de Instituto é só para homem. Algumas ajudam na roça do pai ou do marido e ganham apenas a subsistência. Em mais de cem mulheres questionadas nas feiras de Arapiraca, Maribondo, Palmeira dos Índios e no artesanato de palha de Coruripe, a resposta era sempre a mesma. Ganhavam pelo que produziam, numa média de 15 a 25 cruzeiros diários. Isto, enquanto durava a safra. E na entressafra? perguntávamos sempre. Deus ajuda, ou, é o Pai que ajuda — era a resposta conformada. Uma resposta marcou tempo: Nem sabemos se achar gráça ou chorar em seu respeito; "A gente vive da boniteza que nem pavão". Raras habitam na plantação em que trabalham, pois é limitado o número de moradores. E caminham lonjuras para estar no batente com a madrugada. O Censo de 1970 revelou que muitas trabalham para ajudar a produção do marido, e que 38% ganham menos de 60% do salário mínimo. O Noroeste e o Centro-Oeste (conforme o mesmo Censo) concorriam com uma taxa de atividade feminina de 14,2 e 13,6 respectivamente. Enquanto isso, o nosso Nordeste tem taxa superior a 15,4, perdendo apenas para o Sul e Sudeste (informação de Carmen Barroso, da Fundação Carlos Chagas). Vemos pois que a população feminina do Nordeste é altamente trabalhadora e ativa, concorrendo com seu esforço para o engrandecimento deste Brasil que tanto amamos. Outro grande entrave ao progresso da mulher no interior é ainda o velho conceito de "trabalho de mulher" e "trabalho de homem", o da mulher não variando nunca, estando sempre associado a serviço doméstico, roça, plantação e limpa da cana, salários ínfimos. Aliás o salário do homem também não fica em muita vantagem quanto ao da mulher, e nem ela própria chega a desejar competir com ele quanto ao trabalho. Cortar a cana, limpá-la das folhas e enfileirá-la em feixes que, depois, serão recolhidos pelos caminhões da usina é sempre uma tarefa árdua, paúga por produção. Em média, um homem chega a cortar de quatro a cinco toneladas de cana por dia, enquanto a mulher nem chega a duas. Por esta razão, são relegados aos trabalhos de limpa e adubo, o que fazem por tarefas. Quanto ao serviço na roça, ainda é considerado leve, e muitas se orgulham em competir com o homem em igual labor. Vimos mulheres de 50 anos ou mais fazendo alarde da sua resistência "no cabo da enxada". Muitas apresentam os filhos, quase sempre órfãos de pai. E se vangloriam em apregoar que os meninos foram criados "com o suor da cara", na roça de milho e feijão. Outros trabalhos duros e arrojados, comuns no Nordeste, como os de vaqueiro, boiadeiro, carneador e esticador de couros, que exigem força física, sangue frio e estômago forte, mulher nem pensa em fazer. Há, então, uma discriminação natural, discriminação esta aceita com muito prazer pelas mulheres que biologicamente não estão preparadas para tais arremessos. Perguntando mesmo a algumas moradoras em fazendas e usinas se gostariam que houvesse um igualdade nessas tarefas, a resposta vinha sempre num repelão de "Deus me livre"! Em muitas plantações existem até mulheres que fazem o mesmo trabalho que o

homem, ganham menos e acham isto muito natural. A predominância de todos estes fatores, provavelmente, responde pelo fato de a mulher não querer e não se interessar na luta pela igualdade com o homem. Aliás, o que elas vêem em derredor não é motivação suficiente para dar anseios de libertação ou imitação. Muito ao contrário, a mulher nordestina sente que deve ajudar ao seu homem em tudo o que é possível, para equilibrar o orçamento minguado, diminuir o sofrimento desta situação de penúria em que vivem. Na verdade, seria irônico e cruel querer vê-la desejar competir com o homem numa igualdade de direitos... Que vê a nordestina das matas ou do agreste, quando olha em derredor? Paisagem limitada e hostil, homens sofridos e cansados, alugados nas safras como animais de carga, mourejando de sol a sol ou de chuva a chuva, conforme as plantações de fumo, algodão ou cana, dando graças a Deus quando engajados numa fábrica ou numa usina mesmo com o salário/fome, mas pelos menos certo, para sustentar a família. Ou ainda lutando com o gado na caatinga espinhenta, fazendo o trabalho duro do "cabra macho", boiadeiro ou vaqueiro. As mulheres de pescador então, jamais desejariam imitá-los. É até interessante notar que, para o nosso sexo, é uma profissão raríssima, salvo se se tratar de pesca de sururu, com água pela cintura, horas a fio dentro da lagoa, no labor celebrizado por Jayme de Altavila quando disse que "é a única lama do mundo que é pão". Para as outras mulheres pobres da faixa litorânea, o artesanato de palha ou de filet e labirinto, ou uma ociosidade bovina, são formas de ver a vida passar, na mesma pobreza angustiante, pesada e igual com ligeiras alterações. Muitas não estudam nem se interessam. Para quê? Mandam os filhos para a escola, porque a vizinha manda, ou porque querem que eles sejam "gente" um dia. Mas retiram, logo que vem uma necessidade, ou quando eles crescem um pouco, para ajudar no trabalho. Se moram perto de um Grupo Escolar ou de um posto do MOBRAL, ainda existe freqüência, e, à noite, até os homens estudam. Mas quando moram longe, qualquer coisa é pretexto para o abandono do estudo, e esquecem até o que aprenderam. O mais chocante de tudo é que a maioria das mulheres só trabalha no setor primário, e não mostra nenhum interesse pelas letras, todas elas adormecidas naquele sono de milenar indiferença, vida apagada dentro da vida em eclosão.

Quanto aos filhos, continua a explosão demográfica — e vimos casebres abrigando famílias com seis e até oito crianças. Desconhecimento total, restrições ou medo da pílula, nem sonho do Planejamento Familiar. Nos dias de trabalho, as mulheres levam os maiores para ajudar, e deixam os menores sozinhos em casa, ou com uma parenta qualquer. Algumas chegam a amarrar com corda solta os meninos pequenos para que não cheguem até o fogo, onde cozinha a panela de feijão. Antes de sairem para "tirar a conta" de enxada, deixam ao lado algum alimento (quando têm!), como fazemos com os perus de festa amarrados no quintal. E nem pensem que vai algum exagero nisso. Este fato é verdade até nos grandes centros do País. Exemplifiquemos: numa pesquisa realizada pela Secretaria do Trabalho e Administração do Estado de São Paulo, sobre a mão-de-obra feminina nas indústrias da Capital, em 1970, houve o seguinte resultado: em 500 trabalhadoras pesquisadas, 72% tinham filhos. Destas, 46% costumavam deixá-los com parentes, 21%, sozinhos e apenas 1%, em creches. A porcentagem das que deixavam crianças pequenas sozinhas, era maior no caso das empregadas braçais, 30%. Justamente a categoria onde se encontra o maior número de mulheres com filhos, 82%. Isto em plena Capital de São Paulo! Imaginemos, agora, qual seria a estatística do sertão, do Nordeste!

Senhores, a condição da mulher nordestina, a pobreza da zona rural da Mata ou do Agreste, é ainda para ser enquadrada entre os tão falados Direitos do Homem como exemplo da mais absoluta falta destes Direitos! A maioria vê os filhos crescerem desnutridos, ignorantes, com deficiências mentais por falta de alimento na primeira infância e nada sabe quanto a métodos anticoncepcionais. Aborto? É chá que resolve, ou, então, parteira do interior — fazedora de anjos. Muitas ainda são forçadas a abandonar os filhos, a vê-los deixar a casa e "correr mundo" pela total ausência de condições para

criá-los. Não estou a dizer novidades neste inquérito. Os nobres Senadores da minha terra, Teotônio Vilela, Luiz Cavalcante e Arnon de Mello, além dos ilustres Deputados, tendo a frente o nobre Theobaldo Barbosa, têm levantado a voz inúmeras vezes para falar no problema cruciante do nordestino, dos flagelados nordestinos, dos explorados nordestinos. O próprio Presidente Geisel nos seus discursos (que tivemos o cuidado de ler, publicados por sua Assessoria de Imprensa) fala várias vezes no "Nordeste sofrido", nos "trinta milhões de habitantes que vivem com extraordinária dificuldade numa área semi-árida", "no homem rural cheio de problemas". Mas eu, quando falo nos explorados nordestinos, penso mais na figura esquecida da mulher com seus problemas biológicos, forçada a emigrar nas grandes secas como retirante miserável, carregando, às vezes, um filho no ventre, outro nos braços, e ainda a trouxa dos pertences na cabeça. Penso, também, nas mulheres que têm o seu mocambo às margens dos grandes rios, não como as palasitas do Amazonas, mas dentro da lama mesmo como caranguejo aratu, e que nas cheias desses rios são forçadas, anualmente, a pedir esmolas, auxílios do Governo, e serem abrigadas no lugar dos animais na Pecuária. E darem ainda graças a Deus, pois somente lá têm alimentos dados pelo Exército e um teto para as chuvas. Uma promessa aqui, uma esmola ali — 50 anos que vemos a mesma cena repetida! Agora mesmo os jornais falam dos dez mil flagelados nordestinos...

Quero lembrar que, quando escrevi isto, nós estávamos em plena fase das cheias. Isto foi há um mês, e havia, realmente, muitos flagelados emigrando por causa dessas cheias.

Bem. Senhores, até agora nada mais fiz que apresentar um quadro geral da mulher no Nordeste, quadro este já muito conhecido por todos. O que há de humilhante nele é culpa exclusiva da pior discriminação que pode haver num País. Como mulher e como nordestina, nota a diferença de tratamento que nos é dada pela Nação proporcionando esta apresentação tão desigual da mulher sulista-nortista em território brasileiro, quando, na verdade, a nordestina trabalha duramente este solo, aumentando o progresso do País.

Há poucos dias o ex-Superintendente da SUDENE e ex-Presidente do BNH Sr. Rubens Costa, declarava em Recife, quando recebia o título de Economista do Ano: "Se, em termos relativos, o Nordeste, nos últimos anos, continua sem melhorar sua posição (a renda *per capita* regional é pouco menos da metade da renda *per capita* do brasileiro), em valores absolutos a brecha, entre o nível de vida da região e do País, está se tornando abismal. E o mais grave é que tudo indica que continuará crescendo no futuro, a menos que seja alterada radicalmente a política de desenvolvimento econômico do País, de maneira a desconcentrar a renda e a riqueza." Por aí vemos que a discriminação continua, apesar das indústrias instaladas, Sal Gema e alguns programas batalhadores dos Governos. Pelas palavras de um técnico vemos que não se trata de lirismo nem exageros no quadro descrito. Falta-nos o suporte sócio-econômico, isto é um fato. E sem este suporte, jamais a mulher nordestina poderá sair da sua condição de pedinte, num País que é o seu. Sem este suporte, a situação mais que humilhante, castradora em que ela vive diante de suas irmãs, persistirá ainda.

Temos notado que os ilustres senadores no desempenho de suas funções, em depoimentos ou propostas, gostam de fazer comparações. Há pouco tempo, lemos um discurso do Senador Arnon de Mello onde, num aparte, o Senador Eurico Rezende dizia: "o mundo já se encontra no esplendor e na rota das estrelas e o Brasil ainda continua na rota das caravelas". Parodiando o ilustre Senador, eu poderia dizer que, enquanto a mulher sulista já se encontra no esplendor e na rota das reivindicações mais profundas, a mulher nordestina continua ainda no caminho das enxadas.

E o mais doloroso nisso tudo é que este caminho de enxadas persiste, mesmo depois de tantas descobertas na tecnologia, mesmo depois do Senador Arnon de Mello ter dito que esta enxada já deveria, hoje em dia, ser peça de museu como resquício da Idade Média.

Não se pense, porém, que a mulher nordestina não é capaz de compensar fartamente qualquer investimento. Dotada de extraordinário vigor e de uma inteligência arguta e observadora, ela sabe compensar qualquer esforço dispensado em seu proveito. Sabemos que as da classe média e rica em breve, se tornam senhoras admiráveis de grandes qualidades e virtudes. Quando estudam, transformam-se em médicas competentes, advogadas ardorosas e professoras notáveis. De modo geral, mulher nordestina só tem um defeito: o abandono em que vive. Procuremos ajudá-la, diminuindo essa disparidade no tratamento, e, em breve, a Nação se orgulhará do grande contingente feminino tão criminosamente deixado à margem. (Muito bem! Palmas.)

Pediria um minuto de atenção, será rápido, para ler as sugestões que tomei a liberdade de fazer.

Sugestões

Sabendo que é preocupação dominante do Governo Brasileiro a educação do povo, saneamento básico, habitação popular, saúde pública, sabendo, também, que a convocação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito visa a alcançar a integração da mulher no processo de desenvolvimento em pé de igualdade com o homem, tomamos a iniciativa de fazer as seguintes sugestões, quase todas decorrentes do Plano de Ação da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher:

- a) promover a participação da mulher nordestina em todos os programas que visem o seu bem-estar social;
 - b) procurar incentivar a alfabetização principalmente entre as mulheres jovens, combatendo a indiferença e o acanhamento com a explicação dos benefícios que lhe advirão;
 - c) ampliar a formação profissional básica, incluindo métodos agrícolas mais modernos, a fim de livrá-la da escravidão da enxada;
 - d) facilitar os meios anticoncepcionais, a fim de diminuir a explosão demográfica. Em caso de família em formação, ensinar o planejamento familiar;
 - e) promover palestras, explicando o mal do aborto provocado por beberagens ou por parteiras ignorantes;
 - f) incentivar a construção de casas ou vilas, procurando livrá-la dos casebres infectos e dos mocambos na lama;
 - g) estabelecer maiores possibilidades de empregos por meio do ensino profissionalizante na zona rural;
 - h) procurar substituir nas imagens e na TV a figura da nordestina matuta, carregada de filhos, pela mulher sadias e corajosa trabalhando no campo;
 - i) criar centros de assistência social nas zonas distantes. Muito obrigada, a todos. (Muito bem! Palmas.)
- A SRA. PRESIDENTE (Lygia Lessa Bastos) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, o Presidente foi obrigado a comparecer ao 1º Plenário para a votação nominal. Por isto, peço permissão para ler o ofício que encaminhei a S. Ex^a, na sessão de hoje.
- É lido o seguinte ofício:
- Senhor Presidente.
- Pela Portaria nº 3.335, do Senhor Ministro do Trabalho, de 21 de outubro de 1975, conferiu-se à recém-criada Coordenadoria de Proteção da Mulher e do Menor, subordinada à Subsecretaria de Proteção ao Trabalho daquele Ministério, a seguinte competência:
- 1 — Elaborar normas sobre o trabalho da mulher e do menor;
 - 2 — Orientar e controlar o cumprimento dos preceitos legais relativos ao trabalho da mulher e do menor;
 - 3 — Estudar e analisar assuntos relativos ao trabalho da mulher e do menor;
 - 4 — Apreciar recursos relativos a autos de infração aos preceitos legais de proteção ao trabalho da mulher e do menor;
 - 5 — Realizar palestras, conferências e exposições alusivas ao trabalho da mulher e do menor;

6 — Promover campanhas objetivando facilitar e proteger o trabalho extradoméstico da mulher, inclusive instalação de creches (Os grifos são nossos).

Verifica-se, então, que essa Coordenadoria foi investida de graves responsabilidades em relação aos problemas vinculados à mulher e ao menor.

Entretanto, pelas informações colhidas, tal Coordenadoria não teve condições, até agora, de desincumbir-se das suas tarefas, o que, além de estranhável, precisa ser amplamente esclarecido.

O responsável por tal órgão devia ser convocado por esta CPI, a fim de explicar, entre outros pontos, o que já fez a sua Coordenadoria para cumprir a sua missão legal, e o que lhe falta — em instrumental e em verbas — para poder cumpri-la.

Nosso desejo seria ouvir a Coordenadora, Dra. Vera Medeiros Malta, mas esta se encontra em licença de gestante, só retornando ao trabalho em novembro vindouro.

E, por incrível que pareça, não tem substituta. Ou melhor, resta na citada Coordenadoria de Proteção ao Trabalho da Mulher e do Menor apenas um funcionário administrativo, mas ninguém.

Em consequência, proponho a convocação — pelos objetivos já citados — do Dr. Carlos Alexandre Peão, Subsecretário de Proteção ao Trabalho do Ministério do Trabalho, que é o superior hierárquico da mencionada Coordenadoria.

A SR^a PRESIDENTA (Lygia Lessa Bastos) — Dei este conhecimento, para que conste da Ata da nossa reunião de hoje e, em seguida, abrirei já os debates com as inscrições, dando a palavra ao primeiro inscrito que é o Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES — Sr. Presidente, esta Comissão, mais uma vez, está brindada com o depoimento de 3 mulheres que nos trazem novos conhecimentos e novas idéias em torno desse tão decantado assunto que é, digamos, a reivindicação feminina no País.

De nossa parte, entendemos que essa evolução da mulher é um fato natural que virá e ninguém vai impedir. A mulher, no Brasil, vai ter que ocupar o seu lugar, porque não é possível que, um País em que a maioria da população, hoje, é feminina, fique esse poderio imenso de produção relegado a um papel secundário, permanecendo, por assim dizer, ociosa uma parte da população.

Quer me parecer que essa explosão virá naturalmente, embora haja necessidade de uma luta, de uma explicação, enfim, embora haja necessidade de cada um demonstrar essa necessidade atual.

Nós temos procurado enfrentar esse problema, às vezes compreendido por uns, às vezes incompreendido por outros. Agora mesmo, tivemos um projeto de lei, referente a Imposto de Renda com respeito à mulher, e fomos informados que ele foi vetado. Não tenho certeza, mas é a informação que recebi hoje.

E, além desse, apresentamos projetos que enfrentam a fundo essa matéria, com repercuções as mais terríveis, como por exemplo, o projeto referente à legalização do aborto — que tivemos a honra de apresentar — o projeto referente ao serviço cívico para a mulher brasileira, que é feito com o sentido de se aproveitar justamente esse manancial que se fala na instrução, na educação, nos principais problemas sociais, e apresentamos, também, um projeto referente ao planejamento familiar.

Vimos, hoje, uma exposição muito clara e sucinta da Dr^a Sandra Cavalcanti. A mim me pareceu que, realmente, ela abordou o problema dentro da nossa atualidade, dentro da nossa realidade, focalizando um ponto fundamental, que é aquele do papel da mulher dentro da sociedade brasileira.

Como é que podermos, dentro da formação social, dentro da nossa organização política, da nossa estrutura familiar, retirar, de repente, a mulher da família, para que ela vá empregar suas atividades em outras fontes? Como ficará a família? Nós precisamos preservar a família ou não a precisamos preservar? Se a mulher sai de casa, a família vai se desmoronar. E, se a família se desmoronar, haverá uma conturbação social, no nosso entender.

De maneira que acho que ela focalizou esse assunto com a maior proficiência. Agora, a dificuldade está em como fazer isto, em como estabelecer isto para manter a família, para criar os filhos? Para criar os filhos nós teremos que partir para o quê? Para o problema de creche, mas creche, no Brasil, ainda é uma utopia, porque não existe; o que temos aí se dilui como uma gota d'água no rio Amazonas. Esse debate que nós estamos fazendo aqui é que as Senhoras encetam neste País afora, é da maior profundidade porque se está despertando esses assuntos, está se procurando demonstrar a necessidade de encararmos todo esse complexo social que está aí, ou nós marchamos para uma miséria crescente, que vai chegar a um ponto que nenhum de nós pode determinar ou saber.

Portanto, esse problema da mulher na casa, da mulher no trabalho, é necessário, é um problema útil, porque a mulher tem que ser aproveitada. Mas como fazer isso é o problema. Se nós estivéssemos num país socialista, não haveria dificuldade, porque haveria intervenção e se cuidaria. Num País como o nosso, dentro da nossa legislação, dentro do nosso princípio de família, dentro da nossa liberdade, como fazer?

Então, o debate está aí. Devemos procurar o caminho para dar à mulher o papel que ela tem que representar na sociedade brasileira, pelas próprias circunstâncias, se é que nós queremos, realmente, tirar este País desse grau ainda de pobreza em que vivemos.

Em segundo lugar, há o problema da natalidade. Este é um problema crucial. Acho que a Dr^a Sandra fixou bem esse ponto. Eu, como esportista, também a felicito, porque vi que ela conhece também a matéria esportiva; deu-nos uma descrição, aqui, de futebol, que, realmente, é real e a aplicou em relação à vida familiar.

Queríamos ver como é que nós podíamos determinar isso no planejamento familiar. Acho, também, que ninguém pode intervir; acho que a mulher é que deve determinar se quer ou não ter filho. Isto é uma coisa personalíssima.

Então, o que fizemos? Fizemos um projeto de lei, dando ao Governo as condições de estabelecer o planejamento familiar, porque só o Governo pode estabelecer, mas para quem quiser. É livre o planejamento familiar, apenas, em lugar de tomar aquele chã de que a Sr^a falou, ou de usar uma parteira incompetente, a mulher poderá ir à repartição, ao órgão competente, organizado oficialmente, e verificar o melhor método a empregar no planejamento à sua família. É nesse sentido o nosso projeto de lei; não queremos planejamento familiar obrigatório, não! Queremos, apenas, que se dê os meios para aqueles que quiserem e que desejarem usar desse planejamento familiar.

Temos, por outro lado, também, procurado, através de um projeto, legalizar o aborto. Porque nós parece um assunto da maior gravidade esse que enfrenta a população brasileira. Segundo estatísticas, contestadas por uns, levantadas por outros, e expressas na imprensa em todas as revistas e jornais, são feitos, no Brasil, mais de 2 milhões e meio de abortos por ano, ilegalmente. Isto está trazendo uma dificuldade tremenda, porque a maioria deles são abortos feitos sem nenhuma condição, e as consequências causam maiores prejuízos e dificuldades ao Estado, à Nação, do que se fossem feitos dentro de uma normalidade.

Esse projeto tem despertado a maior celeuma e nós temos sofrido as reações necessárias e normais, mas fomos todos a isso pelo que vimos no exterior. Achamos que é uma necessidade brasileira. Eu sou um homem da Amazônia, e acho que o problema da situação da mulher não pode ser tratado só para a mulher nordestina, — perdoem-me as duas grandes representantes do Nordeste — trata-se do problema da mulher brasileira. Esse problema do Nordeste se é tão ruim, lá é pior, talvez, na Amazônia, é péssimo nos morros do Rio; é terrível nos subúrbios de São Paulo, ou de qualquer lugar deste País. Então, o problema é brasileiro; é o problema da mulher brasileira. E V. S^{es}s estão aqui, dando sugestões que precisam ser aproveitadas, e tenho a certeza de que a nossa Relatora, Deputada Lygia Lessa Bastos, e o nosso Presidente haverão de fazer uma concatenação de todos esses dados aqui colhidos, a fim de que

realmente, nesta Comissão, para que ela não fique uma lirica, possamos fazer algumas sugestões, procurando transformar em projeto de lei essa realidade brasileira que aí está, contundente, em todos os sentidos, e necessária para o verdadeiro equilíbrio do País, da Nação.

Essas são as observações que quis fazer aqui rapidamente. Verifico que nas sugestões apresentadas pela Dr. Hilza Porto encontram-se os problemas fundamentais como esse da natalidade e também o do aborto. É questão de ver como fazer e qual a melhor maneira de fazer.

Eu quero terminar, felicitando a Presidência — o nosso grande Presidente Gilvan Rocha, que tem tido uma dedicação imensa com esta Comissão — e desejando que as Senhoras possam continuar a dar a sua contribuição, a fim de que esta Comissão possa fazer alguma coisa de útil, de real, diante da realidade brasileira.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Com a palavra o nobre Deputado Theobaldo Barbosa.

O SR. THEOBALDO BARBOSA — Eu me dispensaria de fazer os elogios que as Conferencistas bem merecem, para ganhar tempo.

Há um problema, abordado pela Professora Sandra Cavalcanti, que entendo ser o problema mais polêmico de todos os tempos: limitação da natalidade. Se nós examinarmos o quadro atual da sociedade brasileira, verificaremos que aqueles que têm recursos, ou aqueles que têm o nível intelectual que a sociedade assim permitiu, estão em contraste com aqueles que não tiveram a felicidade nem de ter aquela educação, que deveriam ter recebido, e, muito menos, os bens materiais que lhes permitissem um nível de vida melhor. Com isso, o que nós observamos é que as pessoas de melhor nível podem fazer o seu planejamento familiar, podem ter o número de filhos que desejem, podem ir ao médico e se aconselharem sobre qual o anticoncepcional que devem adotar, enquanto a grande massa da pobreza do País não tem nada disso; eles não têm um conselho médico; eles não sabem nem o que é pílula anticoncepcional, e têm filhos pela maneira muito simplória de dizer: "se tenho filho é porque Deus quis".

Evidentemente, tudo é Deus que quer, dentro dessa limitação de inteligência e de interpretação. Então, há um Deus para os ricos e um Deus para os pobres; um Deus que permite aos ricos poderem usar da pílula anticoncepcional para ter dois, três filhos, e um outro Deus que permite aos casuais, por ignorância, terem dez, doze filhos.

Digo, como nordestino, a realidade que sinto. É que nós, quando temos a oportunidade de conversar com um cidadão humilde do interior de Alagoas, melhor exemplificando, e abordamos esse tema — penalizado, quando vemos uma casa de barro, paupérrima, e que o Senador Gilvan Rocha, por ser sergipano, conhece bem — vemos dez, doze filhos, na maior promiscuidade, na mais extrema pobreza, às vezes, como não tenho coragem de falar para a mulher, porque isso é tema que não pode nem ser abordado com uma mulher do campo, tomo a liberdade de, com uma certa intimidade, abordá-lo, com o homem, e ele, simplesmente, diz que não pode deixar de ter aqueles filhos, porque foi Deus quem quis. A um deles dei a orientação de que, pelo menos, adotasse a Tabela de Ogino-Knaus, mas, apesar de todo o meu esforço, falando a linguagem mais simples, para que ele pudesse entender, ele recusou, porque "sempre os filhos é Deus quem quer". Então, é difícil poder não admitir que haja uma discriminação profunda entre duas classes sociais: a classe da mulher de nível social elevado ou bom, e a classe social da mulher de nível inferior. E nascem os filhos, nascem mais filhos, para quê? Perguntaria à eminentíssima Professora Sandra Cavalcanti. Para que os filhos nascerem e viverem na mais extrema pobreza? Não seria melhor não virem ao mundo para não sofrerem tanto aqui na Terra? É uma interrogação que faço.

Entendo que para a discussão do problema, por ser muito polêmico, a nós nos falta nos aprofundarmos mais no tema. Não é a distribuição de pilulas à mãos-cheias, isto também seria abominável.

Não é possível que o Governo vá partir para esse programa de ter um posto para quem quiser ir buscar pilula. Não! Também sou contra isso. Eu seria a favor de um planejamento, seria a favor de que aquelas pessoas que queiram possam receber uma orientação médica, possam escolher o tipo da pilula que poderá ser adotada. Para isso é preciso que haja um esforço dos homens públicos do Brasil, das Senhoras, enfim. A Dr. Hilza Porto assinalou esse problema com muita precisão, pela análise que fez da mulher nordestina, ao se verificar casebres abrigando uma prole numerosa, sem que haja uma orientação. Então, o problema é de educação. Talvez a Senhora, morando num centro nervoso, como o Rio de Janeiro, na maior civilização do Brasil, não sinta tanto quanto nós, nordestinos; talvez não o sinta como nós, políticos por excelência, que temos que viver em todos os setores da sociedade e verificar a diferença econômica e social que existe entre as mulheres.

A SR. SANDRA CAVALCANTI — Deputado Theobaldo Barbosa, posso fazer uma pergunta preliminar a V. Ex?

O SR. THEOBALDO BARBOSA — Com muita honra.

A SR. SANDRA CAVALCANTI — Nesses contatos que V. Ex. teve com famílias assim numerosas, em alguma oportunidade V. Ex. se dirigiu ao chefe da família e o aconselhou a fazer uma vasectomia?

O SR. THEOBALDO BARBOSA — Não. Evidentemente, eles não têm nem noção disto. Tentei ensinar aquela Tabela de Ogino-Knaus, que é a que poderíamos usar sem muita segurança mas, pelo menos, haveria uma faixa de possibilidade de redução do número de filhos.

A SR. SANDRA CAVALCANTI — Deputado, o que acontece nessa matéria é que ela não é só polêmica, do ponto de vista ético e do ponto de vista de uma ingerência governamental, numa área de decisão rigorosamente pessoal. Trata-se de uma matéria também científicamente polêmica. Eu poderia alinhar aqui e até, eventualmente, enviar para a Comissão trabalhos da maior seriedade, feitos por pesquisadores brasileiros e internacionais, sobre os riscos do uso da pilula anticoncepcional sobre a saúde das mulheres. Ora, se uma mulher, principalmente desamparada, desarmada, analfabeta, atrasada, pobre, mal nutrida, desconhecida de toda a realidade ao seu redor, como é o caso da mulher nordestina, souber que, no posto ali da esquina, há um médico, que a gente vai lá, que ele nos dá uma pilula, e a gente toma e não tem mais filho, ela vai lá. Eu arrisco a minha mão: ponho-a no fogo: aposto o que V. Ex. quiser que esse serviço médico oficial, espalhado pelas esquinas do Brasil, não vai fazer exames acurados em cada pobre que aparecer, porque não é essa a forma pela qual os pobres são normalmente atendidos nesses centros assistenciais, para saber se é "aquele" pilula que "aquele" mulher deve tomar. Conheço, também, por dentro o que são as brigas de laboratórios farmacêuticos do mundo, o que são as multinacionais que atuam nos países subdesenvolvidos, vendendo medicamentos que não vendem em seus próprios países. Conheço os casos de câncer, de tumores uterinos, de flebites, produzidos em pessoas de alto gabarito financeiro e cultural pelo uso errado de pilulas, que os médicos receitaram, porque são as pilulas que estão à venda no Brasil. Então, enquanto a solução repousar numa rede oficial de atendimento médico absolutamente precária, absolutamente desiciente quanto a esses cuidados especiais a serem tidos com cada cliente — porque eles não os têm em outros casos, e não vão ter nesses —, enquanto os medicamentos forem produzidos por laboratórios oriundos de organizações, que atuam de formas muito suspeitas em determinados países, eu confesso que preferiria, e prefiro, que houvesse um programa de planejamento familiar baseado na generosidade dos homens, porque a vasectomia não mutila, não os torna impotentes, não cria problemas de espécie alguma; trata-se de uma cirurgia, esta sim, muito simples, feita sem a menor necessidade de recolhimento ao hospital, que vai permitir que aquele chefe de família não tenha mais do que se queixar em matéria de procriação. In-

clusiva, tem a grande vantagem, se for uma providência generalizada no Brasil, de impedir que ele procrie com a própria mulher e com as outras que ele encontra pelo meio do caminho. Porque as meninas de 13, 14 anos, que se lançam à prostituição por pobreza, nessas regiões, seriam extremamente beneficiadas se determinados cidadãos, que já puseram 3, 4, 5 filhos no mundo, tivessem a coragem de adotar essa prática, que não tem nenhuma restrição ética, pois até a própria Igreja Católica, que é tão ciosa, numa decisão memorável, porque marca, realmente, uma primeira posição que a Igreja toma conscientemente, em matéria de planejamento familiar, acaba de aceitá-la. Essa é uma decisão muito pessoal que o homem toma; ele é quem resolve, é ele quem se leva pessoalmente ao consultório médico; é ele que permite que a cirurgia seja feita, e ele preserva, com isso, a saúde da sua família e de muitas outras pessoas que, provavelmente, serão indiretamente beneficiadas. Agora, ai sim, a discriminação contra as mulheres nessa matéria é psicológica. Não passa pela cabeça dos Senhores, homens, que a iniciativa mais importante nesse terreno deva ser tomada pelos homens e sobre os homens e não sobre as mulheres, que já carregam todo o resto dos ônus, dos encargos da procriação.

O SR. THEOBALDO BARBOSA — Gostaria de fazer uma ligeiríssima intervenção.

Quanto ao método, entendo que é questão de somenos importância. O necessário é que não haja a discriminação odiosa, que está existindo, de que só os civilizados, só os ricos evitam os filhos, enquanto os pobres continuam sem qualquer orientação do governo ou da sociedade.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI — Discordo desta colocação. Discordo por motivos que nem são subjetivos. Eu vou lhe dar uns dados de estudos que foram feitos em países que, tendo passado, há pouco tempo, da condição de subdesenvolvidos para a de melhor situação, apresentaram imediatos índices de diminuição de natalidade. O que leva a criatura humana a se decidir a não ter um maior número de filhos não é nenhum desses critérios que, aqui, estão sendo mencionados. Ela chega a essa conclusão, quando o homem e a mulher, tendo atingido um determinado estágio cultural e uma determinada capacidade de produção de riquezas, e estando em condições de gozar dos benefícios que o progresso lhe põe a sua disposição, ou seja, no momento em que o homem começa a se inserir na sociedade de consumo, que é, hoje, este planeta, ele começa a fazer opções, e ter mais filhos passa a ser uma opção financeira de alguém que deseja que o seu dinheiro dê para ele educar melhor aqueles dois filhos que tem; se ele tiver três, o dinheiro já não vai chegar; se tiver quatro, será uma catástrofe. Então, resolve ficar com os dois, porque a sua capacidade financeira permite que ele crie dois. Acontece que essa população brasileira, tão bem desenhada e retratada no depoimento de Hilza Porto, está de tal modo à margem dessa tomada de consciência, que vive, realmente, uma vida de sobrevivência diária. Eles estão numa economia de subsistência; eles comem o que têm para comer naquele dia; trabalham no que eles conseguem naquele dia. Eles não estão ainda dentro dessa outra etapa, no momento em que conseguem um trabalho regular, onde executam uma tarefa conhecida e têm uma remuneração que, no começo do mês, já sabem qual será. Então, podem se organizar dentro daquilo. Quando eles não podem se organizar dentro de nenhuma perspectiva financeira, quando eles não têm nenhuma possibilidade de entender qual o seu papel dentro da sociedade, evidentemente, eles estarão muito mais perto do quadro dos animais do que do quadro dos seres racionais. O problema é de educação, antes de mais nada; é um problema, evidentemente, de o Governo despejar nessas áreas os investimentos necessários para que essas populações possam se integrar melhor no desenvolvimento do País. É um programa político; é um programa de Partido, é uma filosofia de vida. Mas nada disto está na base de uma decisão; não há uma discriminação quando uma família de classe média usa os recursos que estão ao seu dispor para não proliferar tanto, e uma de classe pobre não usa. Mesmo que se ponha, hoje, ao alcance da classe po-

bre esses meios, sem que uma tarefa de educação seja feita ao mesmo tempo, não vai adiantar nada, porque muito mais importante do que evitar filhos é evitar que os filhos que estão nascidos morram de endemias. Basta ir a um posto para ser vacinado. Mas, se eles não estão preparados culturalmente, eles não mandam os filhos se vacinarem no posto. É um problema de cultura; é um problema de inserção numa determinada escala de educação do País, que ainda não ocorreu. O grave, a discriminação, ai sim, é eu chegar com elementos, que ainda são passíveis de discussão, e aproveitando-me da ignorância daquela gente que não tem e como exercer uma análise crítica do sistema que lhes vou oferecer, e entregar-lhes, talvez numa pilula, um câncer ou uma trombose. Isto, sim, é discriminar contra o pobre, que não tem como se defender dessa hipótese.

A SRA. HILZA PORTO — Eu, como observadora, gostaria de dizer que comprehendi perfeitamente o ponto de vista do Deputado Theobaldo Barbosa, e o de Sandra Cavalcanti, a quem muito admiro. Mas, se de um lado temos o problema de o casal pobre ter muitos filhos e o rico, poucos, porque sabe evitá-los, acho óbvio que o problema único é de educação; falta a educação. Sem querer que Sandra Cavalcanti chegue a sofrer o desgaste que Indira Ghandi, na Índia, sofreu devido à vasectomia, quero, aqui, reforçar...

A SRA. SANDRA CAVALCANTI — O problema foi a corrupção do filho dela; não tem nada a ver com a vasectomia. Eles roubaram muito dinheiro; o negócio lá foi outro...

A SRA. HILZA PORTO — Mas, a campanha principal...

A SRA. SANDRA CAVALCANTI — Isso já foi uma forma de aproveitar o episódio da Indira, para não deixar a sua experiência vitoriosa sobre a vasectomia chegar a determinados países. As multinacionais de medicamentos são muito atentas.

A SRA. HILZA PORTO — Mas, Sandra, você não me deixou completar o pensamento. É justamente isso que eu quero dizer. Na Índia, fizemos a experiência, ou por corrupção ou, depois, havendo aquela perseguição a Indira. Houve uma queda do poder, ou por corrupção do filho ou não, mas o fato é que as amostras, as propagandas, tudo o que foi dito sobre a vasectomia chegou a parar nessa muralha imensa que é neste ponto, reconheçamos — o egoísmo masculino no ponto da procriação. Para ele, o trabalho, o dinheiro, apenas; para mulher, não apenas o sacrifício de, durante 9 meses, carregar o filho no ventre, como todas as complicações da criação e da educação e, ainda, o receio, o medo de engravidar, quando um determinado número de filhos já foi atingido. Quem sabe se, numa vida futura, o ideal não seria o casal ter filhos, fazendo um planejamento: enquanto a mulher não puder prescindir do seu trabalho, também não poderá ter filhos. Desde que ela chegar a um determinado ponto em que já a sua situação econômica é independente, então, olha para o marido e diz: "chegou o momento de procriar". Mas, o que somos absolutamente contra é justamente isso que Sandra Cavalcanti vem dizendo e que o Deputado Theobaldo Barbosa também afirmou. Há um desejo natural de que o Brasil não venha a sofrer dos problemas da superpopulação, tampouco de despopulação. O fato é que deve haver mais instruções e meios, para que o casal jovem compreenda que só deve procriar quando estiver em situação econômica de criar o filho, porque acho que a presença da mãe é imprescindível no lar, quando a criança é pequena.

A SRA. NADIR BARBOSA — Apenas um aparte, para complementar. O problema é deveras muito complexo. Há uma grande preocupação dos estudiosos de que, no ano 2.000, nós teremos uma superpopulação, e que não haverá nem habitação nem alimentação para acudir a essa superpopulação. Geralmente, o problema se apresenta com aspectos e opiniões diversas. Alguns dizem que os países estão, realmente, preocupados com esse controle da natalidade; outros dizem que não. Mas, estivemos lendo que, no ano passado, no segundo semestre, um centro de pesquisas dos Estados Unidos, levando em consideração tantas controvérsias, dedicou-se

ao levantamento desse conflito. Então, eles comprovaram que, mesmo nos pequenos países, isso já estava se verificando, exatamente em decorrência dessa preocupação de que chegássemos ao ano 2.000 com essa superpopulação. Sobretudo nos países da Europa Central. As duas Alemanhas têm um trabalho nesse sentido, eles sabem, realmente, as crianças que estão nascendo e as que estão morrendo. Sabemos que o seu ponto de vista em relação à Índia é válido, pois nessas últimas eleições, Indira Ghandi teve aquele fracasso, tendo sido levado em consideração o aspecto, familiar, foi um desgate tremendo, provocado pela atuação do seu filho, valendo-se da sua autoridade. Verificamos que foi na Índia que a esterilização se fez em maior número. Agora, depois que o novo governo tomou posse, há um outro projeto, para que todos os homens sejam indenizados em virtude desse processo de esterilização em massa, de que foi vítima a Índia. Gostaríamos de fazer esta colocação, não nos contrapondo à sua primeira posição que é válida, mas demonstrando que, realmente, o fato ocorreu. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Vou me despir da minha posição de Presidente, por uns minutos, e falar de um assunto que me diz respeito muito de perto, porque, profissionalmente, estou ligado ao problema. Desejaria, inclusive pela hora dessa discussão nacional, colocar algumas coisas sobre o assunto que me parece estar sendo desvirtuado do ponto de vista científico.

A primeira colocação a se fazer é a seguinte: toda essa história de controle da natalidade nasceu da ressurreição do empoeirado Malthus. Malthus tem ou não tem razão? Vai ou não vai haver aquela explosão que a Professora tanto teme, e que o MacNamara do Banco Mundial também tanto teme, a de que no ano 2.000 tenha gente por todos os lados?

A primeira observação a se fazer neste sentido é a seguinte: se Malthus tivesse razão, já teria acontecido o fato. Segunda: é absolutamente inócuo o homem querer legislar sobre leis naturais. A natureza possui um equilíbrio tal, que independe de legislação de sociólogos de ocasião que tentam, por exemplo, extrapolar a população de hoje para o ano 2.000. Ora, o homem do ano 2.000 será completamente diferente do de hoje, como Átila foi completamente diferente do homem que foi à Lua. Então, é uma colocação a científica, não se pode pegar a população de hoje e extrapolar-lá para o ano 2.000, nem levar em consideração que o homem é um animal evolutivo. Esta é a primeira colocação que se tem de levá-la em conta.

A segunda é a justeza científica da tese. Ora, será que aumento de população é realmente social? É um problema médico? É um problema de castrar ou não? — o termo é este. É um problema de pílula ou não? Interessante é notar uma coisa: todos os países que hoje possuem equilíbrio populacional o têm, sem nenhuma ação governamental nesse sentido. A Alemanha, hoje, muito pelo contrário, está fazendo uma campanha para nascer mais gente, porque está morrendo mais do que nascendo. A balança do país é negativa, hoje.

O que está acontecendo é o seguinte: uma simples expressão geográfica vai mostrar que os países que "teriam", porque a validade desse problema de explosão eu já questionei, esses problemas são subdesenvolvidos. Então, esse é um problema puramente social, como é a esquistossomose.

Os Estados Unidos não têm esquistossomose, devido à campanha que o Ministro da Saúde de lá fez, ou pelo alcance social que o país alcançou? São doenças sociais que só podem ser curadas socialmente. O país adotou, então, uma posição que, cientificamente, é um desastre total, porque não tem nenhum embasamento que a justifique. (Muito bem!)

Vou mais longe. Além de ser um desastre total, e aí vai a minha parte, desejo dar este depoimento, inclusive despendo da condição de Presidente desta Comissão, para salvaguardar o meu nome de ginecologista.

Ó Sr. Ministro da Saúde do Brasil disse a todo mundo, através da imprensa que está fazendo uma prevenção da gravidez de alto risco. Isso é histriônico, não pode ser levado em consideração em

nenhum círculo científico, inclusive porque nós, ginecologistas sabemos que aquelas entidades mórbidas que impedem a gravidez são mínimas, percentualmente insignificantes, a não ser que o Sr. Ministro considere desnutrição como doença médica, poliverminose como doença médica e não social; anemia por privação de alimentos ricos em vitaminas e ferros como doença médica. Nestes casos S. Ex* teria razão. Acontece que essas não são entidades médicas, mas sociais.

Do ponto de vista puramente médico, o que impede uma gravidez, afinal de contas? Câncer, neoplasias em geral, tumores generalizados, doenças cardiovasculares. Estas são exatamente as que contrariam o uso indiscriminado de pílulas. Vêem V. Ex*s que o Programa, além de não ter embasamento científico, é totalmente agressivo a própria ciência médica. V. Ex*s que Hão de convir.

Como se fazer o controle médico de nascimento de filhos, nessas classes que não chegaram ainda a esse estágio social? Primeiro: claramente esta demonstrado que o risco da superpopulação é um mito. Percebam aí o dedo de multinacionais interessadas... Desejaria perguntar aos nobres colegas se seria mais fácil, por exemplo, os Estados Unidos invadirem a Índia, que é um país superpopuloso — estou apenas teorizando — que tem uma renda *per capita* socialmente baixa, ou seria mais fácil que os Estados Unidos invadissem a Suíça, país de maior renda *per capita* bruta do mundo? Evidentemente que, com toda a grandiosidade social já atingida pela Suíça, seria muito mais fácil invadi-la, porque o contingente humano é força, e não interessa que o Terceiro Mundo tenha força. É preciso que se medite no problema político do assunto.

Para finalizar, é preciso que se conscientize da política que o Brasil está adotando — já denunciei isto no Senado, em algumas vezes, mas, sempre me foi negado que o Governo tivesse essa intenção e, hoje, ela não é mais velada — da adoção de um princípio que entristesse todos os brasileiros já que não é possível acabar com a miséria, acabemos com os miseráveis.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI — Pediria licença, para acrescentar mais uma observação a essa questão que acho fundamental. Essa miséria do Nordeste é muito antiga. Famílias de dez, doze filhos vivem com a maior dificuldade no Nordeste, há muito tempo. Seria uma pena para a História do Brasil que algumas dessas famílias não tivessem passado do segundo e do terceiro filho, porque o Brasil teria ficado privado de algumas das suas melhores figuras humanas e que, dentro dessa ecologia, dentro desse movimento natural de impulsionamento de determinadas camadas da população, exerceram em favor do Nordeste um trabalho admirável. Essa é uma resposta que tento dar à pergunta implícita, feita pela minha colega de depoimento, sobre essa questão de não se ter filhos, enquanto não se puder tê-los, e se se os tiver o que será deles.

A vida é muito mais complicada do que uma proposição assim tão simples. Há crianças que nascem totalmente fora de hora e, depois, vão ser a alegria da família. Há inúmeros casos de 13º filho que nem deveria ter nascido, como é o caso de Beethoven, e, graças a ele, temos uma das maiores riquezas que a humanidade possui. Se todos os últimos filhos, depois do quinto ou do sexto, não existissem, ou não estivessem aí, a humanidade estaria muito mais pobre. Acho que esses cuidados devem ficar por conta da Providência, ou das leis inexoráveis de compensação, para aqueles que não acreditam na Providência.

O problema, no Brasil, não é impedir que o Nordeste produza nordestinos, porque os nordestinos vão fazer uma falta enorme ao Brasil, se eles diminuíssem em número e a sua presença na História do Brasil não se constituir, como não se constitui agora, num remorso permanente, posto diante da consciência daqueles que receberam mais. Até na sua miséria, eles estão ajudando ao aperfeiçoamento do País. Não tem nenhum sentido um programa discriminado contra uma área do Brasil. Se é para diminuir a população brasileira, então vamos fazer um percentual por igual: vamos diminuir os gaúchos, os paulistas, os paraibanos, os paraenses. Por que só os nordestinos?

Por que são mais pobres? Quem me garante que dessa pobreza, dessa dificuldade para superar os obstáculos não nasce exatamente a raça mais criativa e mais audaciosa deste País? É uma questão muito difícil a de se entrar nos desígnios de Deus.

A SRA. NADIR BARBOSA — Permite-me um aparte?

A SRA. SANDRA CAVALCANTI — Pois não, com prazer.

A SRA. NADIR BARBOSA — Realmente, a miséria do Nordeste é tão velha, tão antiga, que, talvez, tenha nascido com ele. Mas, tão velha e tão antiga que é cantada em versos e em prosas. Talvez o nordestino, por ser assim tão forte, tão viril, tenha transformado a sua miséria, que é infelizmente verdadeira, talvez numa canção ou numa poesia, para ele viver e, quem sabe, sobreviver. Muito obrigada.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI — Numa contribuição inestimável ao progresso do Brasil, cada vez mais um desses nordestinos fortes ou uma dessas nordestinas fortes, atravessando todos os obstáculos, consegue realizar aquilo que, às vezes, para nós pode-se considerar um verdadeiro milagre. O Sul deve à presença de nordestinos que para lá emigraram mais da metade de toda a criatividade de sua riqueza. O Rio de Janeiro deve à colônia de nordestinos áreas enormes de beleza intelectual e de beleza cultural que, hoje, são a riqueza do País. São questões que, postas em forma muito geométrica, não correspondem a essa mexida completamente complexa que é vida de uma nação. Não vejo nenhuma razão para se fazer diminuição da população nordestina; o que temos que fazer é tomar consciência do que está acontecendo lá, tratando de elevar os níveis cultural e profissional das massas do Nordeste. Isto não tem sido feito, como muito bem foi denunciado aqui. É um atraso que já vem sendo uma vergonha para o Brasil e continua a ser, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Desejo fazer um apelo aos Srs. Congressistas, para que sejam breves nas suas próximas intervenções, já que, regimentalmente, a Comissão não pode funcionar depois das 13 horas e 30 minutos, e teremos que almoçar, evidentemente. (Pausa.)

O SR. ARNON DE MELLO — Sr. Presidente, queria, apenas, congratular-me com esta Comissão pela presença das duas alagoanas ilustres, que estiveram ao lado de Sandra Cavalcanti, figura excepcional de mulher brasileira, considerando-a também, doravante, como minha conterrânea.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI (Fora do microfone) — ... o famoso sangue de Serra Talhada.

O SR. ARNON DE MELLO — Que beleza! Era isso que desejava dizer.

O SR. JOÃO MENEZES — Sr. Presidente, queria acrescentar algumas palavras.

Na discussão levantada pela Deputada Sandra Cavalcanti e pela professora quanto aos meios para se prevenir a natalidade, estamos, aqui, procurando a discriminação em relação à mulher. Creio que devem ser empregados meios de prevenção tanto em relação ao homem quanto à mulher. Mas, há um ponto a ressaltar: deve haver a liberdade de escolha, nunca em massa; faça-o quem quiser. Se estamos tratando da discriminação, temos que estabelecer os mesmos pontos para o homem e para a mulher. Esta era a pequena observação que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra à ilustre Relatadora.

A SRA. RELATORA (Lygia Lessa Bastos) — Sr. Presidente, eu queria agradecer a Conferencista — V. Ex^o o fará melhor do que eu — antes de encerrar.

As três, desejo fazer uma pergunta. Se elas acham corretas realizar serviço cívico feminino, onde a mulher teria noções de puericultura, primeiros socorros. Queria que cada uma respondesse, porque estou fazendo as mesmas perguntas a todas as conferencistas

para que, no término de nossa reunião, possamos relatar melhor, tirando uma média de opiniões das conferencistas.

A SRA. MARIA BARBOSA — Naturalmente, Sra. Deputada, sem aqueles rigores de aquartelamento, sem aquelas estruturas, somos de opinião que isso se faça, como uma contribuição, naturalmente, às necessidades que irão surgir nesse novo contexto que hora atravessamos. Somos de acordo que exista o programa.

A SRA. HILZA PORTO — Sou inteiramente a favor. Considero mesmo que um programa semelhante vai servir justamente para o ponto pelo qual me debati: o Nordeste será salvo, não somente da ignorância, da falta de saúde, como da miséria em que vive, com esse trabalho da mulher, a partir de dezoito anos.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI — Confesso que estou muito perplexa diante desse problema, há muito tempo. A persistir no Brasil uma determinada tendência política, estou começando a achar que as mulheres deveriam fazer o serviço militar e até freqüentar as Agulhas Negras, porque só assim uma poderá, um dia, chegar à Presidência da República.

Como as nossas agulhas são outras — não são tão negras assim — acho que existem formas de prestação de um serviço cívico por parte das mulheres, o que já poderia ser organizado de imediato e prestaria, realmente, um enorme serviço ao País. Refiro-me a uma estrutura parecida com o atual esquema de voluntárias que existe nos Estados Unidos. Visitei, no ano passado, a Organização das Voluntárias americanas. Verifiquei que — embora sem ter essa característica de se chamar um serviço cívico, e não ter nenhuma obrigatoriedade, não dando, portanto, nenhum certificado — não seria exatamente o mesmo caso — a mulher americana tem uma série de oportunidades de se dedicar voluntariamente, uma vez por semana ou duas vezes, num determinado prazo em que ela tenha aquele tempo livre, a uma espécie de trabalho em favor da comunidade de que é, no fundo, um movimento de mulheres para cobrir a área que é deixada vazia quando um outro movimento leva as mulheres para o trabalho. Por exemplo, sei que a Deputada Lygia Lessa Bastos está muito preocupada com o problema de creches. Se este problema cair nas mãos de nossas técnicas em educação, no Brasil, estamos liquidados; se cair nas mãos de burocratas, estamos fritos, não sai creche nenhuma. Primeiro, porque os burocratas vão exigir instalações das creches que ninguém vai conseguir preencher. Se forem olhar os modelos das creches do Governo então, a vergonha ainda é maior. Se cair nas mãos das técnicas de educação, vão exigir tais cursos preparatórios, tais diplomas e tais "isso, aquilo" para alguém poder ficar três horas por dia num lugar, tornando responsavelmente conta de meia dúzia de crianças, que a creche não sai. Nos Estados Unidos, na Suécia, na Dinamarca, na Noruega, que são os países que têm a melhor organização dessa matéria, no bairro, as senhoras se reúnem, na Igreja, no cinema, num centro comunitário qualquer, e fazem um levantamento do quarteirão, para saberem quais são as mulheres que trabalham, quais as que, não trabalhando, aceitariam dar três, quatro horas por dia para tomar conta de uma creche que, muitas das vezes, é a casa de uma delas. Não excede o número de 10, 12, 15 crianças. Não tem que ter registro oficial; não tem que ter licenças do Governo, simplesmente a Saúde Pública passa por lá, normalmente, para ver se está tudo limpo, como tem que passar no bairro para fazer vigorar o Código Sanitário no Brasil não o fazem, porque não querem. Quanto ao sistema de segurança das crianças, evidentemente cada mãe que vai à creche, e dá duas, três horas, divide a responsabilidade entre tal número de senhoras que não há possibilidade de o trabalho ficar mal feito, porque estão todas vigiando umas as outras. Elas são remuneradas pelos cofres públicos para executarem essa tarefa. Cada mulher sueca que fica em casa tomando conta de uma creche, duas, três vezes por semana, pode fazê-lo voluntariamente, como é a maioria dos casos nos Estados Unidos, ou por uma remuneração — ela prova que precisa, para poder largar uma meia dúzia de coisas que faziam em casa e que lhe valia alguma renda — para executar aquela tarefa de natureza social.

que é importantíssima. Acho que o serviço cívico, que deveríamos exigir das brasileiras não só de dezoito anos, mas de dezoito anos em diante, deveria ser esse: cobrir, voluntariamente ou remunerada de uma forma muito modesta, o espaço vazio em que são deixadas as crianças — e naquela estatística, lida pela Professora Nadir Barbosa, é impressionante o número de crianças que ficam em casa sem ter quem tome conta e, como contou a Prof. Hilza, em certos casos, até amarradas por uma corda, porque é o único jeito de segurá-las. Esse seria um grande serviço cívico. Qualquer outro como ensinar a atirar, ensinar a usar granadas, sinceramente, prefiro que fique por conta dos homens. Não gosto dessa idéia, a não ser que seja necessário para se chegar à Presidência da República.

A SRA. RELATORA (Lygia Lessa Bastos) — É tão evidente a necessidade da instalação, unicamente e manutenção de creches que não vem ao caso discuti-la agora, porque o seu funcionamento e organização serão discutidos quando houver oportunidade para fazê-lo. Muitas aqui já conhecem o meu ponto de vista que coíncide, em grande parte, com o de V. S^a. Isso é outra etapa de discussão; o que precisamos, agora, é de instalação e manutenção, para que elas funcionem.

Como não havia resposta do Poder Executivo a ofício dirigido pelo Senador Gilvan Rocha ao Ministro do Planejamento, para que se criasse uma rubrica orçamentária, no sentido da instalação e manutenção de creches, tive oportunidade de apresentar um projeto para o funcionamento de cassinos, tendo como objetivo 50% da renda para a instalação e manutenção de creches, e 50% para a instalação e manutenção de asilos para os velhos desamparados. De modo que isso é outra história. A evidência prova a necessidade de darmos um passo à frente. Quase todas as conferencistas me fizeram ver a necessidade da instalação de creches. A Conferencista de hoje, com

estatísticas, demonstrou essa necessidade, mas, isso é questão de funcionamento e de organização de creches. É o conceito que tenho, e acredito que todos aqui têm igualmente. Ninguém quer deixar a criança nas mãos de uma cidadã que só está ali, porque vai receber "x" no fim do mês. É o caso da professora que cuida dos filhos dos outros, e quem vai cuidar dos filhos dela? Este é o problema. É uma mãe que deve cuidar dos filhos das outras com esse revezamento. Isso é uma questão de conceito e de organização; é do cidadão que está no Poder, que está no Poder Executivo. Tenho a certeza de que V. S^a, como governadora de qualquer Estado, faria executar muito bem, mas um outro executor, num outro ponto do País, não executaria muito bem.

É preciso que as normas, as bases e as diretrizes sejam traçadas pelo Governo Federal, para que os Estados possam, realmente, se adaptar àquela realidade. Agradeço, e passo a palavra ao Presidente desta Comissão, já que esgotou o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Esta comissão deseja, com muita ênfase, agradecer a presença das ilustres Conferencistas que deram, praticamente, a noção da utilidade desta CPI. O próprio calor da discussão que foi inclusive, de certa maneira, polêmica sobre um assunto de interesse nacional mostra a seriedade com que esta Comissão tem pretendido chegar aos seus desideratos.

Desejo agradecer de modo muito particular à Deputada Sandra Cavalcanti, pela magnífica exposição, e de um modo muito carinhoso às minhas vizinhas do Nordeste, Dona Hilza Porto e Prof. Nadir Barbosa, que trouxeram aqui a lucidez, a coragem, a determinação e a imensa sabedoria da mulher nordestina.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 12 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:	Via-Aérea:
Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00
	Cr\$ 400,00
	Cr\$ 800,00
	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:	Via-Aérea:
Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00
	Cr\$ 400,00
	Cr\$ 800,00
	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

**2^a Edição Revista e Atualizada — 1975
Com Suplemento 1977**

VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00

CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio de 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, nº 5, de 28 de junho de 1975, nº 6, de 4 de junho de 1976, nº 7, de 13 de abril de 1977, nº 8, de 14 de abril de 1977, e nº 9, de 28 de junho de 1977.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).

2 VOLUMES

1º VOLUME:

QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- LEGISLAÇÃO CORRELATA;
- JURISPRUDÊNCIA;
- DOUTRINA;
- EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;
- EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAI;
- LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E
- REMISSÕES.

NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Código, Lei nº 5.869/73, alterado pela Lei nº 5.925/73.

PREÇO: Cr\$ 70,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar.

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, vissado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

- nº 1, de 1969,**
- nº 2, de 1972,**
- nº 3, de 1972,**
- nº 4, de 1975**
- nº 5, de 1975,**
- nº 6, de 1976,**
- nº 7, de 1977,**
- nº 8, de 1977 e**
- nº 9, de 1977.**

**EDIÇÃO JUNHO DE 1977
(formato bolso)**

194 páginas

Preço: Cr\$ 10,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);**
- Código Eleitoral (e suas alterações);**
- Sublegendas;**
- Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);**
- Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);**
- Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;**
- Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos Partidos Políticos);**
- Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974);**
- As últimas instruções do TSE
(voto no Distrito Federal; justificação dos eleitores que não votarem).**

Edição — Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

SUPLEMENTO 1976

Preço: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.

**Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL.
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00